1ª DIVISÃO DE LEVANTAMENTO

RESULTADOS DE JULGAMENTOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2014

Valor Global da Ata: R\$ 479,107,94. Resultado referente ao pregão 03/2013.

Em 3 de outubro de 2013

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2014

A empresa 01.114.326/0001-02 - IMPERIO BR DISTRIBUIDORA LITDA - ME foi vencedora dos itens 13, 65 e 66 valor total R\$ 26.809,00; A empresa 01.259.682/0001-14 - FA LIMA INFORMATICA - EPP foi vencedora dos itens 26, 49 2 e 99 valor total R\$ 6.620,00; A empresa 01.03.9326/0001-10 - TECHBRAZ TECNICA E INFORMATICA LITDA - EPP foi vencedora do item 3 valor total R\$ 6.620,00; A empresa 04.293.81/0001-90 - COMPANHIA MINEIRA DE INFORMATICA LITDA - ME foi vencedora dos itens 1, 2, 3, 4, 7, 8 valor total R\$ 240.965.70; A empresa 04.293.81/0001-90 - COMPANHIA MINEIRA DE INFORMATICA LITDA - ME foi vencedora dos itens 1, 2, 3, 4, 7, 8 valor total R\$ 240.965.70; A empresa 04.762.679/0001-07 - CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFORMATICA foi vencedora dos ots itens 31 e 32 valor total R\$ 44.844,00; A empresa 06.235.655/0001-25 - MEGA JETT COMERCIAL LITDA - EPP foi vencedora dos itens 86 e 87 valor total R\$ 5.450,00; A empresa 06.990.361/0001-99 - ROGERIO FEIJO KOZOROSKI - ME foi vencedora dos itens 12, 50 e 51 valor total R\$ 85.443,00; A empresa 07.588.422/0001-179 - BERTANHA DE CASTRO EIRELI - ME foi vencedora dos itens 14, 46, 47, 88 e 94 valor total R\$ 94.340,57, A empresa 07.588.422/0001-179 - BERTANHA DE CASTRO EIRELI - ME foi vencedora dos itens 14, 46, 47, 88 e 94 valor total R\$ 93.470,5; A empresa 07.588.422/0001-179 - BERTANHA DE CASTRO EIRELI - ME foi vencedora dos itens 14, 46, 47, 88 e 94 valor total R\$ 93.470,5; A empresa 07.588.422/0001-179 - BERTANHA DE CASTRO EIRELI - ME foi vencedora dos itens 14, 46, 47, 88 e 10 valor total R\$ 93.470,5; A empresa 07.588.422/0001-18 - J. J. VITALLI - ME foi vencedora dos itens 14, 45 e 48 valor total R\$ 93.59.140; A empresa 07.552.963/0001-03 - FLASH COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E SERVICOS LTDA - foi vencedora dos itens 91, 101 e 102 valor total R\$ 2.992,00; A empresa 07.582.828/0001-51 - PHD COvalor total R\$ 2.992,00; A empresa 07.582.828/0001-51 - PHD CO

MERCIO E LICITACOES LTDA - EPP foi vencedora dos itens 59, 60 e 78 valor total R\$ 4.584,00; A empresa 10,986,234/0001-03 - TOTAL DISTRIBUIDORA E ATACADISTA LTDA. - EPP foi vencedora dos itens 34, 36, 37, 95, 96, 79 e 100 valor total R\$ 17.565,0; A empresa 11.099,588/0001-07 - SOLARIS TELEINFORMATICA LTDA - EPP foi vencedora dos itens 15, 64, 67 e 72 valor total R\$ 4.471,00; A empresa 12.384,280/0001-68 - A. P. CORREA - ME foi vencedora dos itens 20 e 21 valor total R\$ 44.700,00; A empresa 13.748,90/20001-52 - PALERMO & PALERMO ME LTDA - ME foi vencedora dos itens 61, 62, 79 e 80 valor total R\$ 19.348,00; A empresa 15.011,615/0001-90 - LICITTECH - INFORMATICA LTDA - EPP foi vencedora dos itens 81, 82, 83 e 84 valor total 18.700,00; A empresa 17.302,835/0001-07 - D GIORNO NETO - ME foi vencedora dos itens 17, 18, 19 e 85 valor total R\$ 28,014,70; A empresa 17.302,835/0001-07 - D GIORNO NETO - ME foi vencedora dos itens 17, 18, 19 e 85 valor total R\$ 7.942,20; A empresa 18.688.167/0001-52 - S.S. SLOBODZINSKI & CIA LTDA - ME foi vencedora dos itens 38 e 52 valor total R\$ 3.506,70; A empresa 19.571.002/0001-69 - RG COMERCIO E MA-TERIAIS EIRELI - ME foi vencedora dos itens 63, 68, 74, 75, 77, 89 e 103 valor total R\$ 4497,32; A empresa 19.921.327/0001-24 - FORTALLEZA SERVICOS DE TERCERIZACAO E COMERCIO LTDA - M E foi vencedora dos itens 69, 70, 71 e 73 valor total R\$ 4.998,00; A empresa 92.170.356/0001-91 - MA LUKA PRESENTES LTDA - ME foi vencedora dos itens 69, 70, 71 e 73 valor total R\$ 4.998,00; A empresa 92.170.356/0001-91 - MA LUKA PRESENTES LTDA - ME foi vencedora dos itens 69, 70, 71 e 73 valor total R\$ 8.998,00; A empresa 92.170.356/0001-91 - MA LUKA PRESENTES LTDA - ME foi vencedora dos itens 69, 70, 71 e 73 valor total R\$ 8.998,00; A empresa 92.170.356/0001-91 - MA LUKA PRESENTES LTDA - ME foi vencedora dos itens 69, 70, 71 e 73 valor total R\$ 8.998,00; A empresa 92.170.356/0001-91 - MA LUKA PRESENTES LTDA - ME foi vencedora dos itens 69, 70, 71 e 73 valor total R\$ 4.998,00; A empresa 92.170.356/0001-91 - MA MERCIO E LICITACOES LTDA - EPP foi vencedora dos itens 59,

Em 8 de outubro de 2014 MARCIS GUALBERTO MENDONÇA JUNIOR Ordenador de Despesas

SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Oficio Nº 1/2014 ao Convênio Nº 783176/2013. Convenentes: Concedente : MINISTERIO DA DEFE-SA, Unidade Gestora: 110594, Gestão: 00001. Convenente : MU-NICIPIO DE AMAJARI, CNPJ nº 01.614.081/0001-82. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 307.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 7.000,00, Vigência: 09/12/2013 a 31/03/2015. Data de Assinatura: 01/12/2014. Assina : Pelo MINISTERIO DEFESA - MINIST.DA DEFESA / ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS- DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE

(SICONV(PORTAL) - 08/12/2014)

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 45/2014

Processo 60585.003583/2014-32: Empresa vencedora do item 2: PI-SO BSB - PISOS REVESTIMENTOS E DECORACOES LTDA -ME, CNPJ nº 14.466.705/0001-03, valor global de R\$ 15.216,00.

> CRENI ALVES DE JESUS Pregoeiro

(SIDEC - 08/12/2014) 110404-00001-2014NE800012

Ministério da Educação

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2014 - UASG 153010

Processo № 23063002308201464. PREGÃO SISPP № 128/2014. Contratante: CENTRO FED DE ED TECNOLOGICA CELSOSUCKOW DA FONSECA RJ. CNPJ Contratado: 07225952000152. Contratado: REAL EFOS EMPRESA FLUMINENSE DE -OBRAS E SERVICOS LTDA. Objeto: Contratação de manutenção Predial na Unidade de Maria de Graça. Fundamento Legal: Lei 866693, suas atualizações e outros dispositivos legais. Vigência: 08/12/2014 a 08/12/2015. Valor Total: R\$269.999,88. Fonte: 112000000 - 2014NEB01361. Data de Assinatura: 08/12/2014.

(SICON - 08/12/2014) 153010-15244-2014NE800086

COLÉGIO PEDRO II PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL Nº 45, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014 CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 1.769, de 23 de outubro de 2013 do Magnifico Reitor, publicada no Diário Oficial da União em 30 de outubro de 2013, seção 2, página 18, consoante ao disposto no Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, publicada no DOU de 24/08/2009, na Portaria MEC nº 1.134, de 02/12/2009, publicada no DOU de 03/12/2009, no Decreto nº 8.260, de 29/05/2014, publicado no DOU de 30/05/2014 em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, Lei nº 11.784/2008, Lei nº 12.772/2012 e Lei nº 12.990/2014, toma público que estarão abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao provimento de 69 (sessenta e nove) cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico na Classe inicial e Nível inicial do Quadro de Pessoal Permanente do Colégio Pedro II.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade

1.1. O Concurso Público a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL E ASSISTENCIAL NA-CIONAL - IDECAN, site: www.idecan.org.br e e-mail: atendimento@idecan.org.br, e compreenderá a aplicação de prova contendo questões objetivas de múltipla escolha, questões discursivas, desempenho didático (prova de aula) e análise de títulos para todas as disciplinas.

TABELA I

REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 160,00

	PROF		DADE - ENSINO SU	O E TECNOLÓGICO PERIOR	
ÁREA DISCIPLINA	NÚMERO DE VAGAS	VAGAS OFERTADAS		REQUISITOS	
		* Vagas Reservadas Cota Racial	* Vagas Reservadas Pessoas Com Deficiência		
ARTES VISUAIS	3	1	-	Licenciatura Plena em	
				Educação Artística, expedida por Instituição	
				reconhecida pelo MEC.	
BIOLOGIA	4	1	-	Licenciatura Plena em Biologia,	
				expedida por Instituição	
		reconhecida pelo MEC.			
CIÊNCIA DA COM- PUTAÇÃO	1	-	-	Licenciatura Plena em Computação	
				ou Bacharelado em Ciência da	
				Computação ou Engenharia	
				de Computação ou Engenharia	
				de Software ou Sistemas de	

			1	Informação expedida por
				Instituição reconhecida pelo MEC.
DESENHO	2	-	-	Licenciatura Plena em
				Desenho e Plástica ou
				Licenciatura Plena em Educação
				Artística com Habilitação em Desenho ou
				Licenciatura Plena em Matemática
				com Habilitação em
				Desenho expedida por
				Instituição reconhecida
				pelo MEC.
EDUCAÇÃO	5	1	1	Licenciatura Plena em Educação
FÍSICA				Física, expedida por Instituição reconhecida
EDITO LOTO ARIOT	2.		_	pelo MEC.
EDUCAÇÃO MUSI- CAL	2	-	-	Licenciatura Plena em
CAL				Educação Musical ou Licenciatura
				Plena em Educação Artística, com habilitação em
				Música expedida por Instituição
				reconhecida pelo MEC.
ESPANHOL	1	_	_	Licenciatura Plena em
EQUITION .		-	1 -	Letras com habilitação em
			1	Espanhol, expedida por Instituição
				reconhecida pelo MEC.
FILOSOFIA	2	_	_	Licenciatura Plena em
TILOSOTIA				Filosofia, expedida por
				Instituição reconhecida pelo MEC.
FÍSICA	2.			Licenciatura Plena em
TISICA				Física, expedida por Instituição
				reconhecida pelo MEC.
FRANCÊS	2		-	Licenciatura Plena em Letras com
FRANCES	- 4	-	-	habilitação em Francês.
				expedida por Instituição
				reconhecida
				pelo MEC.
GEOGRAFIA	5	1	1	Licenciatura Plena em
GEOGRAFIA		1	1	Geografia, expedida por
				Instituição
				reconhecida pelo MEC.
HISTÓRIA	4	1	_	Licenciatura Plena em
moronar	·	·		História, expedida por Instituição
				reconhecida
				pelo MEC.
INFORMÁTICA EDUCATIVA	1	-	-	Licenciatura Plena em Computação ou em
LDOCALIVA				Informática; ou em Informática
				Educativa ou Licenciatura Plena em
				gualquer área do conhecimento e
			1	especialização em Informática
			1	Educativa ou em Tecnologia Educacional ou
			1	Educação Tecnológica ou em Tecnologias
			1	Panenção recitológica ou em recitológias
			1	aplicadas à Educação ou
			1	em Mídias na Educação ou
				em Educação a Distância; ou Graduação em Comp tacão
			1	ou em Informática ou em Pedagogia
			1	e especialização Educativa ou em Tecnologia Educ
				cional ou
			+	em Informática
				in monaucu
				em Educação Tecnológica ou
				em Tecnologias Aplicadas à Educação ou
				em Mídias na Educação ou
			1	em Educação a Distância expedida por
				Instituição reconhecida pelo MEC.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032014120900023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INGLÊS	2	-	-	Licenciatura Plena em
				Letras com
				habilitação em Inglês, expedida por
				Instituição reconhecida pelo MEC.
MATEMÁTICA	3	1	-	Licenciatura Plena em
				Matemática, expedida por
				Instituição
				reconhecida pelo MEC.
PORTUGUÊS	7	1	1	Licenciatura Plena em
				Letras com habilitação em
				Português,
				Instituição reconhecida
				pelo MEC.
OUÍMICA	3	1	-	Licenciatura Plena em Ouímica.
				expedida por Instituição
				reconhecida pelo MEC.
SOCIOLOGIA	3	1	-	Licenciatura
				Plena em Ciências Sociais e /ou
				Sociologia,
				expedida por Instituição reconhecida
				pelo MEC.
EDUCAÇÃO IN- FANTIL	3	1	-	Curso Superior
				de Pedagogia com habilitação em Magistério
				para Educação infantil; ou Formação de
				Professores de 1º a 4º série de
				Ensino Fundamental, em nível médio
				e Licenciatura Plena, expedida por Instituição
				reconhecida pelo MEC.
1° SEGMENTO DO ENSINO FUNDA- MENTAL	14	3	1	Normal Superior; ou Curso Superior

	de Pedagogia com habilitação em
	Magistério para as Séries
	Iniciais; ou Formação de
	Professores de la 4ª série do Ensino Fundamental,
	em nível médio, e Licenciatura Plena (Ensino
	Fundamental); ou Formação de Professores de 1ª a 4ª série
	do Ensino Fundamental, em nível
	médio, e Curso Superior em
	Pedagogia, expedida por Instituição reconhecida
	pelo MEC.

* As vagas acima evidenciadas não entram no cômputo do total de vagas para o Concurso Público, tratando-se apenas de reserva de vagas para Pessoas com Deficiência e Cotistas, nos termos da

T TABELA II CARREIRA DE MAGISTÉRIO DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO 40 HORAS SEMANAIS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

TITULAÇÃO	CLASSE/NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO (R\$)	RT - RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO (R\$)	TOTAL GERAL				
GRADUAÇÃO	D1-01	3.804,29		3.804,29				
ESPECIALIZAÇÃO	D1-01	3.804,29	608,22	4.412,51				
MESTRADO	D1-01	3.804,29	1.931,98	5.736,27				
DOUTORADO	D1-01	3.804.29	4.540.35	8.844.64				

- 1.2. O presente Concurso Público destina-se ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para as disciplinas discriminadas na Tabela I deste Edital.

 1.2.1. As vagas serão preenchidas em ordem rigorosa de classificação dos candidatos aprovados, de acordo com a necessidade e a conveniência do Colégio Pedro II, para exercício em qualquer um dos Campi do Colégio Pedro II.

 1.2.2. O horário do servidor, conforme a necessidade do
- 1.2.2. O horário do servidor, conforme a necessidade do Colégio Pedro II, deverá compreender dois turnos entre manhã, tarde
- e noite.

 1.3. O regime jurídico no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados será o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, instituído pela Lei Federal nº \$112,1000.
- 1.4. O Valor da taxa de inscrição é de R\$ 160,00 (cento e
- sessenta reais).

 1.5. O cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tec-
- 1.5. Ó cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico possui os seguintes beneficios:
 a) Auxílio alimentação: R\$ 373,00 (trezentos e setenta e três
 reais) mensais; b) Auxílio Transporte: opcional, com valor variável
 em relação ao local de moradia; c) Auxílio Creche: R\$ 89,00 (oitenta
 e nove reais) por dependente até 5 anos de idade; e, d) Assistência à
 saúde per capita: reembolso parcial do Plano de Saúde, variável de
 acordo com a faixa salarial e a faixa etária do titular do cargo e a
 faixa etária dos respectivos dependentes.
- 1.6. A jornada de trabalho será de 40 horas semanais com Dedicação Exclusiva.
- Dedicação Exclusiva:

 1.7. O Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será responsável por atividades relacionadas com a Educação Básica, Profissional e Tecnológica, prioritária e preferencialmente no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas de sua formação, nos diversos níveis e modalidades de ensino ministrados no Colégio Pedro II. As atividades correspondem ao Ensino, Pesquisa e Extensão, que são indissociáveis e compromissadas com a inclusão social e a sustentabilidade, visando à aprendizagem, à ampliação e à transmissão dos saberes, sempre em processo dialógico com as comunidades e arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Responderá também por ações inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência no Colégio Pedro II, além de outras atribuições previstas na legislação vigente.
- 1.8 As provas deste Concurso Público serão realizadas nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Niterói.
 1.9 Para todos os fins deste Concurso Público será considerado o horário oficial de Brasilia/DF.
- 2. DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA INVESTIDURA NO CARGO
- 2.1. Ter sido classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital, seus anexos e eventuais retificações.
 2.2. Ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasieiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos po íticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição da República
- liticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972.

 2.2.1. Se estrangeiro, ter visto de permanência em território nacional que permita o exercício de atividade laborativa no Brasil.

 2.2.2. O candidato de nacionalidade estrangeira deverá ter fuência na Língua Portuguesa, comprovada mediante apresentação de Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa, fornecida pelo CELPE-BRAS (MEC Ministério da Educação http://portal-mec on/pt/sesu)
- mec.gov.br/sesu).
 2.3. Ter idade mínima de 18 anos completos.
- 2.4. Estar em gozo dos direitos políticos.

 2.5. Estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as militares.

 2.6. Não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa.

- 2.7. Apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão.

 2.7.1 Não receber proventos de aposentadoria ou exercer cargo/emprego público que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI e § 10 do art. 37, da Constituição Federal.

 2.7.2 Não participar de sociedade privada na condição de administrador ou sócio-egerente na forma da lei
- administrador ou sócio-gerente, na forma da lei.
 2.8. Apresentar declaração de bens e valores que constituam
- patrimônio.
 2.9. Possuir e comprovar os requisitos exigidos para o cargo,
- 2.9. Possuir e comprovar os requisitos exigidos para o cargo, on ato da posse, sendo que a escolaridade exigida como formação, discriminada na Tabela 1, deverá ter sido realizada em Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação MEC.
 2.9.1 Ter seu diploma de habilitação específica que comprove a escolaridade, devidamente revalidado e registrado no Brasil, se obtido no exterior.
 2.10. Ter aptidão física e mental para o exercício das atruições do cargo, conforme art. 5º, inciso VI, da Lei nº 8.112/1990, incluindo-se a compatibilidade de deficiência, que será averiguada em exame médico admissional, de responsabilidade do Colégio Pedro II, para o qual se exigirá exames laboratoriais e complementares a expensas do candidato. Esta avaliação terá caráter eliminatório.
 2.11. Não registrar antecedentes criminais.
- 2.11. Não registrar antecedentes criminais.2.12. Os candidatos aprovados serão nomeados segundo o Resultado Final respeitando as vagas disponíveis informadas neste
- 2.13. Somente serão empossados os candidatos considerados m inspecão médica de saúde física e mental, as quais serão
- 2.13. Somente serão empossados os candidatos considerados aptos em inspeção médica de saúde física e mental, as quais serão realizadas pela Perícia Oficial em Saúde do Colégio Pedro II. 2.14. Por ocasião da posse será exigida dos nomeados a apresentação de todos os documentos indicados para investidura nos cargos relacionados neste Edital, em original e duas cópias, bem como os demais documentos exigidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas do Colégio Pedro II. 2.15. Outros documentos poderão ser requisitados, por ocasião de investidura no cargo.
- 2.15. Outros documentos poderão ser requisitados, por ocasião de investidura no cargo.

 2.16. Não poderá retornar ao Serviço Público Federal, na forma do paragrafo único do art. 137 da Lei nº 8.112/90, o servidor que foi demitido ou destituído do cargo em comissão, nas seguintes hipóteses: a) crime contra a administratção publica; b) improbidade administrativa; c) aplicação irregular de dinheiro público; d) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; e e) corrupcão
- cão.

 2.17. O candidato aprovado será convocado para a posse, que deverá ocorrer no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de sua nomeação. O não pronunciamento do convocado no prazo estipulado obrigará o Colégio Pedro II a tornar sem efeito a respectiva portaria de nomeação, excluindo-o do concurso público e convocando o próximo candidato
- 2.17.1 O candidato deverá entrar em efetivo exercício em até 15 (quinze) dias da data da posse

- 15 (quinze) dias da data da posse.

 2.17.2 Se o efetivo exercicio não ocorrer dentro do prazo estabelecido no subitem anterior, o servidor será exonerado.

 2.18. Registros em Conselhos competentes, quando cabível, e outras exigências estabelecidas em lei poderão ser solicitados para o desempenho das atribuições do cargo.

 2.19. O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao estágio probatório, nos termos do art. 41, caput, da Constitucição Federal, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/19/98, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão avaliados.

 2.19.1. Durante o estágio probatório, é vedada a mudança de regime de trabalho, conforme disposto no § 1º do art. nº 22 da Lei nº 12.772/2012, bem como remoção ou redistribuição, exceto no interesse da administração ou nos casos previstos em lei ou regu-
- teresse da administração ou nos casos previstos em lei ou regulamentação interna

- 2.20. O candidato com deficiência que no decorrer do estágio probatório apresentar incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado.
 2.20.1. A compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada pelo candidato será avaliada durante o estágio probatório, na forma estabelecida no § 2º do art. 43 do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.
 2.20.2. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.
 2.21. Anular-se-ão, sumariamente, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, se o candidato não comprovar, no ato da investidura no cargo, os requisitos básicos exigidos neste capítulo.
 3. DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO
 3.1. A inscrição no Concurso Público implica, desde logo, o

- 3. DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO
 3.1. A inscrição no Concurso Público implica, desde log conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições
- conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

 3.1.2. As inscrições neste Concurso Público se realizarão via INTERNET das 14h00min do dia 11 de dezembro de 2014 às 23h59min do dia 08 de janeiro de 2015, no site www.idecan.org.br ou via PRESENCIAL, no local de inscrições evidenciado no subitem 34.1 deste Edital, do dia 11 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, de segunda a sexta das 8h00min às 17h00min horas e aos sábados de 9h00min às 13h00min. Não serão realizadas inscrições presenciais aos domingos e feriados. Excepcionalmente, no primeiro dia as inscrições se iniciarão ás 14h00min.

 3.2. Dos procedimentos para a inscrição via internet 3.2.1. Para inscrição via internet o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos; a) estar ciente de todas as informações sobre este Concurso Público disponíveis na página do IDECAN (www.idecan.org.br) e acessar o link para inscrição correlato ao Concurso; b) cadastrar-se no período entre 14h00min do dia 11 de dezembro de 2014 e 23h59min do dia 08 de janeiro de 2015, observado horário oficial de Brasilia/DF, através do requerimento específico disponível na página citada; c) optar pela disciplina a que deseja concorrer; e, d) imprimir a GRU Guia de Recolhimento da União que deverá ser paga no Banco do Brasil, impreterivelmente, até à data de vencimento implica o CANCELAMENTO da inscrição só será efetivada após a confirmação do pagamento após a data de vencimento no documento. O pagamento após a data de vencimento no documento. O pagamento após a data de vencimento molica de CANCELAMENTO da inscrição só será efetivada após a confirmação do pagamento concluida após con-
- 3.2.2. A inscrição só estará efetivamente concluída após confirmação, pelo sistema bancário, do pagamento da taxa d

- firmação, pelo sistema bancário, do pagamento da taxa de inscrição.

 3.2.3. O não preenchimento do Requerimento de Inscrição conforme indicado no subitem 3.2.1 impossibilitará a validação do candidato, mesmo que tenha havido pagamento da taxa.

 3.2.4. Será admitida apenas uma inscrição para cada candidato e em apenas uma das áreas de atuação/conhecimento previstas neste Edital.

 3.2.5 Caso seja verificada mais de uma inscrição em nome de um mesmo candidato, prevalecerá aquela que houver sido realizada por último.

 3.3 Da reimpressão da GRU

 3.3.1. A GRU poderá ser reimpressa durante todo o período de inscrições, sendo que a cada reimpressão da GRU constará uma nova data de vencimento, podendo sua quitação ser realizada por meio de qualquer agência do Banco do Brasil.

 3.3.2. Todos os candidatos inscritos no período de 14h00min do día 11 de dezembro de 2014 até as 23h59min do dia 08 de janeiro de 2015 que não efetivarem o pagamento da GRU neste período poderão reimprimir o documento, no máximo, até as 23h59min do primeiro dia útil posterior ao encerramento das inscrições (9 de ja neiro de 2015), quando este recurso será retirado do site www.ideneiro de 2015), quando este recurso será retirado do site www.ide-can.org.br. O pagamento da GRU, neste mesmo dia, poderá ser efe-tivado em qualquer agência do Banco do Brasil, seus correspondentes ou através de pagamento por internet banking

- 3.3.3 Não será aceito agendamento como comprovante de
- pagamento.
 3.3.4 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechapagamento.

 3.3.4 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias e/ou correspondentes na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o envio da documentação prevista neste Edital (quando for o caso) ou o pagamento da GRU para o 1º dia útil que antecede o feriado ou evento. No caso de pagamento da GRU, o candidato poderá ainda realizá-lo por outro meio alternativo válido (pagamento do título em caixa eletrônico, internet banking, etc.), devendo ser respeitado o prazo limite determinado neste Edital.

 3.4. Dos procedimentos para a inscrição via presencial

 3.4.1. As inscrições presenciais serão realizadas na Central de Atendimento aos candidatos do IDECAN, localizada na Rua Viúva Lacerda, S8 - Humaitá - Rio de Janeiro-RJ, no período entre 11 de dezembro de 2014 e 08 de janeiro de 2015, de segunda a sexta das 8h00min às 17h00min e aos sábados de 9h00min às 13h00min. Não serão realizadas inscrições presenciais aos domingos e feriados. Excepcionalmente, no primeiro dia as inscrições se iniciarão às 14h00min.
- 14h0umin.

 3.4.2. O candidato que optar pela inscrição presencial deverá comparecer ao local indicado no subitem anterior, onde haverá terminais de acesso à internet e técnicos devidamente treinados para a
- realização de sua inscrição.

 3.4.3. O candidato informará seus dados para o atendente realizar a inscrição, nos mesmos moldes do procedimento previsto no subitem 3.2.1 deste Edital, sendo sua responsabilidade informar os
- subitem 3.2.1 deste Edital, sendo sua responsabilidade informar os dados corretamente.

 3.4.4. A GRU gerada com o valor da taxa de inscrição e impressa na Central de Atendimento deverá ser paga pelo candidato em qualquer agência do Banco do Brasil ou seus correspondentes, impreterivelmente, até a data de vencimento constante do documento, caso contrário, a inscrição não será efetivada.

 3.4.5. No local de inscrições via presencial haverá fichas de inscrição em papel para o caso de problemas técnicos nos commitadores.
- putadores.

 3.4.6. Não haverá a necessidade de entrega de quaisquer documentos na inscrição via presencial.

 3.5. Disposições complementares sobre a inscrição no con-
- curso público
- curso público
 3.5.1. O IDECAN não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem tecnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, sobre os quais não tiver dado
- causa.

 3.5.2. Para efetuar a inscrição é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

 3.5.3. Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que usar o CPF de terceiros para realizar a sua inscrição, garantido o direito ao contraditório e à ampla defeara
- 3.5.4. A inscrição do candidato implica o conhecimento
- 3.5.4. A inscrição do candidato implica o conhecimento e a dacita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.
 3.5.5. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, as provas e a admissão do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.
 3.5.6. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea

- defesa.

 3.5.6. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

 3.5.7. É vedada a transferência do valor pago a titulo de taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

 3.5.8. Não será deferida a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

 5.5.9. O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Concurso Público, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.
- 3.5.10. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição só será devolvido em caso de suspensão ou cancelamento do Concurso Público.
- 3.5.11. Não haverá isenção total ou parcial do pagamento da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que declararem e comprovarem hipossuficiência de recursos financeiros para pagamento da referida taxa, nos termos do Decreto Federal nº 6.593, de 2 de outubro de 2008.

 3.5.11.1 Fará jus à isenção de pagamento da taxa de inscrição o exadidato economicamente hiposporticiante que activar inscrição de pagamento da taxa de inscrição de pagamento da taxa de inscrição de exadidato economicamente hiposporticiante que activar inscrição de exadidato examplemento da composição de examplemento da taxa de inscrição de pagamento da taxa de inscrição de examplemento da taxa de inscrição de
- 5.3.11.1. Falta Jus a Iscinção de pagamento da dada de inscrição o candidato economicamente hipossufficiente que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico e for membro de familia de baixa renda, assim compreendida aquela que possua renda per capita de até meio saláric mínimo ou aquela que possua renda familiar mensal de até 3 (três salários mínimos, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007
- junho de 2007.

 3.5.11.2. O candidato que requerer a isenção nesta modalidade deverá informar, no ato da inscrição, seus dados pessoais em
 conformidade com os que foram originalmente informados ao órgão
 de Assistência Social de seu Municipio responsável pelo cadastramento de famílias no CadÚnico, mesmo que atualmente estes estejam
 divergentes ou que tenham sido alterados nos últimos 45 (quarenta e
 cinco) dias, em virtude do decurso de tempo para atualização do
 banco de dados do CadÚnico a nível nacional. Após o julgamento do
 pedido de isenção, o candidato poderá efetuar a atualização dos seus
 dados cadastrais junto ao IDECAN através do sistema de inscrições
 on-line ou solicitá-la ao fiscal de aplicação no dia de realização das
 provas.

3.5.11.3. O pedido de isenção da taxa de inscrição deverá ser 3.5.11.3. O pedido de isenção da taxa ae inscrição uevera ser realizado no período entre 11 e 15 de dezembro de 2014. Os pedidos de isenção realizados após o prazo estipulado serão desconsiderados e terão a solicitação de isenção automaticamente indeferida.

3.5.11.4. Os pedidos de isenção da taxa de inscrição serão julgados pelo IDECAN e o resultado será divulgado até a data provável de 18 de dezembro de 2014.

3.5.11.5. Fica assegurado o direito de recurso aos candidatos como pedido de isenção indeferido, no prazo de 1 (um) dia útil

Diário Oficial da União - Secão 3

- com o pedido de isenção indeferido, no prazo de 1 (um) dia útil contado da divulgação do resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição. Os recursos deverão ser interpostos via correio eletrônico
- inscrição. Os recursos deverao ser interposios via conero ciculomo (atendimento@idecan.org.br).

 3.5.11.5.1. Os candidatos cujos requerimentos de isenção do pagamento da taxa de inscrição tenham sido indeferidos, após a fase recursal, cujo resultado será divulgado no dia 26 de dezembro de 2014 poderão efetivar a sua inscrição no certame no prazo de inscrições estabelecido neste Edital, mediante o pagamento da respectiva taxo.
- taxa.

 3.5.11.6. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de taxa, via fax ou correio eletrônico.

 3.5.11.7. O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará a eliminação automática do processo de isenção. apresentada fora do periodo insulado processo de isenção.

 3.5.12. Não serão deferidas inscrições via fax e/ou via e-
- 3.5.13. As informações prestadas no requerimento de ins crição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o IDECAN do direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos, garantido o direito ao
- contraditório e à ampla defesa.

 3.5.13.1. O candidato, ao realizar sua inscrição, também macontraditório e à ampla defesa.

 3.5.13.1. O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, notas e desempenho nas provas, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para ofiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Concurso Público. Não caberão reclamações posteriores neste sentido, ficando cientes também os candidatos de que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

 3.5.14. O IDECAN disponibilizará no site www.idecan.org.br a lista das inscrições deferidas e indeferidas (se houver), apartir do dia 16 de janeiro de 2015, para conhecimento do ato e os motivos do indeferimento para interposição dos recursos cabíveis, no prazo legal.

 3.5.15. A não integralização dos procedimentos de inscrição mplica a DESISTENCIA do candidato e sua consequente ELIMI-NAÇÃO deste Concurso Público.

 3.5.16. O candidato inscrito deverá atentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital, será automaticamente considerada não efetivada pelo organizador, não assistindo nenhum direito ao interessado.

 3.5.17. O candidato, mesmo não sendo pessoa com deficiência, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para ealização das provas devera solucidada na necesimento do necenchimento do

- sincipal de l'accione de l'acci
- to@idecan.org.br tão logo a condição seja diagnosticada. Os candidatos nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico,
- identificar ao fiscal no portão de entrada, mundos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.

 3.5.17.2. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar somente um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

 3.5.17.2.1. Não será concedido tempo adicional para a execução da prova à candidata devido ao tempo despendido com a amamentação.

- amamentação.

 3.5.17.3. A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

 3.6.1. As informações referentes à data, ao horário e ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) e área/disciplina, assim como orientações para a realização das provas, estarão disponíveis, a partir do dia 26 de janeiro de 2015, no site do IDECAN (www.idecan.org.br), devendo o candidato efetuar a impressão do seu Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI). As informações também poderão ser obtidas na Central de Atendimento di IDECAN, através do e-mail atendimento@idecan.org.br ou do telefone 0800-283-4628.

 3.6.2. Caso o candidato, ao consultar o Cartão de Confir
- 3.6.2. "402.0."

 3.6.2. Caso o candidato, ao consultar o Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), constate que sua inscrição não foi deferida, deverá entrar em contato com a Central de Atendimento do IDECAN, através do e-mail atendimento@idecan.org.br ou do telefone 0800-

- 283-4628, no horário das 8h00min às 17h30min, exceto sábados, domingos e feriados, considerando-se o horário oficial de Brasilia/DF, impreterivelmente até o dia 30 de janeiro de 2015.

 3.6.2.1. No caso da inscrição do candidato não ter sido deferida em virtude de falha por parte da rede bancária na confirmação de pagamento do boleto da inscrição, bem como em outros casos onde os candidatos não participarem para a ocorrência do erro, os mesmos serão incluídos em local de provas especial, que será disponibilizado no site do IDECAN, bem como comunicado diretamente aos candidatos. Seus nomes constarão em listagem à parte no local de provas, de modo a permitir um maior controle para a verificação de suas situações por parte do organizador.

 3.6.2.2. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pelo IDECAN com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição. Constatada a improcedência da inscrição, esta
- sara anansada inscrição. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, não cabendo reclamação por parte do candidato eliminado, independentemente de qualquer formalidade, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o
- sendo considerados nuos todos os atos deia decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

 3.7. Os contatos feitos após a data estabelecida no subitem 3.6.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para o candidato as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto ser dever do candidato verificar a confirmação de sua inscrição, na forma es-
- tabelecida neste Edital.

 3.8. Eventuais erros referentes a nome, documento de iden-
- 3.8. Eventuais erros retreentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados apenas no dia e na sala de realização das provas.
 3.9 O Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) NÃO será enviado ao endereço informado pelo candidato no ato da inscrição. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.
- determinado.

 4. DAS VAGAS RESERVADAS PARA NEGROS LEI FEDERAL Nº 12.990/2014

 4.1. De acordo com a Lei Federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014, ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas para cada cargo. A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas for igual ou superior a 3 (três) vagas para cada cargo.

 4.2. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inserva aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inserva acual cargo.
- 4.2. Poderao concorrer as vagas reservadas a candiados ne-gros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da ins-crição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Ins-tituto Brasileiro de Geografía e Estatística IBGE. 4.3. Constatada a falsidade da declaração, a que se refere este Capítulo, será o candidato eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao cargo efetivo, após procedimento administrativo, em que lhe sejam as-segurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cábiveis sanções cabíveis.
- sanços capiveis. 4.4. A autodeclaração é facultativa, ficando o candidato sub-metido às regras gerais deste Edital, caso não opte pela reserva de 4.5. A autodeclaração somente terá validade se efetuada no
- momento da inscrição.
- momento da inscrição.

 4.6. Para concorrer às vagas referidas no item 4.1 deste Edital, o candidato deverá, no momento de sua inscrição:
 4.6.1. Preencher, em sua ficha de inscrição, essa condição;
 4.6.2. Preencher a autodeclaração constante do Anexo II des-
- 4.6.2. Preencher a autodeclaração constante do Anexo II des-te Edital; e.
 4.6.3. Encaminhar até 8 de janeiro de 2015 a declaração indicada no subitem 4.6.2, via SEDEX ou Carta Registrada com Aviso de Recebimento AR, para a sede do IDECAN SAUS Quadra 5 Bloco K, Edificio OK Office Tower, Salas 1.404 e 1.405, AVISO de Receminanto Quadra 5 Bloco K, Edificio OK Office Tower, Salas 1.404 e 1.403, CEP 70.070-050, Brasilia/DF, ou entregar no Posto de Atendimento Presencial em dias e horários já citados neste Edital, identificando o nome do Concurso Público para o qual está concorrendo no envelope, neste caso: "Colégio Pedro II - Edital 045/2014, Ref. AUTODE-

- neste caso; "Colégio Pedró II Édital 045/2014, Ref. AUTODE-CLARAÇÃO".

 4.7. O não cumprimento, pelo candidato, do disposto nos subitens 4.6.1, 4.6.2 e 4.6.3 deste Edital, acarretará sua participação somente nas demais listas se for o caso.

 4.8. O candidato inscrito nos termos deste Capítulo, participará deste Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao(s) horário(s), ao(s) local (is) de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas.

 4.9. Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

 4.10. Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do prenechimento das vagas reservadas.

 4.11. Em caso de desistência de candidato negro aprovado m vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidatos negros aprovados, sufficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão prenechidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

 5. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEclassificação.
 5. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DE-
- 5. DAS VAGAS RESERVADAS AS PESSOAS CO FICIÊNCIA 5.1. As pessoas com deficiência, assim entendido
- 5.1. As pessoas com deticiencia, assim entendio aqueltas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, bem como os candidatos com visão monocular, conforme Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça e Enunciado AGU nº 45, de 14 de setembro de 2009, têm assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorram



5.1.1. Do total de vagas ofertadas no presente Edital, 5% (cinco por cento) ficarão reservadas aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, desde que apresentem laudo médico (do-cumento original ou cópia autenticada em cartório) atestando a es-pécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças -

ISSN 1677-7069

- código correspondente da Classificação Internacional de Doenças CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital.

 5.1.2. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência deverá marcar a opção no link de inscrição e enviar o laudo médico até o dia 8 de janeiro de 2015, impreterivelmente, via SEDEX ou Carta Registrada com Aviso de Recebimento AR, para a sede do IDECAN SAUS Quadra 5 Bloco K, Edificio OK Office Tower, Salas 1.404 e 1.405, CEP 70.070-050, Brasilia/DF, ou entregar no Posto de Atendimento Presencial em datas e horários já citados neste Edital, identificando o nome do Concurso Público para o qual está concorrendo no envelope, neste Concurso Público para o qual está concorrendo no envelope, neste caso: "Colégio Pedro II - Ref. LAUDO MÉDICO". O fato de o caso: "Colégio Pedro II - Ref. LAUDO MÉDICO". O fato de o candidato se inscrever como pessoa com deficiência e enviar laudo médico não configura participação automática na concorrência para as vagas reservadas, devendo o laudo passar por uma análise de uma Comissão e, no caso de indeferimento, passará o candidato a con-correr somente às vagas de ampla concorrência.

 5.2. O candidato inscrito na condição de pessoa com de-ficiência poderá requerer atendimento especial, conforme estipulado no subitem 3.5.17. deste Edital, para o dia de realização destros indicando as condições de que pecessita para a realização destas indicando as condições de que pecessita para a realização destas
- indicando as condições de que necessita para a realização destas conforme previsto no art. 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal nº 3.298/99.
- 5.2.1. O candidato, inscrito na condição de pessoa com de-5.2.1. O candidato, inscrito na condição de pessoa com de-ficiência ou não, que necessite de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo expressamente por ocasião da inscrição no Concurso Público, com justificativa acompanhada de parecer ori-ginal ou cópia autenticada em cardrói emitido por especialista da área de sua deficiência, nos termos do § 2º do art. 40 do Decreto Federal nº 3.298/1999. O parecer citado deverá ser enviado até o día 2 de janeiro de 2015, via SEDEX ou Carta Registrada com Aviso de Recebimento - AR, para o IDECAN, no endereço citado no subitem 5.1.2 deste Edital ou entragar no Posto de Atendimento Presencial
- 2 de janierio de 2013, via SEPEX offi catra Registidad colfi AVIso Ecception o Subitem 5.1.2. deste Edital ou entregar no Posto de Atendimento Presencial em dias e horários já citados neste Edital, identificando o nome do Concurso Público para o qual está concorrendo no envelope, neste caso: "Colégio Pedro II Ref. ATENDIMENTO ESPECIAL". Caso o candidato não envie o parecer do especialista no prazo determinado, não realizará as provas com tempo adicional, mesmo que tenha assinalado tal opção no Requerimento de Inscrição.

 5.2.1.1. A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo candidato. Em nome da isonomia entre os candidatos nesta situação. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O IDECAN não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo ao Instituto. O laudo médico (original ou cópia autenticada) terá validade somente para este concurso e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

 5.2.2. O candidato que não solicitar condição especial na
- desse laudo.

 5.2.2. O candidato que não solicitar condição especial na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, sendo que a solicitação de condições especiais será atendida dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade.
- 5.2.3. A relação dos candidatos que tiverem a inscrição de 5.2.3. A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida para conocrer na condição de pessoa com deficiência, bem como a relação dos candidatos que tiverem os pedidos de atendimento especial deferidos ou indeferidos para a realização das provas, será divulgada no site www.idecan.org.br, a partir do dia 15 de janeiro de 2015.
 5.3. O candidato que, no ato da inscrição, se declarar pessoa com deficiência, se aprovado no Concurso Público, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos à disciplina e, também, em lista especifica de candidatos na condição de pessoa com deficiência no rdisciplina
- em lista especifica de ficiência por disciplina.
- 3.1. O candidato que porventura declarar indevidamente, 5.3.1. O candidato que porventura declarar indevidamente, quando do preenchimento do requerimento de Inscrição via internet, ser pessoa com deficiência deverá, após tomar conhecimento da situação da inscrição nesta condição, entrar em contato com o organizador através do e-mail atendimento@idecan.org.br ou, ainda, mediante o envio de correspondência para o endereço constante do subitem 5.1.2. deste Edital, para a correção da informação, por tratarse apenas de erro material e inconsistência efetivada no ato da inscrição.
- se apenas de etro materiar e inconsistencia efectivada no ato da no-crição.

 5.4. O candidato que se declarar pessoa com deficiência, caso classificado, será convocado, previamente à publicação do re-sultado final, para submeter-se à perícia médica, a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, promovida por equipe multiprofissional designada pelo IDECAN, que verificará sua qualificação como pessoa com deficiência, nos termos do art. 43 do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações, e a compatibilidade de sua deficiência com o exercício normal das atribuições do respectivo cargo.]

 5.4.1. Os candidatos poderão interpor recurso ao resultado da perícia médica no prazo de 2 (dois) dias úteis.

 5.5 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica, mu-nidos de laudo médico que ateste a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças CID, conforme especificado no Decreto Federal n° 3.298/99 e suas alterações, bem como a pro-
- no Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, bem como a provável causa da deficiência

- 5.6. A não observância do disposto no subitem 5.5., a re provação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos em tais condições
- 5.6.1. O candidato que prestar declarações falsas em relação sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Concurso Público, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- . O candidato aprovado nos Exames Médicos Pré-Admissionais, porém não enquadrado como pessoa com deficiência, caso seja aprovado no Concurso Público, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do respectivo cargo.
- 5.8. O candidato na condição de pessoa com deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da de ficiência com as atribuições do cargo, após a fase recursal, será
- eliminado do Concurso Público.

 5.9 Se, quando da convocação, não existirem candidatos na condição de pessoa com deficiência aprovados no Exame Médico Pré-Admissional, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao respectivo cargo.
 6. DAS PROVAS
- 6. DAS PROVAS
 T 6.1. O Concurso Público constará de Prova Escrita com questões Objetivas e Discursivas, Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) e Análise de Títulos conforme a Tabela III:

TABELA III

Professor de Ensino Básico, Téc- nico e Tecnológico	Tipo de Prova	Conteúdo	Nº de Questões	Peso	Caráter
Todas as Disciplinas	Parte Objetiva da Prova Es- crita +	Conhecimento Específico e Legislação Educacional	30	2	Eliminatório e classificatório
	Parte Discursiva da Prova Escrita	Conhecimento Específico e Legislação Educacional	4	3,5	Eliminatório e classificatório
	Desempenho Didático (Pro- va de Aula)	Conhecimento Específico e Legislação Educacional	=	3,5	Eliminatório e classificatório
	Análise de Títulos	1	-	1	Classificatório

- 6.1.1. A Parte Objetiva da Prova Escrita, de caráter eliminatório e classificatório, constará de questões objetivas de múltipla escolha, que terão uma única resposta correta e versarão sobre os conteúdos programáticos contidos no ANEXO I, deste Edital.
 6.1.2. Os itens da Parte Objetiva da Prova escrita serão do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções (A a E) e uma única respecta certa serão do
- resposta correta
- 6.1.3. O candidato deverá transcrever as respostas da Parte 6.1.3. O candidato devera transcrever as respostas ca ratue Objetiva da Prova Escrita para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para a correção das questões de múltipla escolha. O preenchimento do Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no Cartão de Respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato.
- idato.
 6.1.4. Não serão computados itens não respondidos, nem itens que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhum marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.
- desempenho do candidato.

 6.1.5. O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

 6.1.6. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão de Respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem madescenda com este Edital e, com o Cartão de Respostas, tais em desacordo com este Edital e com o Cartão de Respostas, tais
- gar, ou, de qualquer modo, danificar o seu Cartão de Respostas, sob pena de arcar com os prejuizos advindos da impossibilidade de rea-lização da leitura ótica.
- 6.1.8.1. A Parte Objetiva da Prova Escrita será corrigida por
- 6.1.8.1. A Parte Objetiva da Prova Escrita será corrigida por meio de processamento eletrônico.
 6.1.9. A Parte Discursiva da Prova Escrita também terá caráter eliminatório e classificatório.
 6.1.9.1. Será considerado habilitado para a correção da Parte Discursiva da Prova Escrita o candidato que obtiver o mínimo de 60% (sessenta porcento) de aproveitamento do total de pontos da Parte Objetiva da Prova Escrita.
 6.1.9.2. Os candidatos não habilitados à classificação na Parte 19.2. Os candidatos não habilitados à classificação na Parte.
- 6.1.9.2. Os candidatos não habilitados à classificação na Par-te Objetiva da Prova Escrita serão eliminados do Concurso.

- te Objetiva da Prova Escrita serão eliminados do Concurso.
 6.1.9.3. Serão considerados aprovados e aptos para o Desempenho Didático/Prova de Aula os candidatos que obtiverem, no mínimo, 70 (setenta) pontos, na Parte Discursiva da Prova Escrita.
 6.1.10. O Desempenho Didático/Prova de Aula, de caráter eliminatório e classificatório, será avaliado conforme os critérios estabelecidos no item 10 deste Edital.
 6.1.0.1 O Desempenho Didático/Prova de Aula será realizado em sessão pública em local a ser divulgado e gravado para efeito de registro e avaliação posterior conforme o disposto no §3º do art. 13 do Decreto nº 6.944/2009.
 7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA E DISCURSIVA
- 7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESOCJHA E DISCURSIVA
 7.1. A Prova Escrita contendo questões objetivas de múltipla escolha e questões discursivas será realizada nas cidades do Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Niterói, com data inicialmente prevista para o dia 1º de fevereiro de 2015, em locais e horários a serem confirmados oportunamente no Edital de Convocação para a Prova, a ser publicado no Diário Oficial da União D.O.U. e pela internet no endereço eletrônico do IDECAN (www.idecan.org.br), observado o horário oficial de Brasília/DF.

- 7.1.1. Em decorrência do número de candidatos inscritos excederem à oferta de lugares adequados existentes nos campi ou escolas das cidades citadas no item 7.1., o IDECAN reserva-se ao direito de alocá-los em cidades próximas determinadas para aplicação da prova, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.
 7.1.2. A Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula e a Análise de Titulos serão aplicadas no municínio do Rio de Janeiro
- 7.1.2. A Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula e a Análise de Titulos serão aplicadas no município do Rio de Janeiro. 7.1.3. Ao candidato só será permitida a participação nas provas, na respectiva data, horário e local constante no Edital de Convocação a ser publicado no endereço eletrônico do IDECAN (www.idecan.org.br). 7.1.4. Não será permitida, em hipótese alguma, a realização da prova em outra data, horário ou fora do local designado. 7.1.5. Será de responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de prova. 7.2. Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição do

- 7.2. Os eventuais erros de digitação no nome, numero do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição do candidato deverão ser corrigidos SOMENTE no dia das provas, mediante conferência do documento original de identidade, pelo fiscal de sala, quando do ingresso do candidato no local de provas.
 7.2.1. O candidato que, eventualmente, necessitar altera algum dado constante da ficha de inscrição ou apresentar qualquer observação relevante, poderá fazê-lo no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala, para uso, se necessário
- cessário.

 7.2.2. Após a publicação do Resultado Final, a correção dos deverá ser encaminhada para o dados para efeito de convocação, deverá ser encaminhada para o Colégio Pedro II.
- 7.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para
- de Classe, que por Lei Federal valem como documento de identidade (CRQ, OAB, CRC, CRA, CRF, etc.) e Carteira Nacional de Habilitação - CNH (com fotografia na forma da Lei n° 9.503/97); e, c) Caneta esferográfica de tinta preta, de corpo transparen-
- 7.3.1. Os documentos apresentados deverão estar em feitas condições, de forma a permitir a identificação do candi
- com clareza.

 7.3.2. O comprovante de inscrição e o comprovante de pa-
- 7.3.2. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento não terão validade como documento de identidade.
 7.3.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou futro, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
 7.3.3.1. A identificação especial também será exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.

- candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.

 7.3.3.2. No dia da realização da prova, o IDECAN poderá submeter os candidatos à revista, por meio de detector de metais.

 7.3.3.2.1. Caso constatado, na revista por meio do detector de metais, que o candidato está portando aparelhos eletrônicos e/ou aparelho celular, este será eliminado do Concurso Público nos termos do item 7.13.6.

 7.3.4. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidado nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou dani-dentidado nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou dani-
- identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou dani-

7.3.5. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade.

ainda que autenticadas.
7.4. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo

- alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
 7.5. No dia da realização da prova, na hipótese de o can-7.5. No dia da realização da prova, na hipótese de o candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, o IDECAN procederá à inclusão do referido candidato por meio de preenchimento de formulário específico, mediante a apresentação do comprovante de inscrição e pagamento.
 7.5.1. A inclusão de que trata o item 7.5. será realizada de forma condicional e será confirmada pelo IDECAN na fase de julgamento das provas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.
- gamento das provas, com o intuito de se verificar a pertinencia da referida inclusão.

 7.5.2. Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item 7.5., esta será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

 7.6 No dia da realização das provas, não será permitido ao
- dos os atos dela decorrentes. 7.6. No dia da realização das provas, não será permitido ao 7.6. No dia da realização das provas, nao sera perminuo ao candidato entrar e/ou permanecer no local de exame com armas ou utilizar aparelhos eletrônicos (agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, telefone celular, walkman, MP3 player, tablet, ipod, relógio de qualquer tipo) e outros equipamentos similares, bem como protetor auricular, sendo que o descumprimento desta instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-
- desta instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tentativa de fraude.

 7.6.1. O candidato que estiver portando equipamento ele-trônico, como os indicados no item 7.6., deverá desligá-lo, retirar ter a respectiva bateria e acondicioná-lo em embalagem cedida para guar-da, permanecendo nesta condição até a saída do candidato do local de realização das provas, sendo que o IDECAN não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles cau-sados sados.
- 7.6.2. Na ocorrência do funcionamento de qualquer tipo de equipamento eletrônico durante a realização da Prova Escrita, mesmo acondicionado em embalagem cedida para guarda de pertences e/ou bolsa do candidato, o candidato será automaticamente eliminado do
- Concurso.
 7.6.2.1. A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em 7.6.2.1. A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de prova. Assim, ainda que o candidato tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos, sendo recomendável que a embalagem não reutilizável fornecida para o recolhimento de tais aparelhos somente seja rompida após a saída do candidato do local de provas.

 7.6.3. Para a segurança de todos os envolvidos no concurso, é vedado que os candidatos portem arma de fogo no dia de realização das provas, mesmo que amparado pela Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Caso, contudo, se verificada esta situação, o candidato será encaminhado à Coordenação do Campi ou da Escola, onde deveré entregar a arma para guarda devidamente identificada,
- onde deverá entregar a arma para guarda devidamente identificada, mediante preenchimento de termo de acautelamento de arma de fogo,
- mediante preenchimento de termo de acautelamento de arma de fogo, onde preencherá os dados relativos ao armamento.

 7.6.4. Durante a realização da prova, o candidato que quiser ir ao sanitário deverá solicitar ao fiscal da sala sua saída e este designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo o candidato manter-se em silêncio durante todo o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido à revista por meio de detector de metais.

 7.6.4.1. Na situação descrita no subitem 7.6.4, se for detectado que o candidato estiver portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, este será eliminado automaticamente do Concurso Público.

- Público.
 7.6.4.2. Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por azões de saúde, porventura façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverão comunicar previamente o IDECAN acerca da situação. Estes candidatos deverão ainda comparecer ao local de provas munidos dos exames e laudos que comprovem o uso de equipamentos.

 7.7. Durante a realização da prova, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, exceto para as disciplinas Artes Visuais e Desenho que necessitarão de material próprio.

 7.8. Não será permitida, durante a realização da prova, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelara como boné, lenço, chapéu, gorro ou qualquer outro acessório que cubra as orelhas
- lenço, chapéu, gorro ou qualquer outro acessório que cubra as orelhas
- 7.9. A Prova Escrita será composta de questões objetivas de
- 7.9. A Prova Escrita será composta de questões objetivas de múltipla escolha e questões discursivas.
 7.9.1. Para a realização da Parte Objetiva da Prova Escrita, o candidato lerá as questões no caderno de questões e fará a devida marcação no Cartão de Respostas, com caneta esferográfica de tinta preta. O Cartão de Respostas é o único documento válido para correção
- 7.9.1.1. Não serão computadas questões não respondidas,
- 7.9.1.1. Não serão computadas questões não respondidas, ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras, ainda que legível, mesmo que uma delas esteja correta.
 7.9.1.2. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.
 7.9.2. A Parte Discursiva da Prova Escrita será realizada no mesmo dia da Parte Objetiva.
 7.9.2.1 Para a realização da Parte Discursiva da Prova Escrita será realização no realização da Parte Discursiva da Prova Escrita será realização.
- 7.9.2.1. Para a realização da Parte Discursiva da Prova Es-
- crita, o candidato receberá o Caderno Específico, no qual redigirá com caneta de tinta preta

7.9.2.2. A Parte Discursiva da Prova Escrita deverá ser escrita à mão, em letra legível, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal do IDECAN, devidamente treinado, ao qual deverá ditar integralmente o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de acentuação e pontuação

Diário Oficial da União - Seção 3

7.9.2.3. A Parte Discursiva da Prova Escrita n\u00e3o poder\u00e1 ser 7.9.2.3. A Parte Discursiva da Prova Escrita nao pouera ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho da Folha de Texto Definitivo, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da Parte Discursiva, implicando a eli-

finitivo acarretará a anulação da Parte Discursiva, implicando a eliminação do candidato.

7.9.2.4. As Folhas do Texto Definitivo serão os únicos documentos válidos para a avaliação da Parte Discursiva da Prova Escrita. As folhas para rascunho são de preenchimento facultativo e não valem para a finalidade de avaliação.

7.9.2.5. A Parte Discursiva da Prova Escrita, por questão de segurança, será desidentificada na triagem do material no IDECAN, antes da entrega para correção às Bancas Examinadoras.

7.10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o Cartão de Resposta e o Caderno Específico, com as Folhas de Texto Definitivo, para as questões discursivas, pois serão os únicos documentos válidos para a correção.

7.11. A Prova Escrita contendo questões objetivas de múltipla escolha e questões discursivas terá a duração de 5 (cinco) horas.

7.11.1. Iniciadas as provas, nenhum candidato poderá retirar-

7.11.1. Iniciadas as provas, nennum canuciato pouera remarse de asala antes de decorridas 2 (duas) horas.
7.11.2. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões quando faltar 60 (sessenta) minutos para o término do horário estabelecido para o fim da prova, desde que o mesmo permaneça em sala até este momento, deixando com o fiscal da sala o

maneça em sala até este momento, deixando com o fiscal da sala o Cartão de Resposta e o Caderno Especifico, com as Folhas de Texto Definitivo, para as questões discursivas, que serão os únicos documentos válidos para a correção.

7.11.3 O fiscal de sala orientará os candidatos quando do início das provas que os únicos documentos que deverão permanecer sobre a carteira serão o documento de identidade original e o Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), de modo a facilitar a identificação dos candidatos para a distribuição de seus respectivos Cartões de Respostas e Cadernos específicos.

7.12. O Cartão de Resposta e o Caderno Específico para as questões discursivas dos candidatos serão personalizadas, impossibilitando a substituição.

7.13. Será automaticamente excluído do Concurso Público o candidato que:

candidato que:
7.13.1. Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora

dos locais ou horários pré-determinados; 7.13.2. Não apresentar o documento de identidade exigido no subitem 7.3, alínea "b", deste Edital; subitem 7.3, alínea "b", deste Edital;
7.13.3. Não comparecer à prova, seja qual for o motivo

alegado; 7.13.4. Ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento

1.13.4. Ausenar-se da saia de prova sem o acompanamento do fiscal ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido no subitem 7.11.1, seja qual for o motivo alegado;
7.13.5. For surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a prova que estiver sendo realizada, ou utilizando-se de livros, notas, impressos não permitidos, calculadora ou similar;
7.13.6. For surpreendido portando avendo alestônica bin

7.13.6. For surpreendido portando agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, relógios dombanco de dados, telefone celular, walkman, MP3 Player, tablet, ipod e/ou equipamentos semelhantes, bem como protetores

auriculares;
7.13.7. Lançar mão de meios ilícitos para executar as pro-

7.13.8. Não devolver o Cartão de Resposta e/ou o Caderno Específico para as questões discursivas, cedidos para a realização da

7.13.9. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou agir com descortesia em relação a qualquer um dos examinadores, executores e seus auxiliares, ou autoridades presentes;
7.13.10. Fizer anotação de informações relativas às suas res-

postas fora dos locais permitidos;
7.13.11. Ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo,
portando o Cartão de Respostas e/ou o Caderno Específico para as
questões discursivas;
7.13.12. Não cumprir as instruções contidas no Caderno de

7.13.12. Não cumprir as instruções contidas no Caderno de Questões e no Caderno Específico para as questões discursivas; 7.13.13. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público.

7.14. Constatado, após a Prova Escrita, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por qualquer outro meio, ter ocandidato utilizado procedimentos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

7.15. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

7.16. A condição de saúde do candidato no dia da aplicação da prova será de sua exclusiva responsabilidade.

da prova será de sua exclusiva responsabilidade.
7.17. Ocorrendo alguma situação de emergência, o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A equipe de coordenadores responsáveis pela apli-cação da prova dará todo o apoio que for necessário.

- 7.18. Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para
- A 1.18. Caso exista a necessidade do camidato se acisena para atendimento médico ou hospitalar, este não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Concurso Público.

 7.19. No dia da realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 7.20. Quanto aos Cadernos de Questões, após a distribuição destes e antes do início da prova, sob hipótese ainda que remota, de ocorrência de falhas na impressão, haverá substituição dos cadernos manchas, borrões e/ou qualquer imperfeição que impeça a nítida

com manchas, borrões e/ou qualquer imperfeição que impeça a nítida visualização da prova.

7.20.1. Na hipótese, ainda que remota, de falta de Cadernos para substituição, será feita a leitura dos itens onde ocorreram as falhas, utilizando-se um caderno completo.

7.20.2. O candidato deverá verificar, ainda, se a disciplina para a qual se inscreveu encontra-se devidamente identificado na parte superior, do Caderno de Provas.

7.21. A verificação de eventuais falhas no Caderno de Oues-

7.21. A verificação de eventuais falhas no Caderno de Ques-tões, mencionadas no subitem 7.20 e seguintes, deverá ser realizada

toes, mencionadas no subitem 7.20 e seguintes, devera ser realizada pelo candidato, antes do inicio da prova, após determinação do fiscal, não sendo aceitas reclamações posteriores.
7.22. O gabarito da Parte Objetiva da Prova Escrita será divulgado no endereço eletrônico do IDECAN (www.idecan.org.br), na data prevista de 2 de fevereiro de 2015.
8. DA AVALIAÇÃO DA PARTE OBJETIVA DA PROVA

ESCRITA

8.1. A Parte Objetiva da Prova Escrita será composta de 30 sestões de múltipla escolha será e será avaliada na escala de 0 (zero)

questões de múltipla escolha sera e sera a suma a 30 (trinta) pontos.

8.1.1. Na avaliação e correção da Parte Objetiva da Prova Escrita será utilizado o Escore Bruto.

8.2. O Escore Bruto corresponde ao número de acertos que o corresponde ao número de acertos que acertos que acerto de acertos que acerto de acertos que acerto de

candidato obtém na prova.

8.3. Será considerado aprovado na parte Objetiva da Prova
Escrita o candidato que acertar no mínimo 60% (sessenta por cento)
das questões objetivas de múltipla escolha.

8.4. Em hipótese alguma haverá revisão da Parte Objetiva da

Prova Escrita.

8.5. O candidato não aprovado na Parte Objetiva da Prova Escrita será eliminado do Concurso Público 9. DA AVALIAÇÃO DA PARTE DISCURSIVA DA PRO-

VA ESCRITA
9.1. A Parte Discursiva da Prova Escrita, de caráter eliminatório e classificatório, tem o objetivo de avaliar o uso adequado da norma padrão da Língua Portuguesa, a coesão, a coerência e o domínio técnico da disciplina e da Legislação Educacional a qual

9.2. Serão corrigidas as questões discursivas dos candidatos que obtiverem, no mínimo, 60% (sessenta porcento) de acertos na Parte Objetiva da Prova Escrita e classificados em até 10 (dez) vezes

Parte Opetiva da rivota Escrita e classificados em ate il 0 (dez) vezes o número de vagas da área de atuação/disciplina a que concorrem.

9.2.1. No caso de empate entre candidatos na última colocidados en considerados habilitados todos os candidatos que obtiveram o mesmo grau correspondente a essa colocação.

9.3. A Parte Discursiva da Prova Escrita, de caráter eliminatório e classificatório, será avaliada na escala de 0 (zero) a 100(cem) pontos.

minatorio e classificatorio, será avaliada na escala de 0 (zero) a 100(cem) pontos.

9.4. Serão considerados aprovados na Parte Discursiva da Prova Escrita e aptos para a Prova de Aula os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 70 (setenta) pontos na Parte Discursiva da Prova Escrita.

9.4.1. No caso de empate entre candidatos na última colocação, serão considerados habilitados todos os candidatos que obtiverem o mesmo grau correspondente a essa colocação.

tiverem o mesmo grau correspondente a essa colocação. 9.4.2. Os candidatos não incluídos nos critérios estabelecidos

no subitem 9.4 e seus subitens serão automaticamente eliminados do Concurso Público e não terão classificação alguma no certame.

Concurso Público e não terão classificação alguma no certame.

9.5. Será atribuída nota 0 (zero) à parte Discursiva da Prova Escrita nos casos em que o candidato:

a) Fugir à proposta apresentada;
b) Apresentar textos sob forma não articulada verbalmente, apenas com desenhos (exceto para os candidatos de Desenho e Artes Visuais), números e palavras soltas ou em forma de verso;
c) Assinar fora do local apropriado;
d) Apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidatos, e) Estiver escrita a lápis, em parte ou na totalidade (exceto para os candidatos das disciplinas Artes Visuais e Desenho);
f) Estiver em branco; e,

 Di Estiver em branco; e,
 g) Apresentar letra ilegivel.
 9.6. As folhas para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado. pelo candidato será considerado na correção da Parte Discursiva da Prova Escrita pela Banca Examinadora. 10 DA PROVA DESEMPENHO DIDÁTICO/PROVA DE

AULA

10.1. A Prova de Desempenho Didático/ Prova de Aula, terá
caráter eliminatório e classificatório e será realizada pelo Colégio
Pedro II, na data prevista entre 23 e 28 de fevereiro de 2015 em local
e horário que serão comunicados oportunamente no Edital de Convocação para as Provas de Desempenho Didático a ser publicado no
endereço eletrônico do IDECAN (www.idecan.org.br) e no site do
Colégio Pedro II (http://www.cp2.g12.br) observado o horário oficial
de Brasilia/Fl de Brasília/DF.

10.1.1. O candidato realizará a Prova de Desempenho Di-

dático/Prova de Aula no município de Rio de Janeiro.

10.2. Será de responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de prova.



10.2.1. Ao candidato só será permitida a participação nas Prova de Desempenho Didático/Provas de Aula, na respectiva data, horário e local a serem divulgados de acordo com as informações constantes no subitem 10.1.

ISSN 1677-7069

- constantes no subitem 10.1.

 10.3. Não será permitida, em hipótese alguma, realização das Prova de Desempenho Didático/Provas de Aula em outro dia, horário ou fora do local designado. O candidato deverá comparecer ao local com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário marcado, munido de documento oficial de identidade, com foto, no seu original e do seu Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI)

 10.4. Para a realização da Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula serão convocados os candidatos habilitados na Prova Escrita, classificados provisoriamente, incluindo-se os candidatos empatados na última posição.

 10.5. A Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula, de caráter eliminatório e classificatório, versará sobre conteúdo progra-
- caráter eliminatório e classificatório, versará sobre conteúdo progra-mático da área de atuação/conhecimento a que concorre o candi-
- dato.

 10.5.1. A relação dos temas para a Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula, bem como o calendário e os locais para a realização da Prova Desempenho Didático/ Prova de Aula com distribuição dos candidatos, será divulgada na data provável de 13 de fevereiro de 2015, na internet no site da IDECAN (www.idecan.org.br) e no site do Colégio Pedro II (www.pc.2.gl.2.br).

 10.5.2 O tema, o ano e o nível de ensino a que se destina a aula serão objeto de sorteio com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da realização da Prova de Desempenho Didático/ Prova de Aula.
- Auta.

 10.5.3. A distribuição dos candidatos pelos dias e turnos em que acontecerá a Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula obedecrá à ordem crescente do número de inscrição dos candidatos habilitados, na razão de até 4 (quatro) candidatos por turno de trabello.
- nauno.

 10.5.4. A ordem em que os candidatos ministrarão suas aulas será estabelecida por sorteio realizado antes do início da primeira prova, em cada um dos dias e turnos do calendário para isso estabelecido.

 10.5.5. Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula terá como objetivo aprurar.
- como objetivo apurar:

 a) capacidade de planejamento de aula;
 b) a capacidade de síntese;
- b) a capacidade de sintese;
 c) a clareza e ordenação da aula;
 d) a adequação da linguagem;
 e) o conhecimento do conteúdo programático e a adequação ao ano sorteado;
 f) a utilização adequada dos recursos didáticos.
 10.5.6. A Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula terá duração mínima de 35 (trinta e cinco) minutos e máxima de 45 (quarenta e cinco) minutos (quarenta e cinco) minutos.
- 10.5.7. O candidato entregará à Banca Examinadora, antes do início da Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula, o Plano
- мо піков на гточа де Desempenho Didático/Prova de Aula, o Plano de Aula, digitado em 4 (quatro) vias.

 10.5.8. A Prova de Desempenho Didático/ Prova de Aula será pública, ministrada perante a Banca Examinadora.

 10.5.8.1. É vedado o ingresso da assistência ao recinto de realização da Prova de Desempenho Didático/ Prova de Aula após o seu início.
- 10.5.9. Não será permitida a presença de candidato con-corrente às Provas de Desempenho Didático/ Provas de Aula, sob-pena de sua desclassificação.
- 10.5.10. Ao final da Prova de Desempenho Acadêmico/ Prova de Aula, a Banca Examinadora, a seu critério, poderá arguir o
- va de Aula, a Bairca Examiniadora, a seu criterio, podera alguir o candidato por até 15 (quinze) minutos.

 10.5.10.1. Não será permitida, a qualquer dos demais presentes à Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula, a interferência nas aulas públicas, bem como o uso de câmeras, celulares, filmadoras ou similares que possam reproduzir ou transmitir seu control de cambra de cambra de control de cambra de
- 10.6. O Sorteio do Tema que será desenvolvido na Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula, será realizado em data, local e horário a serem comunicados oportunamente, através de Edital de convocação a ser publicado no endereço eletrônico do IDECAN (www.idecan.org.br), observado o horário oficial de Brasília/DF e no
- (www.idecan.org.bf), observado o noratro oficial de Brashia Di C no site do Colégio Pedro II (http://www.pc/2.gf.2.br) 10.6.1. Para que tenha ciência do tema sorteado com o qual irá desenvolver sua Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula o candidato deverá comparecer ao sorteio, não esquecendo de portar seu documento de identidade oficial original com foto e Cartão de
- seu documento de identidade oficial original com foto e Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI).

 10.6.1.2. O candidato, no sorteio do tema, poderá ser representado por procurador devidamente constituído.

 10.7. Poderão ser utilizados quaisquer recursos didáticos compatíveis, sendo disponibilizada apenas a lousa. Os demais equipamentos como: retroprojetor, TV e vídeo, projetor multimídia, computador este daverão est providençados pola candidato por seuse productor de caresta daverão est providençados pola candidato por seuse. putador, etc, deverão ser providenciados pelo candidato, por seus
- 10.8. Todos os candidatos deverão estar presentes e assinar a lista de presença na hora marcada para o início da Prova de De-sempenho Didático/ Prova de Aula, sendo considerado desistente o
- sempenho Didático/ Prova de Aula, sendo considerado desistente o que estiver ausente.

 10.9. A Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

 10.9.1. Será considerado aprovado na Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula o candidato que obtiver grau igual ou su-
- perior a 70 (setenta) pontos. 10.10. A Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula será gravada em vídeo para fins de registro e avaliação, sendo a utilização, o teor e a propriedade exclusiva da Pró-Reitoria de Ensino.

- 11. DA ANÁLISE DE TÍTULOS
- 11. Da candidatos aprovados para a Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula deverão entregar à Coordenação do Concurso (Campo de São Cristóvão, 177 3º andar Pró-Reitoria de Ensino) no dia da Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula, no horário das successiva de Aula, no horário das dia da Prova de Desempenho Didatico/Prova de Aula, no horario das 8h00min ás 17h00min, em envelope lacrado, seu Curriculum Vitae, preferencialmente retirado da Plataforma Lattes, com cópia dos respectivos títulos acadêmicos e demais documentos comprobatórios, numerados e sequenciados da mesma forma que figurarem no curriculo anexado, com autenticação em cartório. Caso a prova seja no sábado, os títulos poderão ser entregues na segunda-feira próxima.

 11.2. Os títulos deverão ser anexados a uma relação descritiva dos mesmos rigorosamente seumda a ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamente seumda a ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamente seumda a ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamente seumda a ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamentes seumda a ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamentes seumda a ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamentes seumda a ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamentes seumda a ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamentes seumda a ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamentes seumda a ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamentes seumda a ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamentes seumda a ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamentes seumda a ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamentes seumda a ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamentes seumda ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamentes seumda ordem prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamentes seumda prevista no Anecitiva dos mesmos rigorosamentes seuma dos mesmos rigorosam
- critiva dos mesmos, rigorosamente segundo a ordem prevista no Anexo IV deste Edital.
- Só serão avaliados os títulos dos candidatos que ob-11.3. So serao avaliados os titulos dos candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 70 (setenta) pontos na Prova de
 Desempenho Didático/Prova de Aula, respeitados os empates, estando
 eliminado do Concurso âqueles que obtiverem nota inferior.

 11.4. Não serão aceitos documentos ilegíveis, bem como os
 títulos emitidos via postal, via fax, páginas eletrônicas que não possuam certificação digital ou outras formas que não âquelas exigidas
 porte Edicio.
- neste Edital.
- 11.5. Não serão considerados os títulos apresentados fora do prazo acima estabelecido
- prazo acima estabelecido.

 11.6. Na impossibilidade de comparecimento do candidato, serão aceitos títulos entregues por procurador, mediante apresentação de cópia e original de documento de identidade oficial com foto do procurador e de procuração simples do interessado, com firma reconhecida por autenticidade, acompanhada de cópia legivel do documento de identidade do candidato.
- cumento de identidade do candidato.

 11.7. As cópias e a procuração original serão arquivadas junto à documentação que vier a ser entregue pelo procurador.

 11.7.1. Serão de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas por seu procurador no ato de entrega dos títulos, bem como a entrega da documentação na data prevista neste Edital, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de seu representante.

 11.8. Os documentos entregues para a Análise de Títulos não poderão ser devolvidos por constituirem documentação comprobatória do processo de avaliação.

 11.9. A atribuição de pontos aos títulos será feita conforme a

- do processo de avaliação.

 11-9. A atribuição de pontos aos títulos será feita conforme a tabela constante do Anexo IV deste Edital.

 11-10. A habilitação legal mínima exigida para nomeação deverá ser apresentada obrigatoriamente na documentação para Análise de Títulos, mas não representará ponto para o certame.

 11.11. A contagem dos títulos acadêmicos descritos nos itens a, b, c e d do Anexo IV não será cumulativa, considerando-se, apenas, o de maior pontuação.
- de maior pontuação.

 11.12. Cada título será considerado uma única vez.

 11.13. Não será considerado, para efeito de pontuação, mais de um título do mesmo nível acadêmico.

 11.14. Somente serão aceitos os títulos de cursos reconhecimas de Escrição do Escrição Superior.
- 11.14. Somente serao acettos os trutlos de cursos reconhe-cidos pelo MEC expedidos por Instituição de Ensino Superior. 11.15. Os títulos de Mestrado e Doutorado só serão aceitos desde que os cursos sejam credenciados pela Coordenação de Aper-feiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e acompanhados das respectivas avaliações. 11.16. Os títulos concedidos por qualquer instituição estran-ciar de aceita de considerados pundo traducidos pero a Lingua Por-
- geira só serão considerados quando traduzidos para a Língua Por-tuguesa por tradutor público juramentado e revalidados para o Ter-ritório Nacional por Instituição de Ensino Superior brasileira cre-
- ritório Nacional por Instituição de Ensino Superior brasileira credenciada para esse fim, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

 11.17. Para a comprovação indicada nos quesitos e e f do Anexo IV deverá ser apresentada declaração da Instituição onde o candidato exerceu a função ou docência, na qual deverão constar a(s) disciplina(s) ministrada(s) ou a(s) função/ões) exercida(s) e o período de softino compresso descentado es intervençãos exercida(s) e o período de efetivo exercício, descontadas as interrupções

- de efetivo exercício, descontadas as interrupções.

 11.18. Só será computado o período de docência exercido a partir da data de colação do grau do Curso de Licenciatura.

 11.19. Não serão aceitas as anotações em Carteira de Trabalho como comprovação para esses quesitos.

 11.20. Na pontuação dos itens e e f do Anexo IV, fração superior a 7 (sete) meses será considerada como fazendo jus à pontuação equivalente a 1 (um) ano.

 11.21. Não será computado como experiência profissional o tempo de estágio curricular, de monitoria, de bolsa de estudos, de iniciação científica ou de prestação de serviços como voluntários.

- tempo de estágio curricular, de monitoria, de bolsa de estudos, de iniciação científica ou de prestação de serviço como voluntário. 11.22. Para a comprovação dos itens g, h e i do Anexo IV, não serão aceitas cópias retiradas da internet. 11.23. A apresentação de trabalhos cuja autoria não possa ser comprovada e a exibição de atestados e certificados de comparecimento a congressos, simpósios, encontros ou eventos similares não constituem títulos. 11.24. Só serão considerados os trabalhos apresentados em eventos realizados em data posterior à da colação do grau no Curso de L'icencitatra.
- de Licenciatura.
- 11.25. A comprovação de aprovação em Concurso Público ou em processo seletivo deverá ser feita exclusivamente por meio de ou em processo seletivo devera ser feita exclusivamente por meio de apresentação de declaração expedida por setor de pessoal do órgão ou certificado do órgão executor do certame ou cópia da publicação do resultado final em Diário Oficial, não servindo, para este fim, cópias retiradas da internet ou cópia de contracheques.

 11.26. As atividades de pesquisa desenvolvidas em projetos de Iniciação Científica ou de pesquisa e docência inerentes à obtenção de contract. A Martine o Dusten program de contractador por fina de contractador por final de co
- dos graus de Mestre ou Doutor não serão consideradas para fins de ้าลcลิด

- 11.27. O resultado da Prova de Aula e da Análise de Títulos dos candidatos aprovados na Prova de Aula será divulgado no dia 25 de março de 2015 no site do IDECAN (www.idecan.org.br), no site do Colégio Pedro II (www.cp.2g12.br) e na portaria do prédio da Reitoria (Campo de São Cristóvão, 177).

 11.28. Não serão aceitos recursos ao resultado da Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula. uma única vez atra-
- Prova de Desempenho Didatico/Prova de Aula, uma única vez, atra-vés do site do IDECAN (www.idecan.org.br) entre os dias 26 e 27 de março de 2015, dirigido à Banca Examinadora, devidamente fun-damentado com referência direta aos itens da tabela constante do
- v. 11.30. O resultado da recontagem da Análise de Títulos será
- 11.30. O resultado da recontagem da Análise de Títulos será divulgado no dia 1º de abril de 2015, no site do IDECAN (www.idecan.org.br), no site do Colégio Pedro II (www.cp2.g12.br) e na portaria do prédio da Reitoria (Campo de São Cristóvão, 177).

 11.31. O resultado final do concurso será divulgado no dia 8 de abril de 2015, no site do IDECAN (www.idecan.org.br), no site do Colégio Pedro II (www.cp2.g12.br) e na portaria do prédio da Reitoria (Campo de São Cristóvão, 177).

 12. DA CLASSIFICAÇÃO

 12.1. Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da soma dos graus obtidos nas Provas e na Análise de Títulos do presente Concurso, considerados os respectivos pesos, de acordo com a determinação constante do item 6.1, deste Edital, ficando em lista de espera o número de candidatos previstos em lei.

 12.2. No caso de igualdade na Classificação Final, dar-se-á
- 12.2. No caso de igualdade na Classificação Final, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato que:
 12.2.1. Tiver idade superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia das inscrições, atendendo ao que dispõe o Estatuto do Idoso Lei Federal nº 10.741/2003;
 12.2.2. Obtiver maior número de pontos na prova de Desempenho Didático/Prova de Aula;
- 12.2.3. Obtiver maior número de pontos na Parte Discursiva
- da Prova Escrita; 12.2.4. Obtiver maior número de pontos na prova de Títulos

- da Prova Escrita;

 12.24. Obtiver maior número de pontos na prova de Títulos no quesito de experiência de ensino;
 12.25. Obtiver maior número de pontos na prova de Títulos no quesito de experiência profissional; e,
 12.26. Tiver maior idade, para os candidatos não alcançados pelo Estatuto do Idoso.
 12.3. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do grau final, em lista de classificação por cargo.
 12.3.1. A publicação do Resultado Final, por ordem de classificação no concurso, será realizada em 3 (três) listas:
 12.3.1.1. A primeira lista é geral, destinada à pontuação e classificação de todos os candidatos, incluindo os que se declararem pessoas com deficiência e negros no ato de inscrição;
 12.3.1.2. A segunda lista será destinada, exclusivamente, à pontuação dos candidatos que concorrem às vagas reservadas a pessoas com deficiência e sua classificação entre si; e,
 12.3.1.3. A terceira lista será destinada, exclusivamente, à pontuação dos candidatos que concorrem às vagas reservadas a negros e sua classificação entre si.
- gros e sua classificação entre si. 12.4. A lista de Classificação Final/Homologação, após ava-
- 12.4. A lista de Classificação Final/Homologação, após avalação dos eventuais recursos interpostos, será publicada no Diário Oficial da União D.O.U.

 12.5. A divulgação dos Resultado Final do Concurso Público contemplará a relação dos candidatos aprovados, ordenados por classificação, dentro dos quantitativos previstos no Anexo II do Decreto 12.6. Caso não haja candidato(s) com deficiência aprovado(s), serão contemplados os candidatos da listagem geral em número correspondente, observada rigorosamente a ordem de classificação e o limite de candidatos definido pelo Anexo II do Decreto nº 6.944/2009.

 12.7 Caso não haja candidatos negros aprovados em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes
- 12.7 Caso não haja candidatos negros aprovados em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada rigorosamente a ordem de classificação e o limite de candidatos definido pelo Anexo II do Decreto nº 6.944/2009.
- 12.8. Os resultados de todas as provas serão divulgados na portaria do prédio da Reitoria (Campo de São Cristóvão, 177), no endereço eletrônico do Colégio Pedro II (www.cp2.g12.br) e no site
- endereço eletrônico do Colegio Pedro II (www.cp2.g12.br) e no site do IDECAN (www.idecan.org.br).

 12.9. A aprovação no presente Concurso Público não gera ao candidato aprovado o direito à nomeação daqueles que se classificarem além do número de vagas estipuladas na TABELA I, ficando reservado ao Colégio Pedro II o direito de aproveitamento destes conforme critérios de necessidade e conveniência da Administração Pública
- Pública.

 12.9.1. Da mesma forma, a aprovação acima aludida não gera ao candidato o direito de escolha de seu local de trabalho, sendo este do interesse da Administração.

 13. DOS RECURSOS
 13. L. Será admitido recurso quanto à divulgação do resultado da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, divulgação dos Gabaritos da Parte Objetiva da Prova Escrita, divulgação do Resultado Provisório da Prova Escrita, divulgação do Resultado Provisório da Prova Escrita, divulgação do Resultado Provisório da Parte Objetiva da Prova Escrita, divulgação do Resultado Provisório da Análise de Titulos e Classificação Final 13.2. Para recorrer o candidato deverá utilizar o endereço eletrônico do IDECAN (www.idecan.org.br) e seguir as instruções al contidas. Os recursos poderão ser interpostos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de:
 13.2.1. Divulgação do Resultado da Solicitação de Isenção do Pagamento da taxa de inscrição;
 13.2.2. Divulgação do Resultado da parte Objetiva da prova Escrita;

- Escrita

- 13.2.3. Divulgação do Resultado Provisório da parte Dis
- da Prova Escrita; 13.2.4. Divulgação do Resultado Provisório da Prova de Tí-
- tulos;
 13.2.5. Divulgação da Classificação Final.
 13.3. Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados não serão apreciados.
 13.4. O recurso deverá ser individual, devidamente funda-

- 13.4. O recurso deverá ser individual, devidamente fundamentado.

 13.5. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 13.1. deste Edital.

 13.6. A interposição dos recursos não obsta o regular andamento do cronograma do Concurso.

 13.7. Não serão aceitos recursos interpostos por correspondência (SEDEX, AR, Telegrama etc.), fac-simile, telex ou outro meio que não seja o estabelecido no item 13.2. deste Edital.

 13.8. O ponto relativo a uma questão eventualmente anulada será atribuido a todos os candidatos.

 13.9. Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá ser eventualmente alterada a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá correr a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para aprovação.

 13.9.1. Depois de julgados todos os recursos apresentados, será publicado o Resultado Final do Concurso Público, com as alterações ocorridas, não cabendo recursos adicionais.

 13.10. Não serão apreciados os Recursos que forem apresentados:

- sentados:
 13.10.1. Em desacordo com as especificações contidas neste
 - 13.10.2. Fora do prazo estabelecido;
- 13.10.2. Fora do prazo estabelecido;
 13.10.3. Sem fundamentação lógica e consistente; e,
 13.10.4. Com argumentação idêntica a outros recursos.
 13.11. Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso,
 recurso do recurso de Gabarito Definitivo.
 13.12. Não serão aceitos recursos por meios diversos ao que
- determina este Edital.

 13.13. As decisões dos recursos interpostos contra o Gabarito Provisório serão dadas a conhecer coletivamente através de Relatório
- Provisório serão dadas a conhecer coletivamente através de Relatório de Exposição de Motivos, referentes às anulações ou alterações. Os demais recursos serão dados a conhecer individualmente, por meio da área restrita do candidato, no site do IDECAN (www.idecan.org.br). 13.14. A Banca Examinadora constitui a última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

 14. DA HOMOLOGAÇÃO
 14.1. O Resultado Final deste Concurso Público será homologado pelo Pró-Reitor de Gestão de Pessoas do Colégio Pedro II, respeitado o disposto no art. 42 do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, mediante publicação no Diário Oficial da União, não se admitindo recurso deste resultado.

 15. DOS EXAMES MEDICOS
 15.1. Os exames deverão ser apresentados a Pericia Oficial de Saúde do Colégio Pedro II.
 15.2. Os exames deverão ser apresentados a Pericia Oficial de Saúde do Colégio Pedro II.
- cópias ou resultados extraídos da internet e assinados eletronica
- 15.2.1. Os candidatos deficientes por ocasião da apresen-tação na Perícia Oficial de Saúde do Colégio Pedro II deverão apresentar o atestado médico para pessoas com deficiência conforme o modelo constante do Anexo III.
- 15.3. Serão aceitos exames com validade de 90 dias (exames laboratoriais, ECG e audiometria/ laringoscopia) e de 180 dias para
- exames radiológicos e avaliações.

 15.4. Os exames necessários para a posse do servidor efetivo
- são:

 a) Exame de sangue: Hemograma Completo; Bioquímica do Sangue Ureia, Creatina, Glicemia, VDRL, Grupo Sanguíneo, Fator RH, Colesterol Total, HDL, Triglicerídeos, Acido Urico, TGO,
 - b) Urina (EAS):
 - Fezes (EPP); Avaliação Sanidade Mental, com médico psiquiátrico; Avaliação Otorrinolaringológica; Avaliação Otlalmológica;

 - 1) Avanação Опашногодіса; g) RX de Tórax (PA e Perfil); e, h) Apresentar comprovante de vacinação contra hepatite e
- 15.4.1. Além dos exames acima discriminados, os candidatos
- 13.4.1. Alem dos exames acima discriminados, os candidatos com mais de 40 anos deverão apresentar Teste Ergométrico (ECG). 15.4.2. Além dos exames acima discriminados, os candidatos do sexo masculino, com mais de 40 anos, deverão apresentar PSA (antígeno específico de próstata) com validade do último ano. 15.4.3. Além dos exames acima discriminados, os candidatos com mais de 40 anos, do sexo feminino, deverão apresentar Colpocitologia Oncótica com validade do último ano.
- - 16 DA NOMEAÇÃO
- 16. DA NOMEAÇÃO

 16.1. As nomeações ocorrerão de acordo com a necessidade do Colégio Pedro II respeitando-se, rigorosamente, a ordem de classificação final dos candidatos habilitados no Concurso Público.
 16.2. Os candidatos, por ocasão da nomeação no cargo, deverão comprovar os requisitos abaixo relacionados mediante en-
- deverao comprovar os requisitos abaixo relacionados mediante en-trega de cópia reprográfica autenticada ou original acompanhado de 2 (duas) cópias, dos seguintes documentos:

 a) Documentos comprobatórios de experiência profissional para os cargos que o exigem;

 b) Certidão de Nascimento ou Casamento;

 c) Foto 3x4 recente, com fundo branco;

 d) Certain de Identidade (RC) compressionado tre, no mís
- d) Carteira de Identidade (RG), comprovando ter, no mínimo, 18 anos de idade completos (na data da posse);

e) Título de Eleitor acompanhado dos dois últimos tes de votação, ou de Certidão de regularidade com a Justica

Diário Oficial da União - Secão 3

- f) Certificado de Reservista de 1ª ou 2ª categoria ou Cer-tificado de Dispensa de Incorporação ou de Isenção do Serviço Militar, se do sexo masculino; g) Cadastro de Pessoa Física regularizado (CPF);
- do sexo mascullo.
 g) (Cadastro de Pessoa Física regularizado (CPF);
 h) PIS/PASEP;
 i) Certidão de nascimento e CPF dos filhos;
 j) Comprovante de escolaridade requerida pelo cargo;
 k) Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Pú-
- Comprovante de Residência;
 Declaração de Imposto de Renda completa, juntamente recibo de entrega; e,
 Ocarteira Profissional de registro no órgão de classe, para
- os cargos que a exigem. 16.3. Os candidatos, por ocasião da non
- deverão apresentar os exames solicitados no item 15 à Perícia Oficial de Saúde do Colégio Pedro II em dia e horário a ser estabelecido.
 - 16.4. Não será empossado o candidato que: 16.4.1. Não fizer prova hábil das exigências, requisitos e pré-

- Os resultados serão publicados no endereço eletrônico do IDECAN (www.idecan.org.br.) bem como no endereço eletrônico do Colégio Pedro II (http://www.cp2.g12.br). A homologação do Resultado Final do Concurso Público será publicada no Diário Oficial da União D.O.U., divulgada no endereço eletrônico do IDECAN (www.idecan.org.br) e no endereço eletrônico do IDECAN (www.idecan.org.br). In Sinscrição do candidato implicará aceitação das nomas para o Concurso Público contidas nos comunicados, neste Edital e em outros instrumentos que venham a ser publicados. 17.3.1. O candidato poderá obter informações referentes ao Concurso Público por meio do telefone 0800-283-4628, no endereço eletrônico www.idecan.org.br ou pelo e-mail atendimento@idecan.org.br

- can.org.br.
 17.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, Editais e comunicados referentes a este Concurso Público que sejam publicados no Diário Oficial da União - D.O.U. e/ou divulgados na internet.
- e/ou divulgados na internet.

 17.5. O IDECAN e o Colégio Pedro II se eximem das despesas com viagens e estadia dos candidatos em qualquer das fases do Concurso Público.
- 17.6. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Concurso Público, valendo, para esse fim, a homologação publicada no Diário Oficial da União D.O.U.
- D.O.U.

 17.7. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da nomeação, acarretarão a nultidade da inscrição e desclassificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal 17.8. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alte-
- rações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a pro-vidência ou evento que lhe disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado no Diário Oficial da
- mencionada em Edital ou aviso a ser publicado no Diário Oficial da União D.O.U e na internet.

 17.9. O candidato se obriga a manter atualizado o endereço perante o IDECAN SAUS Quadra 5 Bloco K, Edificio OK Office Tower, Salas 1.404 e 1.405, CEP 70.070-050, Brasilia/DF -, até a data de publicação da Homologação do Resultado Final do concurso e, após esta data, junto ao Colégio Pedro II.

 17.10. É de responsabilidade do candidato manter atualizado seu endereço e telefone, até que se expire o prazo de validade do Concurso Público, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, quando for chamado, perder o prazo para contratação, caso não seja localizado.

 17.11. O IDECAN e o Colégio Pedro II não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:
- sabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de

- 17.11.1. Endereço não atualizado;
 17.11.2. Correspondência devolvida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato; e,
 17.11.3. Correspondência recebida por terceiros.
 17.12. O IDECAN e o Colégio Pedro II não se responsabilizam por quaisquer cursos textos a postilas e outras publicações
- sabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.
- 17.13. Considerar-se-á, para efeito de aplicação e correção das provas, a legislação vigente até a data de publicação deste Edi-
- 17.14. Os candidatos habilitados e não nomeados, a critério 17.14. Os candidatos habilitados e não nomeados, a critério da Administração do Colégio Pedro II, poderão ser aproveitados e nomeados por outros Orgãos do Poder Executivo Federal, obedecida a respectiva classificação e conveniência administrativa, respeitada a identidade do cargo e expresso interesse do candidato. 17.15. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei nº 12.527/2011. 17.16. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão designada para a realização do Concurso Público. 17.17. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ALMERIO WALDINO DOS SANTOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRIMEIRO SEGMENTO 1. PROGRAMA DE LÍNGUA PORTUGUESA E SEU EN-

- SINO 1.1. Leitura e produção de textos verbais e não-verbais, de textos orais e escritos. 1.2. Texto literário e não-literário: elementos ficcionais e não-ficeinais; linguagens denotativa e conotativa; pressuposições implícitas e explícitas; intertextualidade. 1.3. Tipologia textual e gêneros de circulação social: estrutura; objetivos discursivos do texto; aspectos linguísticos. 1.4. Elementos de coesão do texto: aspectos gramaticais e aspectos semânticos. 1.5. Elementos de coerência do texto: organização dos enunciados e das partes do texto. Variabilidade linguística: norma culta e variedades regionais e sociais; registros formal e informal do uso da lingua. 1.6. Argumentação: fato e opinião; fundamentação do argumento; pertinência; suficiência; rescritura 1.7. Fonologia: fonema e letra; silaba, encontros vocálicos e consonantais, digrafos; ortografia; acentuação tônica e gráfica. 1.8. Morfossintaxe: noções básicas de estrutura de palavras; classes de palavras; funções sintáticas do período simples; tempos e modos verbais. 1.9 Alfabetização e letramento: aspectos lingúisticos como instrumentos para a leitura e a produção de textos; procedimentos de revisão textual e de reescritura.

 2. PROGRAMA DE MATEMÁTICA E SEU ENSINO 2.1 Números Naturais; significados, es Sistema de Numeração Decimal. 2.2 Números Racionais: significados, erpresentação decimal e fracionária, equivalência, ordenação e localização na reta numérica. 1.1. Leitura e produção de textos verbais e não-verbais. de
- fracionária, equivalência, ordenação e localização na reta numé-
- 2.3 Operações com números naturais e racionais: significados, propriedades e procedimentos de cálculo das operações da dição, subtração, multiplicação e divisão. 2.4 Múltiplos e divisores. Divisibilidade. Números primos. 2.5 Linguagem algébrica; cálculo algébrico; cquações e inequações. 2.6 Espaço e forma: descrição, interpretação e representação da localização e movimentação de pessoas e objetos. Figuras geométricas espaciais e planas: caracteristicas, propriedades, elementos constituintes, composição, decomposição, ampliação, redução e representação. 2.7 Medidas: procedimentos e instrumentos de medida; sistemas de medidas decimais (comprimento, superficie, volume, capacidade, massa e temperatura) e conversões; medidas de tempo e conversões; sistema monetário brasileiro; cálculo e comparação de perimetro e área; aplicações geométricas. 2.8 Tratamento da informação leitura, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Média aritmética. Probabilidade. 2.9 Recursos para o ensimo de Matemática: resolução de problemas, jogos, história da Matemática e elementos tecnológicos. 2.3 Operações com números naturais e racionais: signifi-
- Matemática e elementos tecnológicos.

 2.10 Aquisição de conceitos matemáticos e desenvolvimento
 2.20 Aquisição de conceitos matemáticos e desenvolvimento de conceitos de c

de procedimentos, valores e atitudes que possibilitem o exercício da cidadania.

3. PROGRAMA DE CIÊNCIAS E SEU ENSINO

3.1 Ambiente e Seres Vivos 3.1.1 Ar atmosférico: composição, propriedades e importância da atmosférico componentes para a vida no planeta. 3.1.2 Agua: importância, composição, propriedades, estados físicos da água, ciclo da água na natureza, uso racional e desperdicio. 3.1.3 Solo: importância, composição, erosão, poluição e preservação. 3.1.4 Seres vivos: 3.1.4.1 Caracterização geral e classificação. 3.1.4.2 Aminais: adaptações; reprodução e respiração 3.1.4.3 Vegetais: adaptações; fotossíntese; respiração e transpiração. 3.1.4.4 Relações entre seres vivos e formas de obtenção do alimento; fluxo de energia ao longo das cadeias alimentares; desequilibrio ecológico, causas e consequências. 3.1.4.5 Diferentes ecossistemas terrestres: componentes e características; interdependência entre elementos. 3.2 Ser Humano e Saúde: noções elementares de anatomia e fisiologia humana; relações entre os diferentes sistemas (visão do corpo humano como um todo integrado); princípios básicos de saúde; doenças infecto-contagiosas; aspectos biológicos, afetivos e culturais da sexualidade; métodos anticoncepcionais. 3.3 Recursos Tecnológicos: 3.3.1 Energia: conceito, importância, formas, fontes e transformação; 3.3.2 Matéria: estrutura e propriedades; 3.3.3 Exploração de recursos naturais e seus impactos nos ecossistemas; 3.3.4 A produção de residuos (lixo, esgoto e gases poluentes); causas e consequências; formas sustentáveis de descartar no ambiente; 3.3.5 Ética ecológica e social na obtenção dos recursos tecnológicos. 3.4 Problematização no ensino de Ciências. 3.5 Busca lo digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a

de informações: observação, experimentação e leitura de textos informativos. 3.6 Tratamento das informações: comparação, registro e

ISSN 1677-7069

. PROGRAMA DE HISTÓRIA E SEU ENSINO

4.1 Fontes históricas, periodização e elementos históricos (homem, cultura, espaço e tempo). 4.2 Formação da sociedade brasileira - os elementos formadores do povo brasileiro: os indígenas, os sileira - os elementos formadorés do povo brasíleiro: os indígenas, os portugueses, os africanos, os imigrantes. Diferentes manifestações culturais. 4.3 Acontecimentos políticos, econômicos e sócio-culturais dos diferentes períodos da História do Brasil (colonial, imperial e republicano). 4.4 História da Cidade do Rio de Janeiro (do século XVI aos dias atuais). 4.5 Construção dos conceitos de tempo: duração, simultaneidade, posterioridade e anterioridade.

5. PROGRAMA DE GEOGRAFIA E SEU ENSINO
5.1 Localização espacial: círculos terrestres, coordenadas geográficas, projeções cartográficas, pontos cardeais e colaterais. 5.2 Representação do espaço e linguagem dos mapas: escalas, plantas e convenções cartográficas. 3.3 Caracterização do espaço geográfico: relevo, solo, hidrografia, clima e vegetação; transformações naturais e

convenções cartográficas. 5.3 Caracterização do espaço geográfico: relevo, solo, hidrografia, clima e vegetação; transformações naturais e humanas. 5.4 Espaço brasileiro: população, urbanização, grandes divisões do espaço, recursos naturais, questão agrária e industrialização. 5.5 Espaço nundial: divisõe internacional do trabalho, globalização e questão ambiental. 5.6 Construção dos conceitos de espaço (relações topológicas, projetivas e euclidianas) e de grupos sociais. 5.7 Discussão, reflexão e posicionamento crítico como prática relevante para o desenvolvimento da cidadania.5.8 Atividades de pesquisa e atividades em grupo na aprendizagem em Estudos Sociais.

6. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

6.1 Educação: principais definições e conceitos, seus fins e papel na sociedade ocidental contemporânea. Principais aspectos históricos da Educação Brasileira. Legislação atual; as Diretrizes Curriculares Nacionais e suas implicações na prática pedagógica. 6.2 Estatuto da Criança e do Adolescente. 6.3 Função histórica e social a escola como campo de relações (espaço de diferenças, contradições e conflitos), como espaço para o exercício e a formação

contradições e conflitos), como espaço para o exercício e a formação da cidadania, como espaço de difusão, inclusão e construção do conhecimento. 6.4 A educação em sua dimensão teórico-filosófica: filosofias tradicionais da Educação e teorias educacionais contemporâneas. As concepções de aprendizagem/ aluno/ ensino/ professor nessas abordagens teóricas. 6.5 Teorias mais recentes sobre o denessas abordagens teóricas. 6.5 Teorias mais recentes sobre o de-senvolvimento infantil e seus reflexos na educação nas últimas dé-cadas. 6.6 O currículo (organização e dinâmica); conteúdos curri-culares e aprendizagem; o espaço da sala de aula como ambiente interativo; a atuação do professor mediador; a atuação do aluno como sujeito na construção do conhecimento; a avaliação como processo contínuo, investigativo e inclusivo. SUGESTOES BIBLIOGRÁFICAS Diretrizes Curriculares Nacionais.

Diretrizes Curriculares Nacionais.
BRASIL Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 2001.

Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação Nacional.

Ávaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas.

tre duas lógicas.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

ABREU, Maurício de A. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

BAGNO, Marcos, (org). Língua materna: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

BIZZO, Nélio. Ciências: fácil ou dificil?. Rio de Janeiro:Biruta 2010.

ruta, 2010.

BRYANT, Terezinha Nunes Peter. Criançasfazendo matemática. Porto Alegre. Artmed, 1987.

educação: bases para uma formação integral. São Paulo: Ática, 1997. Alfabetização sem o

CAGLIARI. Luiz Carlos.

CAGLIARI, Luiz Carlos, Alfabetização sem o ba,be,bi,bo,bu. Rio de Janeiro: Scipione, 2009.
CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente. In: CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. (org.). Enfases e omissões no currículo. Campinas, SP: Papirus, 2001, p. 15-44.
CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. Sº edição. São Paulo: Cortez, 2011
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Novagramática doportuguês contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
DELIZOICOV, Demétrio, ANGOTTI, José André & PERNAMBUCO, Marta Maria. Ensino de Ciências:fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

todos. São Paulo: Cortez. 2002.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas.

. São Paulo: Gaia, 2004. DINIZ, Maria Ignez de Souza Vieira; SMOLE, Kátia Cristina Stocco. Oconceito de ângulo e o ensino de Geometria. São Paulo: CAEM - IME/ USP, 2002

CAEM - IME/ USP, 2002
FIORIN, José Luiz; PLATÃO, Francisco. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática 1997.
FRANCA, Elizabeth et alii. Coleção Novo Bem me quer - Alfabetização Matemática - 1ºe 20 anos 2aed. SP, Editora do Brasil, 2011

FRANÇA, Elizabeth. et alii. Coleção Novo Bem me quer-Matemática - 3o ao 5o anos. 2a ed. SP, Editora do Brasil, 2011 GARCIA, O. M. Comunicação em prosamoderna. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

III.ARI, Rodolfo; BASSO, Renato. Oportuguês da gente: a ngua que estudamos; a língua que falamos. São Paulo: Contexto,

IMENES, L. M.; LELLIS, M. Matemática (60 ao 90 anos)

la ed. São Paulo: Moderna, 2010.

KAMII, Constance. Crianças pequenas continuam reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget. Porto Alegre:

Artmed, 2005.

KOCH, IngedoreV Otexto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 2003.

LOPES, Alice Casimiro. & MACEDO, Elisabeth. (orgs.). Currículo de ciências em debate. Campinas: Papirus, 2004.

LOPES, Maria Laura M. Leite. Tratamento da informação: explorando dados estatísticos e noções de probabilidade a partir das séries imiciais. Rio de Janeiro: Projeto Fundão, IM - UFRJ - 1987, Mercado das Letras, 2001.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. O texto na alfabetização: coesão e coerência. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

MORAIS, Artur Gomes. Ortografía: ensinar e aprender. São Paulo, Árica, 1998.

Paulo, Ática, 1998.
PERRENOUD, Phillippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.
SMOLE, Kátia T.; DINIZ, Maria Ignez. Ler, escrever e reolver problemas: habilidades básicas para aprendermatemática. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TOLEDO. Marília: TOLEDO. Mauro. Didática de Matemáo dois e dois: a construção da Matemática. Rio de Janeiro:

MORETO, Vasco Pedro. Prova: ummomento privilegiado de não um acerto de contas. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina,

MOREIRA, Antônio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu (Org.).
Currículo, cultura e sociedade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. Metodogia da pesquisa para o professor pesquisador. 2. ed. Rio de Janeiro:
Lamparina, 2008.
OLIVEIRA, R. J.; CANEN, A.; FRANCO, M. Ética, multiculturalismo e educação: articulação possíval? Reguista Brasileira de

OLIVEIRA, R. J.; CANEN, A.; FRANCO, M. Etica, multiculturalismo e educação: articulação possível? Revista Brasileira de Educação. Campinas, n. 13, p. 113- 126, jan. / abr. 2000.
SILVEIRA, Enio; MARQUES, Cláudio. Matemática: compreensão e prática (do 60 ao 90 anos). 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2013.

2013. SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez; CÂNDIDO, Patrícia. Cadernos do Mathema: jogos de matemática de Ioa 5oano. Porto Alegre: Artmed, 2007. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PROGRAMA DE ARTES VISUAIS

1. Os elementos da linguagem visual. 2. Os meios visuais de arte. 3. As correntes estilísticas. 4. A Leitura de imagem, a cultura visual e a comunicação na arte. 5. A história da Arte no Ocidente até o século XVIII: Pré-história, Antiguidade clássica, Arte Medieval, Renascimento, Barroco, Rococó. 6. Arte Indigena brasileira. 7. A história da Arte no Ocidente no século XIX: Necolássico, Romantismo, Fotografía, Realismo, Impressionismo, Simbolismo, os Pré-Mistória no Bresil 9. A Arte Brasileira do desemblemos de Pré-Mistória no Bresil 9. A Arte Brasileira do desemblemos de Presileira do Resileira do Re história da Arte no Ocidente no século XIX: Neoclássico, Romantismo, Fotografía, Realismo, Impressionismo, Simbolismo, os Prá-História no Brasil. 9. A Arte Brasileira do descobrimento ao século XIX: Arte Colonial/ Barroca, Academismo no Brasil. (Arquitetura, Escultura, Pintura). 10. As Vanguardas Europeias. 11. O Modernismo brasileiro. 12. Arte na América Latina. 13. Arte Africana e Africanidade. 14. Concretismo e Neoconcretismo. 15. Arte Contemporânea. 16. Pop Arte (EUA/Europa) e Pop Arte no Brasil. 17. Arte Conceitual (EUA/Europa / Brasil). 18. Arte Popular brasileira e as Matrizes culturais da arte no Brasil. 19. Patrimônio Histórico e Artistico. 20. O Ensino da Arte, Conceito, Histórico, Metodologias, Propostas e Práticas. Seus principais teóricos. 22. As Leis e as Diretrizes da Educação e no Ensino das Artes Visuais. SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.
ADES, Dawn.Arte na América Latina.S. P.: Cosac &Naify Edições, 1997.

Edições, 1997

Edições, 1997.

ARAUJO, Emanoel. (Org.) A mão afro-brasileira. Significado da contribuição artística e histórica. 2º edição revista e ampliada. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Museu Afro Brasil, 2010

ARCHER, Michael. Arte Contemporânea: Uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
ARGAN, Gilio Carlo Arte Moderna: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras,1992.
ARNHEIM, Rudolf Arte e percepão visual: uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
BARBOSA, Ana Mae. COUTINHO.Reiane Galasto (Orgs.) Arte/Educação como a concentration de Coutra de Contra de Coutra de Contra de Coutra de C BARBOSA, Ana Mae. COUTINHO,Rejane Galvão (Orgs.).Arte/Educação como mediação cultural e social. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

UNESP, 2009.
BARBOSA, Ana Mae. CUNHA, Fernanda Pereira da (Orgs.).

abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais. aulo: Cortez, 2010.

Paulic Cortez, 2010.

BARBOSA, Ana Mae. (Org.). Arte-Educação: leitura no subsolo. São Paulo: Cortez, 1997.
(Org.). Arte/Educação Contemporânea: consonân-

(Org.). Arte/Educação Contemporairea. Consemination cias internacionais.

2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
(Org.). Ensino da arte: memória e história. S.P.: Perspectíva, 2008.
(Org.). Inquietações e mudanças no ensino da arte. S.P.: Cortez, 2008.
BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos. São Paulo. Perspectiva. 2005.
Arte-Educação: conflitos/acertos. SP: Max Limonad,

Arte educação no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2005

. John Dewey e o ensino de arte no Brasil: 4. ed. S.P.: Cortez, 2002.

. Tópicos utópicos.Belo Horizonte: Com Arte, 1998. BELL, Julian.Uma nova história da arte.São Paulo: Martins

Fontes, 2008.

BRAGA, Paulo.Hélio Oiticica. São Paulo: Folha de São Paulo:

lo: Instituto Itaú Cultural, 2013.
BRITO, Ronaldo. Neoconcretismo: vértice ruptura do projeto

construtivo brasileiro. São Paulo: Cosac&Naify, 1999.

BURY, John. Arquitetura e Arte no Brasil Colonial. Brasilia,
DF: IPHAN/ MONUMENTA, 2006. Disponível em http://portal. iphan.gov.br/files/johnbury.pdf, acessado em 22/09/2014.

CAUQUELIN, Anne. Arte contemporânea: uma introdução.
São Paulo: Martins Fontes, 2005.

São Paulo: Martins Fontes, 2005.
CHAGAS, M; ABREU, R. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
COCCHIARALE, Fernando e GEIGER, Anna Bella. Abstracionismo geométrico e informal. Rio de Janeiro: Funarte, 1987.
COCCHIARALE, Fernando. Quem tem medo da arte contemporânea. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, EditoraMassangana,

COLI, Jorge. Como estudar a arte brasileira do século XIX São Paulo. Ed. Senac, 2005. CONDURU, Roberto.Arte Afro-brasileira. Belo Horizonte

CONDUNC, ROCARDAM CARRELL CONTROLL CONTROLL COSTA, Cacilda Teixeira.Arte no Brasil 1950-2000: Movimentos e Meios. São Paulo: Alameda, 2004.

DONDIS, Donis A.Sintaxe da linguagem visual. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUQUE Estrada, Luis Gonzaga. A Arte Brasileira. Camina São Paulo: Mercado das Letras 1995.

pinas. São Paulo: Mercado das Letras 1995. FERRAZ, M. H. C. de T.FUSARI,M. F. de R. Metodologia do ensino de arte. SãoPaulo: Cortez, 1999. FUNARI, Pedro Paulo & PELEGRINI,Sandra C. A., O que

é Patrimônio Cult ral Imaterial. São Paulo: Brasiliense, 2008 FUSARI, M. F. de R; FERRAZ,M. H. C. de T. Arte na

educação escolar. São

Paulo: Cortez, 2001. GASPAR,Madu. A arte rupestre no Brasil. Jorge Zahar

GOMBRICH, E. H.A História da Arte. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1993.
GOMES Filho, João Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.
HELENA, Lucia Modernismo brasileiro e vanguarda. São Paulo: Editora Ática, 2000.
HERKENHOFF, Paulo. Beatriz Milhazes Cor e Volúpia. Rio de Janeiro: Barléu Edições Ltda., 2006.
HERNANDEZ, Fernando. Catadores da Cultura Visual: proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2007. Cultura Visual, Mudança Educativa e Projeto de Tra-

balho, Porto Alegre: Artmed, 2000.

JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. Campinas,
SP: Papirus, 1996

La Arta Indigena no Brasil. Belo Horizonte: C/

SP: Papirus, 1996
LAGROU, Els. Arte Indígena no Brasil. Belo Horizonte: C/

LEMOS, A. Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico. S.P.:

Brasiliense,2006.
MANGUEL, Alberto.Lendo Imagens. São Paulo: Companhia

MANGUEL, Alberto.Lendo Imagens. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGLIACCIO, Luciano. O Século XIX.Mostra do Redescobrimento- Arte no Século XIX. Org. Nélson Aguilar, São Paulo: Enudação Bienal de São Paulo, Associação Brasil 500 anos Arte Visuais, 2000.

MORAES, Marcos.Adriana Varejão. São Paulo: Folha de S. Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2013.

MOREIRA, Terezinha Maria Losada. A interpretação da imagem: subsídios para o ensino da arte. Rio de Janeiro: Mauda X: FAPERJ, 2011.

MUSEUS RJ: UM GUIA DE MEMÓRIAS E AFETIVIDADES / Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. - Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, 2013.
Disponível em http://www.museusdorio.com.br/joomal/images/sto-

Disponível em http://www.museusdorio.com/br/joomla/images/sto-ries/guiari/museus-rj2013 pdf Acesso em 21/10/2014. OLIVEIRA, Myriam A.R.; PEREIRA,Sonia G.eLUZ, An-gelaA. História da Arte no Brasil. Textos de Sintese. Rio de Janeiro, EDUFRJ, 2008.

EDUFRI, 2008.

OSGEMEOS: A ópera da lua / tradução Izabel MuratBur-bridge;texto de Pedro Alonzo. Rio de Janeiro: Cobogó, 2014.

OSTROWER, Fayga.Universos da Arte. Rio de Janeiro: Edi-

tora Campus, 1983.

PECCININI, Daisy. Figurações. Brasil anos 60. São Paulo: EDUSP, 1999.

PEDROSA, Israel.Da cor à cor inexistente. Rio de Janeiro: istiano Editorial Ltda., 1995.

O Universo da Cor. Rio de Janeiro: Ed. Senac Na-Léo Christiano Edi

Comistanio Cumora A. 1933.

O Universo da Cor. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2003.

PEREIRA, S.G. Arte brasileira do século XIX. Belo Horizonte: C/arte, 2008.

PILAR, Analice Dutra. (Org.). A educação do olhar no ensino das artes. Porto Alegre: Mediação, 1999.

PERAZZO, Luiz F. Máslova T. Valença. Elementos da forma. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1997.

PORTAL DO IPHAN. Disponível em http://www.iphan.gov.br/. Acesso em 21/10/2014.

REZENDE, Neide.A Semana de Arte Moderna. São Paulo:Editora Atica, 2000.

RIBEIRO, Berta. Arte Indígena, Linguagem Visual. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.



RUSH, Michael. Novas mídias na arte contemporânea. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
STANGOS, Nikos Conceitos da Arte Moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1991.
TOLEDO, Benedito Lima de.O esplendor do Barroco Luso-Brasileiro. São Paulo-Atelie, 2012.
WOOD, Paul. Arte Conceitual. Cosac &Naify. São Paulo,

Guia de arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro / Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: organizador Jorge Czajkowski. Rio de Janeiro:Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

de Janeiro, 2000.

Guia de arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro / Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: organizador Jorge Czajkowski. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

Guia de arquitetura eclética no Rio de Janeiro / Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: organizador Jorge Czajkowski. Rio de Janeiro:Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

Guia de arquitetura moderna no Rio de Janeiro / Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: organizador Jorge Cza-jkowski. Rio de Janeiro:Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental. - Brasilia:MEC/SEF, 1998.
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte/ Secretaria de Educação Fundamental.-Brasilia. MEC/SEF, 1998.
Parâmetros Curriculares Nacionais (5º a 8º séries).
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: bases legais/Ministério da Educação.- Brasilia: Ministério da Educação Média e Tecnológica, 1999.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias/Ministério da Educação.
Brasilia: Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Média e

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos

BRÁSIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental. - 2º Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2000. LEIS BRASIL. Lei nº 5.692. Brasilia, 1971. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em http://www.6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action/id=102368. Acesso em 20 out. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9344.htm>.

PROGRAMA DE BIOLOGIA

PROGRAMA DE BIOLOGIA

PROGRAMA DE BIOLOGIA

1. Terra e Ambiente: 1.1. Origem, formação e localização;
1.2. Solo; 1.3. Agua; 1.4. Ar. 2. Ser Humano; 2.1. Evolução; 2.2. Reprodução e Sexualidade, 3. Metodologia Científica; 3.1. Método Científico; 3.2. Referenciais e Medidas; 3.3. Ciência, Tecnologia e Sociedade. 4. Introdução ao Estudo da Matéria e Energia: 4.1. Estrutura da Matéria. 4.2. Associação entre os átomos; 4.3. Matéria, energia e vida; 4.4. Ação da energia na matéria. 5. Origem e Niveis de Organização da Vida; 5.1. Teorias sobre a Origem da Vida; 5.2. Estrutura de composição dos seres vivos; Principais componentes moleculares dos seres vivos e suas funções; 5.3. Evolução celular; 5.4. Citologia: membrana, citoplasma e metabolismo energético; 5.5. Núcleo: Composição/Material genético, Divisão celular, Origem da pluricelularidade; 5.6. Histologia: tecidos animais e vegetais. 6. Diversidade dos Seres Vivos: 6.1. Classificação dos seres vivos; 6.2. Evonçução conceitual dos reinos e dos domínios; 6.2.1. Características distintivas dos reinos/domínios; 6.3. Biologia dos Virus; 6.4. Os cinco Reinos: Características gerais e subgrupos. 7. Fisiologia dos Seres Vivos: 7.1. Fisiologia Animal; 7.2. Fisiologia Vegetal. 8. Genética: 8.1. Gametogênese humana; 8.2. Genética: 8.2.1. Fundamentos da Hereditariedade, Herança mendeliana e não-mendeliana; 8.2.2. Influência do meio na determinação dos caracteres hereditários; 8.2.3. Fundamentos da Genética Molecular e as novas tecnologias; 8.2.4. Probabilidade e Genealogia. 9. Evolução: 9.1. Desenvolvimento da Teoria da Evolução; 9.2. Evidências e métodos de estudo da evolução; 9.3. A história geológica da vida na Terra; 9.4. Adaptação e evolução; 9.3. Genética das populações. 10. Ecologia: 10.1 Organização funcional dos Ecossistemas; 10.2 Relações ecológicas; 10.3 Principais parasitoses: protozoonoses e verminoses; 10.4 Ciclos biogeoquímicos; 10.5 Dinámica de populações; 10.6 Recuros renováveis e exploráveis; 10.7 Poluição ambiental e Desequilibrios ecológicos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.
Documentos legais
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394, de
20 de dezembro de 1996 - ATUALIZADA
Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasilia: Ministério da
Educação.1997
Resolução CNE/CEB no 4, de 13 de julho de 2010 - Define
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica
Conteúdo específico da Área de Atuação/Conhecimento
CAMPBELL, N. A.; REECE, J. B.; URRY, L. A.; CAIN, M.
L.; WASSERMANN, S. A.; MINORSKY, P. V.; JACKSON, R. B.
Biologia, Porto Alegre: Artmed. 2010.
EVERT, R. F. & EICHHORN, S. E. Raven I Biologia Vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. 2014.

GRIFFITHS, A. J. F.; CARROLL, S. B.; LEWONTIN, R SSLER, S. R. Introdução à Genética. Rio de Janeiro: Gua-

Diário Oficial da União - Seção 3

GRIFFITHS, A. J. I., C. C.; WESSLER, S. R. Introdução à Genética. Rio de Jameno. C.; WESSLER, S. R. Introdução à Genética. Rio de Jameno. C.; WESSLER, S. R. E.; EI-SENHOUR, D. J.; LARSON, A.; T. ANSON, H. Principios Integrados de Zoologia. Rio de Jameiro: Guanabara-Koogan. 2013.
HOPKIN, K.; BRAY, D.; ALBERT, B. Fundamentos da Biologia Celular Porto Alegre: Artmed. 2001.
JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Histologia Básica. Rio

Jameiro: Guanabara-Koogan. 2004.

MARTINKO, J.M. & PARKER, J. Mi-

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. HISUNGER BASING. AND de Janeiro. Guanabara-Koogan. 2004.

MADIGAN, M.T., MARTINKO, J.M. & PARKER, J. Microbiologia de Brock. Porto Alegre: Artmed. 2010.

NEVES, D. P.; De MELO, L.; LINARDI, P. M.; VITOR, R. W. A. Parasitologia Humana. Rio de Janeiro: Atheneu Rio. 2011.

NEVES, D. F.; DE MELO, L.; LINARDI, F. M.; VITOK, R. V. A. Parasitologia Humana. Rio de Janeiro: Atheneu Rio. 2011.
RICKLEFS, R. E. A Economia da Natureza. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. 2012.
RIDLEY, M. Evolução. Porto Alegre: Artmed. 2006.
SADAVA, D.; HELLER, H. C.; ORIANS, G. H.; PURVES, W. K.; HILLIS, D. M. Vida: a Ciência da Biologia. Volumes I, II e III. Porto Alegre: Artmed. 2009.
TORTORA, Gerard J. Corpo Humano - Fundamentos de Anatomia e Fisiologia. Porto Alegre: Artmed. 2012.
PROGRAMA DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
1. ORGANIZAÇÃO DE COMPUTADORES.
1.1. Sistemas de Numeração.
1.3. Representação de Dados. 1.4. Algebra Booleana. 1.5. Circuitos Lógicos. 1.6. Organização Básica dos Computadores Digitais. 1.7. Conjunto de Instruções. 1.8. Linguagem de Máquina. 1.9. Linguagem de Montagem. 1.10. Execução de Programas. 1.11. Memória Principal. 1.12. Memória Cache. 1.13. Memória Secundária. 1.14. Entrada e Saída. 1.15. Processadores. 1.16. Arquiteturas.

cipal. 1.12. Memória Cache. 1.13. Memória Secundária. 1.14. Entrada e Saída. 1.15. Processadores. 1.16. Arquiteturas. 2. HARDWARE. 2.1. Histórico dos Computadores. 2.2. Evolução dos Processadores. 2.3. Padrões de Memória RAM. 2.4. Placamãe e Barramentos. 2.5. Unidades de Disco e Armazenamento. 2.6. Fontes de Energia. 2.7. Montagem. 2.8. Configuração de Hardware. 2.9. Interfaces e Placas de Expansão. 2.10. Particionamento e Formatação. 2.11. Instalação do Sistema Operacional. 2.12. Manutencião.

niatação. 2.11. Instatação do Sistema Operacional. 2.12. Manuterição.

3. I. Funções Básicas. 3.2. Conceitos de Hardware e Software. 3.3. Sistemas de Arquivos.

4. REDES DE COMPUTADORES.

4.1. Redes de Computadores e a Internet. 4.2. Redes Locais. 4.3. Redes Sem Fio. 4.4. Segurança em Redes de Computadores. 4.5. Componentes de Hardware e de Software. 4.6. Montagem Fisica e Lógica. 4.7. TCP/IP. 4.8. Modelo OSI.

5. PROGRAMAÇÃO.

5.1. Paradigmas de Programação: 5.1.1 Estruturada; 5.1.2 Orientada a Objetos; 5.2. Linguagens de Programação: 5.2.1 C, 5.2.2 C#; 5.2.3 Java; 5.2.4 XHTML; 5.2.5 CSS; 5.2.6 JavaScript; 5.2.7 DOM; 5.2.8 XML; 5.2.9 Servidores Web (IIS e Apache); 5.2.10 ADO.NET e Java DB; 5.2.11 PHP; 5.2.12 ASP.NET; 2.13 Aplicações Web; 5.2.14 Serviços Web.

6. BANCO DE DADOS.

6.1. Dados e Gerenciamento de Bancos de Dados. 6.2. Ciclo

Web; 5.2.14 Serviços Web.
6. BANCO DE DADOS.
6.1. Dados e Gerenciamento de Bancos de Dados. 6.2. Ciclo de Vida de Bancos de Dados. 6.3. Arquitetura de Bancos de Dados. 6.4. Bancos de Dados. 6.5. SQL: 6.5.1 DDL; 6.5.2 DML. 6.6. Modelo Relacionai. 6.6.5. Integridade; 6.6.5 Z DML. 6.6. Modelo Relacionai. 6.6.5 Integridade; 6.6.5 Visões. 6.7. Dados: Dependências Funcionais. 6.8. Normalização. 6.9. Modelagem de Dados Conceitual. 6.10. Projeto Lógico de Bancos de Dados 6.11. Gerenciamento de Transações: 6.11.1 Recuperação; 6.11.2 Concorrência. 6.12. Segurança. 6.13. Otimização. 6.14. Falta de Informações. 6.15. Herança de Tipo. 6.16. Bancos de Dados Distribuídos 6.17. Apoio a Decisão. 6.18. Bancos de Dados Relacional/Objeto. 6.19. XML e Bancos de Dados. 6.20. Triggers e Stored Procedures.
7. ENGENHARIA DE SOFTWARE.
7.1. Software e Engenharia de Software. 7.2. Processo de Software: 7.2.1 Visão Genérica; 7.2.2 Modelos Prescritivos de Processo; 7.2.3 Desenvolvimento Agil. 7.3. Engenharia de Sistemas. 7.4. Engenharia de Requisitos, 7.5. Modelagem da Análise. 7.6. Engenharia de Projeto 7.7. Projeto de Interface com o Usuário. 7.10. Teste de Software. 7.11. Métricas de Produto para Software. 7.12. Aplicação de Engenharia da Software Baseada em Componentes. 7.15. Reengenharia de Software Baseada em Componentes. 7.15. Reengenharia de Software Baseada em Componentes. 7.15. Reengenharia de Software Baseada em Componentes. 7.15. Reengenharia. 7.16. Diagramas UML.
SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.

DATE, C. J. Introdução a Sistemas de Bancos de Dados. São Paulo: Elsevier, 2004.
DEITEL, P.; DEITEL, H. C: Como Programar. São Paulo: Pearson, 2011.
DEITEL, P.; DEITEL, H. Java: Como Programar. São Paulo:

Pearson, 2010.

GUEDES, G. T. A. UML: Abordagem Prática. São Paulo:

Novatec, 2008.

KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. Redes de Computadores e a Internet: Uma Abordagem Top-Down. São Paulo: Pearson, 2010.

LIMA. A. S. UML 2.3: Do Requisito à Solução. São Paulo:

MACHADO, F. B.; MAIA, L. P. Arquitetura de Sistemas Operacionais. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
MEDINA, M.; FERTIG, C. Algoritmos e Programação - Teoria e Prática. São Paulo: Novatec, 2005.
MEYER, E. A. Smashing CSS: Técnicas Profissionais para um Layout Moderno. Porto Alegre: Bookman, 2011.
MONTEIRO, M. A. Introdução à Organização de Computadores. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
PANNAIN, R.; BEHRENS, F. H.; JR, D. H. Organização Básica de Computadores e Linguagem de Montagem. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2012.
PRESSMAN, R. S. Engenharia de Software: Uma Abordagem Profissional. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2011.
RAMAKRISHNAN, R.; GEHRKE, J. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.
SHARP, J. Microsoft Visual C# 2010: Passo a Passo. Porto Alegre: Bookman, 2011.
SHEPHERD, G. Microsoft ASP.NET 3.5: Passo a Passo.

SHEPHERD, G. Microsoft ASP.NET 3.5: Passo a Passo

SHEPHERD, G. Microsoft ASP.NET 3.5: Passo a Passo. Porto Alegre: Bookman, 2009.

TEOREY, T.; LIGHTSTONE, S.; NADEAU, T. Projeto e Modelagem de Bancos de Dados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VAREJÃO, F. M. Linguagem de Programação: Conceitos e Técnicas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VASCONCELOS, L. Montagem e Configuração de Micros. Rio de Janeiro: Laércio Vasconcelos Computação, 2009.

YANK, K.; ADAMS, C. Só JavaScript. Porto Alegre: Bookman, 2009.

PROGRAMA DE DESENHO

PROGRAMA DE DESENHO

okman, 2009.

PROGRAMA DE DESENHO

1. Entes Geométricos Fundamentais. 2. Estudo da Reta. 3.
Formas Geométricas Bi e Tridimensionais. 4. Angulos. 5. Poligonos.
6. Círculo e Circunferência de Circulo 7. Distância entre Elementos
Geométricos. 8. Triângulos. 9. Quadrilâteros. 10. Lugares Geométricos. 11. Tangência. 12. Concordância. 13. Divisão de Segmentos.
14. Expressões Algebricas. 15. Retificação e Desretificação da Circunferência. 16. Equivalência de Figuras Planas. 17. Transformações
Pontuais. 18. Sistemas de Projeção. 19. Perspectiva Paralela: 19.1.
Desenho Isométrico; 19.2. Vistas Ortográficas; 19.3. Perspectiva Cavaleira. 20. Geometria Descritiva: 20.1. Ponto, reta, plano. 20.2. Métodos Descritivos. 20.3. Poliedros Irregulares e Regulares. 20.4. Seções Planas. 20.5. Verdadeira Grandeza da Seção Plana. 20.6. Sólidos
de Revolução. 20.7. Seções Cônicas. 20.8. Desenvolvimento de Superfícies. 21. As Leis e As Diretrizes da Educação e no Ensino.
SUGESTÕES BIBLIOGRAFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais: Introdução aos
parâmetros curriculares Nacionais: Introdução aos
parâmetros curriculares Nacionais: Ensino Médio,
Bases Legais. Ministério da Educação. Secretaria
de Educação Fundamental. Brasilia: MEC-SEF, 1997.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio,
Linguagens, códigos e suas tecnologias. Ministério da Educação. Seccretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasilia: MEC-SEMT, 1999.

CARVALHO, B. A. Desenho Geométrico. Rio de Janeiro:
Imperial Novo Milênio. 2011 FRNST. B. O Escolb. Média. Desenho Geométrico. Rio de Janeiro:
Imperial Novo Milênio. 2011 FRNST. B. O Escolb. Média. Desenho Geométrico. Rio de Janeiro:
Imperial Novo Milênio. 2011 FRNST. B. O Escolb. Média. Desenho Geométrico. Rio de Janeiro:

CARVALHO, B. A. Desenho Geométrico. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011. ERNST, B. O Espelho Mágico de M. C.Escher Ed. Taschen. 2007. EUCLIDES. Os elementos. São Paulo: UNESP, 2009.

UNESP, 2009.
FRENCH, T., E.; VIERCK, C. J. Desenho técnico e tecnologia gráfica. 8. Ed. São Paulo: Globo, 2005. GIOVANNI, J. R. et al. Desenho Geométrico. São Paulo: FTD, 2010. Vol.1, 2,3, 4.
HERLING, A.; YAJIMA, E. Desenho e educação artística. São Paulo: FDT, 1994. Vol.1,2,34.
ROTTA, I.; OTÁVIO, L. Traçados de desenho geométrico. São Paulo: FDT, 1994. Vol. 1,2,34.
JORGE, S. Desenho geométrico. Ideias e Imagens. São Paulo: Saraiva, 2012. Vol. 1, 2, 3, 4. LACOURT, Helena. Noções e fundamentos de geometria descritiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.
LOPES, E.T.: KANEGAF, C.F. Desenho Guanabara.

ogan, 1995.

LOPES, E.T.; KANEGAE, C.F. Desenho Geométrico: texto & atividades.São Paulo: Scipione, 1998. Vol.1,2,3,4. MARMO, C.; MARMO, N.Desenho geométrico. São Paulo: Scipione, 1995. Vol. 1, 2, 3 MARCHESI JR, I. Curso de Desenho Geométrico. São Paulo: Scipione, 2002. Vol. 1, 2. Comítica São Paulo: Ática 1007. Vol. 1, 2007. Vol. 2007. Vol

. Desenho Geométrico. São Paulo: Ática, 1997. Vol

Desenho Geométrico. São Paulo: Ática, 1997. Vol 1,2,3,4.

MICELI, M. T.; FERREIRA, P. Desenho Técnico Básico. 2a Ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004. MONTENEGRO, G. A. invenção o do projeto. 1. Ed.. São Paulo: Edgard Blücher, 1987.

A perspectiva dos profissionais. 2. Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2010.

Desenho arquitetónico: para cursos técnicos de 2ºgrau e faculdades de arquitetura. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

Desenho arquitetúnico: para cursos técnicos de 2ºgrau e faculdades de arquitetura. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2007.

Geometria descritiva. São Paulo: São Paulo: Edgard Blücher, 1991.

Inteligência visual e 3D. 1. Ed.. PENTEADO. J. A. Curso de desenho. 3.Ed. São Paulo: Nocional, 1967. PEREIRA, A. Geometria Descritiva 1. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

Desenho técnico básico. 5. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

PINTERO, V. A. Noções de Geometria Descritiva. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2000. Vol 1e2.

PINTO, N. H. S. C. Desenho geométrico. São Paulo: Moderna, 1995, Vol.1,2,3,4

PRÍNCIPE JUNIOR, A. R. Noções de geometria descritiva.

PRINCIPE JUNIOR, A. R. Noções de geometria descritiva. São Paulo: Nobel, 1983.
PUTNOKI, J. C. Elementos De Geometria & Desenho Geometrico. São Paulo: Scipione, 1991.Vol 1,2 e 3.
Geometria & Desenho Geometrico. São Paulo: Scipione, 1991.Vol 1,2 e 3. (Coleção Régua e Compasso).

SCHATTSCHNEIDER, D.; WALKER, W. Caleidociclos de M. C. Escher. Ed. Evergreen. 1997. STAMATO, J; OLIVEIRA, J.C; GUIMARÃES, J.C. Dese-

ISSN 1677-7069

Plano e Espaço.Rio de Janeiro: MEC-FENAME, 1969 (Cadernos MEC).

Desenho 3: Introdução ao desenho técnico. Rio de

dernos MEC).

Desenho 3: Introdução ao desenho técnico. Rio de Janeiro: MEC-FENAME, 1972 (Cadernos MEC).

WONG, W. Princípios da forma e desenho. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. DIMENSÃO SÓCIO ANTROPOLÓGICA.

1.1. Corporeidade, escola e cultura. 1.2. bordagens/tendências pedagógicas da Educação Física Escolar. 1.3. Corpo, gênero e aspectos contemporâneos na aula de Educação Física Escolar. 1.4. Cooperação e competição na Educação Física Escolar. 1.4. Cooperação e competição na Educação Física Escolar. 2. DIMENSÃO BIO-DINÂMICA. 2.1. Controle neural do movimento humano. 2.2. Sistema nervoso periférico. 2.3. Composição corporal. 2.4. Controle ponderal. 2.5. Desenvolvimento humano da infância à adolescência. 2.6. Exercício e Desempenho Humano.

3. DIMENSÃO COMPORTAMENTAL.

3.1. Psicomotricidade e interação social. 3.2. Fases do de-

DIMENSAO COMPORIAMENTAL.
 3.1.Psicomotricidade e interação social. 3.2. Fases do deenvolvimento humano. 3.3. Habilidades motoras fundamentais. 3.4.

 Control of the control of

MENTAL.

4.1. Estilos de ensino. 4.2. Planejamento da Educação Física na Educação Básica. 4.3. Critérios de seleção e organização dos conteúdos da Educação Física na Educação Básica. 4.4. Metodologias e estratégias didático-pedagógicas. 4.5. Competências e habilidades a serem desenvolvidas no Ensino Médio. 4.6. A função e o lugar do esporte na/da escola. 4.7. As práticas pedagógicas em Educação Física na Educação Básica. 4.8. Processo de avaluação en Educação Física Escolar. 4.9. Objetivos da Educação Física Escolar. 4.10. A Educação Escolar. 4.10. A Educação Física como componente curricular

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares Nacionais.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - ATUALIZADA.
Resolução CNE/CEB no 1, de 5 de julho de 2000 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Jovens e Adultos. Resolução CNE/CEB no 2, de 11 de setembro de 2001 -Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação

Basica. Resolução CNE/CP no 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Ét-nicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana

Resolução CNE/CEB no 1, de 18 de maio de 2009 - Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia na currículo Ensino Médio

Ensino Médio.

Resolução CNE/CEB no 4, de 2 de outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Resolução CNE/CEB no 5, de 17 de dezembro de 2009 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Resolução CNE/CEB no 1, de 14 de janeiro de 2010 - Define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. ental de 9 (nove) anos

damental de 9 (nove) anos.

Resolução CNE/CEB no 3, de 15 de junho de 2010 - Institui

Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos e dá

outras providências.

Resolução CNE/CEB no 4, de 13 de julho de 2010 - Define

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Resolução CNE/CEB no 6, de 20 de outubro de 2010
Define Diretrizes Operacionais are aperticulare. Parties Portigos Desires Define Direttrizes (Description) avez a menticulare.

Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil

Resolução CNE/CEB no 7, de 14 de dezembro de 2010 Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental o

Resolução CNE/CEB no 1, de 10 de março de 2011 - Estabelece normas e funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e

ngadas a Administração Fubrica Pedera unieta, suas adiadutais e fundações.

Resolução CNE/CEB no 2, de 30 de janeiro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares para ao Ensino Médio.

Resolução CNE/CEB no 4, de 4 de junho de 2012 - Altera Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Cataiogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.
Resolução CNE/CEB no 5, de 22 de junho de 2012 - Define
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indigena
na Educação Básica.
Resolução CNE/CEB no 6, de 20 de setembro de 2012 Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional
Técnica de Nível Médio.
Resolução CNE/CEB no 8, de 20 de a recentral de 2012

Resolução CNE/CEB no 8, de 20 de novembro de 2012

Resolução CNE/CEB no 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Pareceres do Conselho Nacional de Educação acerca dos assuntos abordados pelos itens acima citados.

Conteúdo específico da área de atuação/conhecimento BRASIL, Secretaria de Educação fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação fisica. Volume 7. Brasilia: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmeticurriculares nacionais: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1998

BRASIL, Secretaria de Educação Média e tecnológica. Pa-

BRASIL, Secretaria de Educação Media e tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasilia: MEC/SEMTEC, 1999.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / volume 3: Conhecimento de mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BROTTO, Fabio Ottuzi. Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como exercício de convivência. Santos: Projeto Cooperação, 2001.

DAOLIO, J. Educação Física e o conceito de cultura. 2ª ed.

as: Autores Associados, 2007. DARIDO, S. C. & RANGEL, I. C. A. (coords.). Educação

Jacobia de Kartonia, 1. C. A. (colona), Eudendonia de scola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Ja-juanabara Koogan, 2008. GALLAHUE, D. L. & DONOLLY F.C. Educação física de-imentista para todas as crianças. 4º ed. São Paulo: Phorte,

FONSECA, V. da. Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed. 2008.

FREIRE, J.B. Educação como prática corporal. São Paulo:

FREIRE, J.B. Educação como pratica corporal. São Paulo: Scipione, 2003

KUNZ, E. (org.). Didática da Educação Física 2. 3ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

MALINA, R. M., BOUCHARD, C., & BAR-OR, O. (2009). Crescimento, Maturação e Atividade Física (2ª ed.). São Paulo: Phortos

MATTOS, M. G. de & NEIRA, M. G. Educação física na adolescência: construindo o conhecimento na escola. 4º Ed. São Paulo: Phorte, 2007.

lo: Phorte, 2007.

MATTOS, M. G. DE & NEIRA, M. G. Educação Física
Infantil - construindo o movimento na escola. São Paulo: Phorte,

McARDLE, W.D. Fisiologia do exercício; nutrição, energia e

desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

OLIVEIRA, M. A. T. de (org.). Educação do corpo na escola brasileira. Campinas: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, S. de. A reinvenção do esporte: possibilidade da prática pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2001.

PEREIRA, S.A.M. & SOUZA, G.M.C. (orgs.). Educação Fisica escolar: elementos para pensar a prática educacional. São Paulo: Phorte, 2011.

Física escolar: elementos para pensar a prática educacional. São Paulo: Phorte, 2011.

SCHMIDT, R. A. & WRISBERG, C. A. Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada na situação. 4ª Ed. Porto Alegre: Artemed, 2010.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1. EDUCAÇÃO E INFÂNCIA.

1.1. Criança e infância: conceito de infância, família e suas historicidades. 1.1.1. Construção da infância e determinações sócio históricas; 1.1.2. Teorias que fundamentam a relação entre educação e socialização. 1.2. O direito à educação: a legislação educacional brasileira. 1.2. 1. Os fundamentos da igualdade de oportunidades. 1.2. A democratização da educação. 1.2.3. Escola, cidadania, justiça escolar.

democratização da educação. 1.2.3. Escola, cidadania, justiça escolar.

2. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

2.1. As políticas educacionais no Brasil e as organizações dos sistemas de ensino. 2.2. Os fundamentos políticos, pedagógicos, econômicos e sociais da educação infantil. 2.3. O atendimento educacional em creches e pré-escolas de crianças de 0 a 6 anos. 2.4. Legislação e orientações governamentais para a educação infantil. 5. Instrumentos da prática pedagógica: o brincar e as interações das crianças com os adultos e das crianças entre si.

3. CRIANÇA E CULTURA.

3.1. A criança e a sociedade contemporânea 3.2. O lugar social da criança na modernidade. 3.3. Diversidade cultural e práticas infantis; 3.3.1. Criança, natureza, mundo social e conhecimento; 3.3.2. A cultura da infância e a infância na cultura; 3.3.3. Função ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - O COTIDIANO ESCOLAR.

4.1. Organização do cotidiano da educação infantil: tempo, espaço, atividades: 4.1.1. A multidimensionalidade da prática escolar; 4.1.2. A organização do trabalho pedagógico; 4.1.3. A sala de aulas sentido(s) e dinâmica; 4.1.4. A formação do grupo: o processo de socialização da criança e os princípios teóricos metodológicos das stribidades da acriança e os princípios teóricos metodológicos das stribidades da acriança e os princípios teóricos metodológicos das stribidades da acriança e os princípios teóricos metodológicos das stribidades da acriança e os princípios teóricos metodológicos das

sentido(s) e dinâmica; 4.1.4. A formação do grupo: o processo de socialização da criança e os princípios teóricos metodológicos das atividades de ensino e de aprendizagem. 4.2. O papel do educador; 4.2.1. O processo de planejamento e suas especificidades; 4.2.2. Elaboração, produção e utilização de materiais e o processo pedagógico a ser realizado; 4.2.3. O Projeto Político Pedagógico; 4.2.4. O cuidar e o educar; 4.2.5. Processos de inserção das crianças nos espaços coletivos de educação (acolhimento); 4.2.6. As concepções de ludicidade: o jogo, brinquedo e brincadeira e suas aplicações no processo de aprendizagem; 4.2.7. Estratégias metodológicas e indicadores para a ação pedagógica nos diferentes contextos educativos; 4.2.8. A especificidade do trabalho educativo com bebês; 4.2.8.1. A organização das atividades da vida diária: sono, alimentação, higiene e cuidados essenciais.

5. AS DIFERENTES LINGUAGENS.

AS DIFERENTES LINGUAGENS.

5. AS DIFERENTES LINGUAGENS.
5.1. A linguagem e a criança: aquisição da linguagem; relações entre escrita, oralidade, linguagem verbal e não verbal; a criança na sociedade letrada; a realidade linguistica da criança e os processos de sistematização dos usos da escrita; diferentes conceitos de alfabetização/letramento e as relações dos sujeitos nesse processo; teorias do conhecimento e alfabetização e pressupostos teorico-metodológicos do trabalho com a leitura e a escrita na Educação Infantil.
5.2. A linguagem escrita enquanto objeto histórico-cultural de conhecimento: seus usos e funções, seus diferentes gêneros discursivos, suas estruturas linguisticas, suas diferenças; O contexto de ensino aprendizagem da linguagem escrita e o papel das instituições de Educação Infantil; a linguagem escrita na Educação Infantil como uma das possibilidades de prática pedagógica com crianças de 0 a 6

anos. 5.3. A matemática como objeto histórico-cultural de conhe cimento: alguns aspectos que a constituem, seus usos e funções e sua linguagem; 5.3.1 Processos de apropriação do conhecimento matemático pela criança; 5.3.2 O conhecimento matemático pela criança; 5.3.2. O conhecimento matemático através das práticas culturais, das brincadeiras e de outras atividades em que as crianças estão engajadas. 5.4 A produção do conhecimento científico: aspectos epistemológicos, culturais e políticos: 5.4.1. O papel das instituições de Educação Infantil na apropriação do conhecimento do mundo pocial a natural: 5.4.2 As cifações a seu aprigo para a inmundo social e natural; 5.4.2. As ciências e seu ensino para a in-fância: Conceitos científicos e as abordagens de ensino; 5.4.3. Os materiais didáticos, os produtos culturais e seus usos no ensino de ciências para a educação infantil; 5.4.4. Saberes e práticas escolares: le ciências na cultura escolar.

APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO.

cenicias pata e deucação imianti, 3.4.3. sadreis e praticas escolaries o ensino de ciências na cultura escolar.

6. APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO.
6.1. Desenvolvimento e aprendizagem: as dimensões física, cognitiva, afetiva e social; a construção das identidades. 6.2. A relação desenvolvimento e aprendizagem nas diferentes concepções teóricas e suas implicações educacionais. 6.3. Os processos semióticos e a formação do pensamento: conectios espontâneos e científicos. 6.4. A relação afeto e cognição no processo de conhecimento. 6.5. Contribuições da brincadeira, das interações e da linguagem no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.

7. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS.
7.1. O papel da avaliação no processo de aprendizagem. 7.2. Planejamento e avaliação: fundamentos, concepções e implicações na prática educacional, no âmbito da sala de aula, da escola e do sistema educacional. 7.3. Avaliação na Educação Infanti: legislação, modalidades e instrumentos. 7.4. O papel do erro na avaliação.

8. LINGUA PORTUGUESA E SEU ENSINO.
8.1. Leitura e produção de textos verbais e não-verbais, de textos orais e escritos. 8.2. Texto literário e não literário elementos ficcionais e não-ficcionais; linguagens denotativa e conotativa; pressuposições implicitas e explicitas; intertextualidade. 8.3. Tipologia extratal e gêneros de circulação social: estrutura, objetivos discursivos do texto; aspectos gramaticais e aspectos semânticos. 8.5. Elementos de coerência do texto: organização dos enunciados e das partes do texto: aspectos gramaticais e aspectos semânticos. 8.5. Elementos de coerência do texto: organização dos enunciados e das partes do texto: sociais; registros formal e informal do uso da lingua. 8.7. Argumentação: fato e opinião; fundamentação do argumento; pertinência e gráfica.

9. PROGRAMA DE MATEMÁTICA E SEU ENSINO
9.1. Números Naturais: significados e Sistema de Numeração Decimal. 9.2. Números Racionais: significados, e sistema de Numeração Decimal. 9.2. Números Racionais: significados, e presentação deci-

9. PROGRAMA DE MATEMÁTICA E SEU ENSINO
9.1. Números Naturais: significados e Sistema de Numeração
Decimal. 9.2. Números Racionais: significados, representação decimal e fracionária, equivalência, ordenação e localização na reta numérica. 9.3. Operações com números naturais e racionais: significados, propriedades e procedimentos de cálculo das operações de adição, subtração, multiplicação e divisão. 9.4. Múltiplos e divisores. cados, propriedades e procedimentos de cálculo das operações de adição, subtração, multiplicação e divisão 9.4. Múltiplos e divisores Divisibilidade. Números primos. 9.5. Linguagem algébrica; cálculo algébrico; equações e inequações. 9.6. Espaço e forma: descrição, interpretação e representação da localização e movimentação de pessoas e objetos. Figuras geométricas espaciais e planas: características, propriedades, elementos constituintes, composição, decomposição, ampliação, redução e representação 9.7. Medidas: procedimentos e instrumentos de medida; sistemas de medidas decimais (comprimento, superficie, volume, capacidade, massa e temperatura) e conversões; medidas de tempo e conversões; sistema monetário brasileiro; cálculo e comparação de perímetro e área; aplicações geométricas. 9.8. Tratamento da informação: leitura, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Média artimética. Probabilidade. 9.9. Recursos para o ensino de Matemática: resolução de problemas, jogos, história da Matemática e elementos tecnológicos. 10. PROGRAMA DE CIÊNCIAS E SEU ENSINO.

10.1. Ambiente e Seres Vivos: 10.1.1. Ar atmosférico: composição, propriedades e importância da atmosfera e de seus componentes para a vida no planeta; 10.1.2. Água: importância; composição, propriedades, estados físicos da água, ciclo da água na natureza, uso racional e desperdício; 10.1.3. Solo: importância; composição, erosão, poluição e preservação; 10.1.4. Caracterização geral e classificação dos seres vivos; 10.1.5. Animais: adaptações; reprodução e respriação; 10.1.7. Relações entre seres vivos e formas de obtenção do alimento; fluxo de energia ao longo das cadeias alimentares; desequilibrio ecológico, suas causas e consequências; 10.1.8. Diferentes ecossistemas terrestres: componentes e caracteris-icas; 10.1.9. Interdependência entre seus elementos. 10.2. Ser Hu-

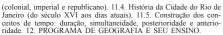
10.1.8. Diferentes ecossistemas terrestres: componentes e caracteris-ticas; 10.1.9. Interdependência entre seus elementos. 10.2. Ser Hu-mano e Saúde: noções elementares de anatomia e fisiologia humana. mano e Saúde: noções elementares de anatomia e fisiologia humana; relações entre os diferentes sistemas (visão do corpo humano comum todo integrado); princípios básicos de saúde; doenças infecto-contagiosas; aspectos biológicos, afetivos e culturais da sexualidade; métodos anticoncepcionais. 10.3 Recursos Tecnológicos: 10.3.1. Energia: conceito, importância, formas, fontes e transformação; 10.3.2. Matéria: estrutura e propriedades 10.3.3. Exploração de recursos naturais e seus impactos nos ecossistemas; 10.3.4. A produção formas sustentáveis de descartar no ambiente. 10.3.5. Ética ecológica e social na obtenção dos recursos tecnológicos. 10.4. Procedimentos e estratégias de trabalho; problematização no ensino de Ciências; busca de informações através de observação, experimentação, leitura de textos informativos, entrevistas e excursão ou estudo do meio; sistematização de conhecimento.

11. PROGRAMA DE HISTÓRIA E SEU ENSINO.

11.1. Fontes históricas, periodização e elementos históricos

11. PROGRAMA DE HISTÓRIA E SEU ENSINO.

11.1. Fontes históricas, periodização e elementos históricos (homem, cultura, espaço e tempo). 11.2. Formação da sociedade brasileira - os elementos formadores do povo brasileiro: os indigenas, os portugueses, os africanos, os imigrantes. Diferentes manifestações culturais. Lei 10639/2003. 11.3. Acontecimentos políticos, econômicos e socioculturais dos diferentes periodos da História do Brasil



ridade. 12. PROGRAMA DE GEOGRAFIA E SEU ENSINO.

12.1. Localização espacial: círculos terrestres, coordenadas geográficas, projeções cartográficas, pontos cardeais e colaterais.

12.2. Representação do espaço e linguagem dos mapas: escalas, plantas e convenções cartográficas. 12.3. Caracterização do espaço geográfico: relevo, solo, hidrografia, clima e vegetação; transformações naturais e humanas. 12.4. Espaço brasileiro: população, urbanização, grandes divisões do espaço, recursos naturais, questão agrária e industrialização. 12.5. Espaço mundial: divisão internacional do trabalho, globalização e questão ambiental 12.6. Construção dos conceitos de espaço (relações topológicas, projetivas e euclidianas) e de grupos sociais. 12.7. Discussão, reflexão e posicionamento crítico como prática relevante para o desenvolvimento da cidadania. como prática relevante para o desenvolvimento da cidadania. SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares Nacion

Diferinces Currouraes racconado.

Documentos legais

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.

DF: Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Pu-Brasília DF:

blicações, 1988.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - ATUALIZADA Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Bra-sília, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente,

Plano Nacional de Educação. Secretaria de Edu-

cação Infantil e Fundamental, Brasilia, 2000.

Resolução CNE/CEB no 2, de 11 de setembro de 2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na

2001 - Institut Direttrzes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica . Resolução CNE/CP no 1, de 17 de junho de 2004 - Instituj Diretrzes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Émicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana .

. Resolução CNE/CEB no 4, de 2 de outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Espaçajal Especial

Resolução CNE/CEB no 5, de 17 de dezembro de 2009 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Resolução CNE/CEB no 1, de 14 de janeiro de 2010 - Define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos Resolução CNE/CEB no 4, de 13 de julho de 2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

. Resolução CNE/CEB no 6, de 20 de outubro de 2010 - Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino

Fundamental e na Educação Infantil . Resolução CNE/CEB no 7. de 14 de dezembro de 2010 - Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fun-

2010 - Fixa Direttizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos

Resolução CNE/CEB no 1, de 10 de março de 2011 - Estabelece normas e funcionamento das unidades de Educação Infantil Ilgadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações

quias e innuações

Resolução CNE/CEB no 5, de 22 de junho de
2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação
Escolar Indígena na Educação Básica Resolução CNE/CEB no 8, de 20 de novembro de

Resolução CNE/CEB no 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas.

Pareceres do Conselho Nacional de Educação acerca dos assuntos abordados pelos itens acima citados Conteúdo específico da área de atuação/conhecimento ARIES, P. História social da criança e da familia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BARBOSA, M. C. S. Por Amor e por Força - rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

BARBOSA, M. C. S. Por Amor e por Força - rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

BARBOSA, M. C.; Horn, M G S. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

BECHARA, E. C. Gramática Escolar da Língua Portuguesa - 2º ed. Ampliada e atualizada pelo novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BRASIL. Padrões de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil e Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. Brasília, 2004.

Diretrizes curriculares nacionais para a educação

Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasilia: MEC, SEB, 2010.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais da criança. MEC/Brasil, 2009, 2º Edição.

CANEN, A; MOREIRA, A.F.B. (org.). Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente In: CANEN, A; MOREIRA, A.F. B. (org.). Enfases e omissões no curriculo. Campinas, SP: Papirus 2001.

Paulo: Autores Associados, 2009, 1º edição.

FREIRE, M. A Paixão de Conhecer o Mundo. São Paulo: Editora Paz e Terra. 17º Edição, 2007.

HOFFMANN, J. Avaliação na pré-escola: um olhar sensivel e reflexivo sobre as crianças. Porto Alegre: Mediação, 1996.

FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Org.). Educação LDB: rumos e desafios. Campinas: Autores Associados - FE/Unicamp, 2000. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 62).

KISHIMOTO, T. M. & FORMOSINHO, J. O. Em busca da Pedagogia da Infância: pertencer e participar. Porto Alegre: Penso, 2013.

Diário Oficial da União - Seção 3

Z013.

KAUFMAN, A. M. Escola, leitura e produção de textos. legre: Artmed, 2000.

KRAMER, S. Com a pré-escola nas mãos. São Paulo: Ática, Porto Alegre

KRAMER, S. Infância: Fios e Desafios da Pesquisa. São

Paulo: Papirus Editora, 2003. KRAMER, S. (org.). Infância e Educação Infantil. Campinas: Papirus, 2007. 6ª Edição

KRAMER, S.; ELOISA A.C. R. (orgs.). Educação Infantil: s em diálogo. Campinas,SP: Papirus,2011.(Série Prática pe-

gica).

KRAMER, S.; LEITE, M. I. (orgs.). Infância e produção iral. Campinas,SP: Papirus,2010.7ª Edição (Série Prática peda-

gógica).

PARRA, C.; SAIZ, I. (orgs.). Didática da Matemática: reflexões psicopedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

NISTA-PICCOLO, V. L. & MOREIRA, W.W. Corpo em
movimento na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2012.

VYGOTSKI, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo:
Martins Fontes, 1986.

Fontes, 2000. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Fontes, 2000. WALLON, Henri. As origens do pensamento na criança. São Paulo: Manole, 1988.

Paulo: Manole, 1988.

Uma Concepção dialética do desenvolvimento infantil. Izabel Galvão. São Paulo: Vozes, 2004.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MUSICAL

1. COMPOSIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO MUSICAL.

1.1. Som, silêncio e ruido. 1.2. Parâmetros do som: altura, duração, intensidade e timbre. 1.3. Escrita convencional e não convencional. 1.4. Escalas. 1.5. Intervalos. 1.6. Acordes/Harmonia. 1.7. Fraseologia. 1.8. Prosódia. 1.9. Formas 1.10. Textura.

2. MÚSICA, CULTURA E EDUCAÇÃO.

2.1. Folclore brasileiro: 2.1.1. Brinquedos cantados. 2.1.2. Cantos e danças das regiões brasileiras. 2.2. Instrumentos musicais: características e classificação. 2.3. Vozes: características e classificação. 2.3. Vozes: características e classificação. 2.3. Superior de ruidia. 2.6. Paísagem sonora.

saleira: popular e erudita. 2.5.2. Estrangeira: popular e erudita. 2.6. Paisagem sonora.

3. PEDAGOGIA MUSICAL.
3.1. Correntes: Dalcroze, Gainza, Gazzi de Sá, Kodály, Koellreutter, Orff, Paynter, Sá Pereira, Schafer, Suzuki, Swanwick, Villa-Lobos, Willems. 3.2. A prática pedagógica da Educação Musical na Educação Básica. 3.2.1. Aplicação dos conteúdos listados nos diversos segmentos. 3.3. A prática musical em sala de aula. 3.3.1. Vocal; 3.3.2. Fluta doce soprano (sistema germânico); 3.3.3. Prática de conjunto. 3.4. Interdisciplinaridade. 3.5. Educação especial. 3.6. Avaliação em Educação Musical.

4. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM MÚSICA.

4.1. Performance musical. 4.2. Música e sociedade. 4.3.

LIM MOSICA.
 4.1. Performance musical. 4.2. Música e sociedade. 4.3.
 ição e elementos da estruturação musical.
 5 ECOLOGIA SONORA.

5 ECOLOGIA SONORA.
5.1. Cuidados com a audição.
6 LEGISLAÇÃO.
6.1. Lei nº 11.769, de 18/08/2008. 6.2. Lei nº 10.639, de
09/01/2003. 6.3. Lei nº 7.853, de 24/10/1989. 6.4. Lei nº 5.700, de
01/09/1971. 6.5. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte.
11NO CÍVICO.
7.1. Hino Nacional Brasileiro. 7.2. Hino à Bandeira Nacional. 7.3. Hino da Independência do Brasil. 7.4. Hino da Proclamação da República. 7.5. Hino dos Alunos do Colégio Pedro II.
8. TECNOLOGIA MUSICAL.
8.1. Uso de tecnologias aplicadas à Educação Musical.

8.1. Uso de tecnologias aplicadas à Educação Musical. SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares Nacionais. A COR DA CULTURA. Gonguê - a herança africana que

construiu a música brasileira. Sala de Música. Composto e produzido por Fernando Moura e Carlos Negreiros. Rio de Janeiro: A Cor da Cultura Org, 2004. 1 CD-ÁUDIO. Disponível em: http://www.acor-rule.com/ por Fernando Moura e Carlos Negreiros. Rto de Janeiro: A Cor da Cultura Org. 2004. I CD-AUDIO. Disponível em: http://www.acordacultura.org.br/sit.ex-decsoe em: 18 set. 2014.

BENNETT, Roy. Elementos básicos da música. Tradução de Maria Teresa de Resende Costa. Jorge Zahar, 1990. (Cadernos de Música da Universidade de Cambridge).

Uma breve história da música. Tradução de Maria Teresa Resende Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. (Cadernos de Música da Universidade de Cambridge).

Instrumentos da orquestra. Tradução de Luiz Carlos Csêko. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Cadernos de Música de Cambridge).

BRASIL. Palácio do Planalto. Símbolos Nacionais. [s.d.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/acervo/simbolos-nacionais. Acesso em 18 set. 2014.

Casa Civil. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil (20/2007-2010/2008/fei/L11769-htm.> Acesso em 18 set. 2014.

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil (20/3/I10.639.htm.> Acesso em 18 set. 2014.

cui 10 sct. 2014.

Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte. Brasilia: MEC/SEF, 1997. http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf. Acesso em 18 set. 2014.

Casa Civil. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dis-em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm em 18 set. 2014.

ponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1/03/leis

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do folclore bra-sileiro. 12. ed. São Paulo: Global, 2012. CHEDIAK, Almir. Harmonia & improvisação: 70 músicas harmonizadas e analisadas: violão, guitarra, baixo, teclado. São Paulo: Irmãos Vitale,

COLÉGIO PEDRO II. Hino dos alunos do Colégio Pedro II. set. 2014. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/. Acesso

Portal de educação musical do Colégio Pedro II. [s.d.]. Disponível em: http://www.portaledumusicalep2.mus.br/. Acesso em: 30 set. 2014.

30 set. 2014. FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. 2. ed. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Funarte, 2008. Música e meio ambiente - ecologia sonora. São Paulo: Ir-

mãos Vitale, 2004

Hiaus Vitare, 2004. GAINZA, Violeta Hemsy de. Estudos de psicopedagogia musical. Tradução de Beatriz A. Cannabrava. São Paulo: Summus,

GOHN, Daniel Marcondes. Educação musical a distância:

abordagens e experiências. São Paulo: Cortez, 2011. GUEST, Ian. Arranjo - método prático. Rio de Janeiro: Lu-

HINDEMITH, Paul. Curso condensado de harmonia tradi-onal. Tradução de Souza Lima. 13. ed. Rio de Janeiro: Irmãos

Vitale, 1998.
INTERLÚDIO. Revista do departamento de educação musical do Colégio Pedro II. Ano 1, n. 1 (2010). Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2010. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/. Acesso em:

MARIZ, Vasco. História da música no Brasil. 8. ed. Rio de

Nova Fronteira, 2012. MED, Bohumil. Teoria da música. 3. ed. Brasília: MusiMed,

NOVAES, Íris Costa. Brincando de roda. Rio de Janeiro Agir, 1983

PAZ Ermelinda A 500 canções brasileiras 2 ed Brasília MusiMed 2010

Pedagogia musical brasileira no século XX: metodologias e tendências. Brasilia: MusiMed, 2000. SADIE, Stanley (Ed.). Dicionário Grove de música. Tra-dução de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

SCHAFER, R. Murray. O ouvido pensante. Tradução de Ma-

SCHAFER, R. Murray. O ouvido pensante. Tradução de Marisa Trench de O. Fonterrada, Magda R. Gomes da Silva, Maria Lúcia Pascoal. 2. ed. São Paulo: Unesp. 1991.

SEVERIANO, Jairo. Uma história da música popular brasileira: das origens à modermidade. São Paulo: Ed. 34, 2008.

SWANWICK, Keith. Ensinando música musicalmente. Tradução de Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.

VICTORIO Marcia O Bê-a-bá do dó-ré-mi - reflexões VICTORIO, Marcia. O Bê-a-ba do dô-rê-mi - reflexões e práticas sobre a educação musical nas escolas de ensino básico. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
WISNIK, José Miguel. O som e o sentido. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
PROGRAMA DE ESPANHOL.
L Politicas limmisticas do accino de acc

PROGRAMA DE ESPANHOL

1.Políticas linguisticas do ensino de espanhol na escola básica. 2. Documentos norteadores do ensino de espanhol na educação básica. 3. Linguagem e discurso: concepções teórico-metodológicas do ensino de espanhol. 4. Letramento e gêneros discursivos no ensino de espanhol. 5. Produção textual no processo de ensino-aprendizagem de espanhol. 6. Aspectos morfossintáticos e discursivos da língua espanhola. 7. Pluralidade cultural e variação linguística do espanhol no contexto latino-americano. 8. Formação do professor de espanhol no contexto educacional brasileiro. 9. Prática docente: elaboração de material didático e auxileizad do prosesso de espino paração da professor de espanhol no contexto educacional brasileiro. material didático e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

10. Ensino-aprendizagem de espanhol mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.
AGULERA REIJA, B. et al. Educación Intercultural. Análisis y resolución de conflictos. 2. ed. Madrid: Editorial Popular,

BAKTHIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes 2003

BON, F. M. Gramática comunicativa del español. Vol. I y II. Madrid: Edelsa, 1995.

Brasil MEC/SEB. Orientações Curriculares para o Ensino

Brasil MEC/SEB. Orientações Curriculares para o Ensino Médio - Linguagens, códigos e suas tecnologias /Secretaria de Educação Básica - Brasilia, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf/. Acesso em: 19 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Brasilia, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 19 set. 2014.

Parâmetros curriculares pacionais: trossino a morto sidad de la companio de la co

Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais

ISSN 1677-7069

Ministério da Educação, Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio, 2002, portal mec gow brisch/arquivos/pdf/livrol).pdf CANCLINI, N. G. Diferentes, desiguales y desconectados: Mapas de La interculturalidad. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004. CELADA, M. T.; GONZÁLEZ, N. M. Los estudios de lengua española en Brasil. In: Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos. Vol. X. Brasilia: Embajada de España en Brasil. 2000. p. 35-58. (Suplemento "El hispanismo en Brasil"). Disponível em: http://www.mecd.gob.es/brasil/publicaciones-materiales/publicaciones-html- Acesso em: 21 set. 2014. CORACINI, M.J.R.F. (Org.). Interpretação, autoria e legitimação do livro didático. Campinas: Pontes. 1999.

nes.nml. Acesso em. 21 set. 2014.

CORACINI, M.J.R.F. (Org.). Interpretação, autoria e legitimação do livro didático. Campinas: Pontes, 1999.

CORACINI, M. J. BERTOLLOO, E. S. (Orgs.). O desejo da teoria e a contingência da prática. Discursos sobre e na sala de aula (lingua materna e lingua estrangeira). Campinas: Mercado de Letras, 2003. Disponível em: . Acesso em: 21 set. 2014.

COSTA, E. G. M. Gêneros discursivos e leitura em língua estrangeira. Revista do GEL, v. 5, n. 2, São Paulo, 2008. p. 181-197. Disponível em: http://www.gel.org.br/revistadogel/volumes/S/RG VSN2 10.pdf - Acesso em: 19 set. 2014.

DAHER, D. C. Enseñanzas del español y políticas linguisticas en Brasil. Ensino do españhol e políticas linguisticas no Brasil. In Revista Hispanista, Niterói, n. 27, 2006. Disponível em: www.hispanista.com.br/revista/artigo216.htm - Acesso em: 19 set. 2014.

SANT'ANNA, V. L. A. Do otium cum dignitate à formação

SANT'ANNA, V. L. A. Do otium cum dignitate à formação do professor de línguas nos cursos de Letras. Em: DAHER, D. C.; RODRIGUES, I. C.; GIORGI, M. C.; Trajetórias em enunciação e discurso: formação de professor. São Carlos: Clara Luz, 2009, v. 2. SANT'ANNA, V. L. A. Formação e exercício profissional de

professor de língua espanhola:revendo conceitos e percursos. In: Espanhol: ensino médio. Coordenação, Cristiano Silva de Barros e Elpanhol: ensino medio. Coordenação, Cristiano Silva de Barros e Elzimar Goettenauer de Marins Costa. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 55-68. (Coleção Explorando o Ensino; v.16). Disponível em: portal mec gov.br/index.ph/?option=com docmanétask=doc Acesso em: 22 set 2014
Reflexiones acerca de la noción de competencia lectora:
aportes enunciativos e interculturales. In: Revista Hispanista, Niterói,
n. 11. Disponível em: www.hispanista.com.br/revista/artigo95esp.htm- Acesso em: 19 set. 2014.
FANJUL, A. P. Português e espanhol: línguas próximas sob
o olhar discursivo. São Carlos: Claraluz Editora, 2002.
Português brasileiro, Espanhol... de onde? Analogias incertas. Letras & Letras. Uberlândia, 20 (1), In: p. 165-183, 2004.
GILI GAYA, S. Curso superior de sintaxis. Barcelona: Vox,
2000.

GOULART, C. Letramento e novas tecnologias: questões para a prática pedagógica. In: COSCARELLI, C.; RIBEIRO, A. E

Resolução CNE/CEB 2/2012. Diário Oficial da União, Bra-

silia, 31 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 20. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

ROJO, R. (Org.) A prática de linguagem em sala de aula.

Praticando os PCNs. 1. ed. Campinas: EDUC/Mercado Aberto,

ROJO, R. H. R.; MOITA LOPES, L. P. Avaliação crítica e propositiva dos PCNEM - PCN+, Área de linguagens, códigos e suas tecnologias (Língua Portuguesa e Línguas Estrangeiras). Brasilia: SEMTEC, 2005.

SEMTEC, 2005.

ROLDÃO, Maria do Céu. Gestão do currículo e avaliação de competências. Lisboa: Editorial Presença 2003, 2a ed., 2004.

SANTOS, A. C. El género literario y la comprensión lectora en clases de E/LE. In: Actas del II Simposio internacional de didáctica de español para extranjeros. Rio de Janeiro: Instituto Cervantes do Rio de Janeiro, 2005.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Orgs.). Géneros orais e escritos na escola. Trad. Org. Roxane Rojo; Glais Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 95-128. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/61744958/Generos-Orais-e-Escritos-na-Esc-cola>. Acesso em: 21 set. 2014. cola>. Acesso em: 21 set. 2014. SERRANI-INFANTE, S. M. Diversidade e alteridade na enunciação em linguas próximas. In: Revista Letras, Revista do Programa de Pós-graduação em Letras. Cascavel: Universidade Federal de Santa Maria,

14, p. 11-17, 1997. Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/re-stas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/view/11462 Acesso em: 22 set. 2014. SGNORINI, I. (Org.). Lingua(gem) e identidade. Campinas:

Mercado de Letras, 1998.
PROGRAMA DE FILOSOFIA

Mercado de Letras, 1998.

PROGRAMA DE FILOSOFIA

1. Filosofia Antiga: 1.1. Lógos, Conhecimento e Ser, Linguagem e Metafísica; 1.1.1. Heráclito e Parménides: devir e ser; 1.1.2. Sócrates e os sofistas: linguagem e conhecimento; 1.1.3 Platão: a dialética, o problema da linguagem e conhecimento; 1.1.3 Platão: a dialética, o problema da linguagem e o conhecimento das ideias; reminiscência; 1.1.4. Aristóteles: o conceito de filosofia e a concepção de conhecimento; a questão do ser enquanto ser, o conceito de substância, 1.2. Ética e Política: 1.2.1. Platão: a cidade justa; bem, justica e virtude; 1.2.2. Aristóteles: a concepção política do homem; felicidade e virtude; 1.2.3. Epicuro: felicidade e prazer; 1.3. O Belo e a Arte: 1.3.1. Platão: a relação entre filosofia e arte; 1.3.2. Aristóteles: poética. 2. Filosofia Medieval. 2.1. Ética e Metafísica: 2.1.1. Agostinho: Deus e o problema do Mal; 2.1.2. Tomás de Aquino: as cinco vias da prova da existência de Deus. 3. Filosofia Moderna. 3.1. O problema do conhecimento: 3.1.1. Descartes: dúvida metódica e o problema do conhecimento: 3.1.2. Hume: origem das ideias; 3.1.3. Kant: as condições de possibilidade do conhecimento. 3.2. Ética: 3.2.1. Spinoza: servidão e liberdade; 3.2.1. Kant: ação e lei moral: imperativo categórico; 3.3. Política: 3.3.1. Maquiavel: a arte de governar; 3.3.2. Hobbes: condição natural e Estado; 3.3.3. Marx: tra-balho, alienação e ideologia; 3.4. Estética: 3.4.1. Neitzsche: ciração artística; origem da tragédia; 4.1.2. Adorno e Horkheimer: indústria cultural; 4.1.3. Benjamin: a reprodutibilidade técnica. 4.2. Questões contemporâneas em filosofia: 4.2.1. Nietzsche: verdade e interpretação; a morte de Deus e a transvaloração dos valores 4.2.2. Heidegger: o problema da verdade; 4.2.3. Sartre: existencialismo e liberdade; 4.2.4. Wittgenstein: jogos de linguagem; 4.2.5. Deleuze: conceito de filosofia; 4.2.6. Foucault: corpo e poder.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares Nacionais.

SUGESTOES BIBLIOGRAFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.
ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. "Indústria
cultural: o esclarecimento como mistificação das massas". In: Dialética do Esclarecimento. Tradução Guido António de Almeida. Rio
de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.
DUARTE, Rodrigo. O belo autônomo. Belo Horizonte: Autêntica/Crisálida, 2012.

têntica/Crisálida, 2012.
EPICURO. Carta sobre a felicidade (a Meneceu). Tradução Alvaro Lorencini e Enzo del Carratore. São Paulo: Unesp. 2002.
GÓRGIAS. "Elogio de Helena". In: CASSIN, Barbara. O efeito sofistico: sofistica, filosofia, retórica, literatura. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Maria Cristina Franco Ferraz e Paulo Pinheiro. São Paulo, Ed. 34, 2005.
MARÇAL, Jairo (org.). Antologia de textos filosóficos. Curitiba: SEED, 2009. (http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eadernos pedagogicos/caderno_filo.pdf)
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia. Rio de Janeiro: Joreg Zahar. 2007.

Janeiro: Jorge Zahar, 2007. PROGRAMA DE FRANCÊS

Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

PROGRAMA DE FRANCÈS

1. As relações lógicas no discurso. 2. Coesão e coerência em Francês. 3. Sintaxe e pontuação em Francês. 4. O discurso direto e o discurso indireto. 5.0 ensino do Francês por competências. 6. O emprego das tecnologias na aula de Francês. 7. A morfossintaxe e duncionamento dos pronomes. 8. Empregos, formas e funcionamento do sintagma nominal. 10. O ensino-aprendizagem de Francês por meio de atividades lúdicas. 11. Estratégias de ensino-aprendizagem de produção oral em Francês. 12. Estratégias de ensino-aprendizagem de produção escrita em Francês. 13. Tipologia de frases: afirmativas, negativas, exclamativas e interrogativas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.

CHARAUDEAU, Patrick. Grammaire du sens et de l'expression. Paris: Hachette, 1992.

CORNAIRE, Claudette et RAYMON, Patricia Mary. La production écrite. Paris: CLE International, 1999.

CUQ, Jean Pierre et GRUCA, Isabelle. Cours de didactique du français langue étrangère et seconde. Grenoble: Presses Univerticiaments.

du français langue étrangère et seconde. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2008.

SILVA, Haydée. Le jeu en classe de langue. Paris: CLE International, 2008. LANCIEN, Thierry et DE CARLO, Maddalena. L'intercul-turel. Paris: CLE International, 1998.

turel. Paris: C.Le. International, 1998.

MANGENOT, François et LOUVEAU, Elisabeth. Internet et la classe de langue. Paris: C.Le International, 2006.

TAGLIANTE, Christine. La classe de langue. Paris: C.Le. International, 2006.

naire Larousse. http://www.larousse.fr/dictionnai-Dictionnaire Le Petit Robert, Paris: le Robert, 2013.

Dictionnaire Le Petit Robert. Paris: le Robert, 2013. http://www.christianpuren.com/
http://eduscol.education.fr/cid46413/sommaire.html#2
PROGRAMA DE FÍSICA
1.Ferramentas básicas: gráficos e vetores. Grandezas vetoriais e escalares. Operações com vetores. 2.Cinemática: os movimentos e suas grandezas lineares e angulares - posição, velocidade e aceleração. 3.Dinâmica: Leis de Newton e suas implicações. Forças de campo e de contato. Dinâmica do movimento linear e circular. Dinâmica das rotações. 4.Leis de Conservação: Energia, momento linear e momento angular. Trabalho e potência. Sistemas conservativos e dissipativos. Colisões. Impulso. 5.Estática dos fluidos: massa especifica, densidade, peso específico, pressão e empuxo. Teoremas de Stevin, Pascal e Arquimedes. 6. Dinâmica dos fluidos: vazão, equação da continuidade e Teorema de Bernoulli. 7. Equi-

líbrio: centro de massa, centro de gravidade, estática do ponto librio: centro de massa, centro de gravidade, estática do ponto material e do corpo extenso. 8. Gravitação Universal: Aceleração gravitacional. Lei da Gravitação Universal. Leis de Kepler. Movimentos de corpos celestes. Influência na Terra - marés e variações climáticas. Concepções históricas sobre a origem do universo e sua evolução. 9. Experimental: Ordem de grandeza. Notação Científica. Sistema Internacional de Unidades. Metodologia de investigação - a procura de regularidades e de sinais na interpretação física do mundo. Observações e mensurações - representação de grandezas físicas como grandezas mensuráveis. Análise dimensional. 10. Eletrostática: Carga elétrica e corrente elétrica. Lei de Coulomb. Campo elétrico e potencial elétrico. Linhas de campo. Superficies equipotenciais. Poder das pontas. Blindagem. Capacitância. 11. Eletrodinâmica: Capacitores. Efeito Joule. Lei de Ohm. Resistência elétrica e resistividade. Relações entre grandezas elétricas - tensão, corrente, potência e enertores. Efeito Joule. Lei de Ohm. Resistência elétrica e resistividade. Relações entre grandezas elétricas - tensão, corrente, potência e energia. Circuitos elétricos. Correntes contínua e alternada. Medidores elétricos. Representação gráfica de circuitos. Potência e consumo de energia em dispositivos elétricos. 12. Magnetismo e eletromagnetismo: Campo magnético. Imãs permanentes. Linhas de campo magnético. Campo magnético terrestre. Força magnética sobre uma carga em movimento. Movimento de cargas elétricas em campos magnéticos elétricos. Força em um condutor retilineo em campo magnéticos elétricos. Força em um condutor retilineo em campo magnético de letromagnética e fluxo de indução. Transformadores. Lei de Lenz. Lei de Faraday-Neumann. Leis de Maxwell (abordagem conceituai). 13. Optica geométrica, óptica física e ondas: Feixes e frentes de ondas. Reflexão e retração. Lentes e espelhos. Formação de imagens. Instrumentos ópticos simples. Fenômenos ondulatórios. Pulfrentes de ondas. Reflexão e retração. Lentes e espelhos. Formação de imagens. Instrumentos ópticos simples. Fenômenos ondulatórios. Pulsos e ondas. Período, freqüência e ciclo. Propagação de ondas relação entre velocidade, freqüência e comprimento de onda. Ondas em diferentes meios de propagação. Movimento harmônico simples. Acústica. Radiações ionizantes. Difração. Polarização. Interferência. 14. Termologia: Conceitos de calor e de temperatura. Escalas termométricas. Transferência de calor e equilibrio térmico. Capacidade calorifica e calor específico. Propagação do calor. Condução do calor. Dilatação térmica. Mudanças de estado físico e calor latente de transformação. Comportamento de gases ideais. Teoria cinética dos gases ideais. Majunias térmicas. Cielo de Carnot. Leis da Termodinâmica. Entropia. 15. Noções de Física Moderna: Modelos atômicos. Efeito fotoelétrico. Dualidade da luz. Relatividade restrita. 16. Evolução dos fotoelétrico. Dualidade da luz. Relatividade restrita. 16. Evolução dos conceitos da Física. A História e Filosofia da Ciência no Ensino de Física. 17. Aspectos pedagógicos e legais do Ensino de Física na Escola Básica. Escola Básica

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Direttizes Curriculares Nacionais.
Tópicos de Física. Helou, Gualter e Newton. Volumes 1, 2 e ra Saraiva. 3. Editora

Física Clássica. Sampaio e Calçada. Volumes 1 a 5. Editora

Atual.

Fisica: Contexto e Aplicações. Alvarenga e Máximo. Vo-lumes 1, 2 e 3. Editora Scipione.

Fundamentos de Fisica: Halliday, Resnick e Walker. Volumes 1 a 4. Editora LTC.

Física. Sears e Zemansky. Volumes 1 a 4. Editora: Addison -- Br Física Moderna: Experimental e Aplicada. Chesman, André e

Fisica Moderna: Experimental e Aplicada. Chesman, André e Macedo. Editora Livraria da Física História Ilustrada da Ciência. Volumes I ao IV. Ronan, Colin. Editora Jorge Zahar.

Curso de Física Básica. Moyses Nussenzveig. Volumes 1 a 4. Editora Edgard Blucher

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB - Lei N- 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio -

DCNEM

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio -

MATICAS DA GEOGRAFIA ESCÓLÁR

5. A Natureza, a Sociedade e as Questões Ambientais. 5.1.
Os elementos da natureza em interação: relevo, clima, hidrologia, solos e vegetação na construção das paisagens. 5.2. Estrutura geológica, formação do relevo, aproveitamento econômico e impactos ambientais. 5.3. Hidrografia e a geopolítica da água em diferentes escalas. 5.4. Dinâmicas climáticas, ferômenos e impactos na atmosfera. 5.5. Formação dos solos e paisagens climatobotânicas. 5.6. Dinenesões da questão ambiental. 6. Estrutura e dinâmica populacional. 7. Dimensões do Processo de Globalização. 7.1. Perritórios e fronteiras no contexto da globalização. 7.2. Globalização e fragmentação: transformações técnicas, econômicas, políticas, sociais e culturais. 8. teiras no contexto da globalização. 7.2. Globalização e fragmentação: transformações técnicas, econômicas, políticas, sociais e culturais 8. As Regionalizações do Mundo. 9. A Geopolítica do Mundo Contemporâneo. 10. A Produção do Espaço Geográfico Brasileiro, a Regionalização e o Planejamento Regional no Brasil. 11. A Produção do Espaço Agrário no mundo e no Brasil. 12. A Produção do Espaço Industrial: no mundo e no Brasil. 13. As redes técnicas no mundo e no Brasil. 14. A Produção do Espaço Urbano no Mundo e no Brasil. 15. As redes técnicas no mundo e no Brasil. 16. A Produção do Espaço Urbano no Mundo e no Brasil. 17. A Produção do Espaço Urbano no Mundo e no Brasil. 18. As redes técnicas no mundo e no Brasil. 19. As redes técnicas no mundo e no Brasil. 19. As redes técnicas no mundo e no Brasil.

sil.

PARTE III - GEOGRAFIA E ENSINO: CURRÍCULO, LIN-GUAGEM E TECNOLOGIA

15. As dimensões do currículo. 16. Produção acadêmica e produção escolar. 17. Planejamento e avaliação. 18. Novas tecno-logias e ensino.



SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares Nacionais.

AB'SABER, Aziz. Os domínios da natureza no Brasil. São aulo: Ateliê editorial, 2003.

ALMEIDA, Rosângela, Doin de. Novos rumos da cartografia scolar: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto,

2011.
AZEVEDO, D. & MORAES, M. A. Ensino de Geografia: novos temas para a geografia escolar Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2014.
CAPEL, Horacio. Filosofia e Ciência na Geografia Contemporânea. Uma Introdução à Geografia. Maringá, PR: Eduem, 2º d. 2008.

CARLOS, Ana F. A. et al. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRO, I. E; GOMES, P.C. da C . & CORREA, R. L Geografia Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand.

CAVALCANTI, L. de S. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 2010.

CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. (org.) A Questão Ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GOMES, P. C. da C. Geografia e Modernidade Rio de Ja-Bertrand Brasil, 1996. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (org.) Geomorfologia:

uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4a.Ed. 2001.

HAESBAERT, R. Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografía contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, D. Condição Pós Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

para faze

yyola, 1994.

LACOSTE, Yves. A geografia: isso serve, em primeiro lugar, ira fazer a guerra. Campinas SP: Papirus, 1989.

PONTUSCHKA, N. N., PAGANELLI, T. I. & CACETE, N.

Para ensinar e apreender Geografia. São Paulo: Cortez Editora,

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EdUSP 2004. 4º Ed. SANTOS, Renato E. dos (Org.) Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Auténtica, 2007.

SOUZA, M. L. de Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espaçaial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TEIXEIRA, Wilson et al. (Org.). Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.
TONINI, I. M. GOULART, L. B., MARTINS, R. E., CASTROGIOVANNI A. C., E KAERCHER, N. A. (orgs.) O Ensino da Geografia e suas Composições curriculares. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

VESENTINI, José W. Novas geopolíticas. São Paulo: Contexto, 2003

texto, 2003.

Obras de referência:
BRASIL Guia do Programa Nacional do Livro Didático
(PNLD). Ministério da Educação - últimas edições.

Atlas Nacional do Brasil Milton Santos/IBGE. Rio de Ja-

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Fun-

BRASIL. Parametros Curriculares Nacionais - Ensino Fun-damental e Médio: ciôncias humanas e suas tecnologias. Brasilia: MEC - Conselho Nacional de Educação 1999. Periódicos on-line: Revista Brasileira de Educação me Geografia - UNICAMP-disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revis-taedugeo

Revista Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedre II Disponível em: http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUN-DO

PROGRAMA DE HISTÓRIA

1. Introdução ao Estudo da História: Teoria, epistemologia e historiografia. 2. Antigüidade Clássica. 3.0 mundo medieval ocidental. 4. A construção e afirmação da modernidade europeia. 5. A Formação do Império Português. 6. América prê-colombiana e conolização hispânica na América. 7.05 movimentos de Independência e as releituras do ideário liberal na América. 8. A afirmação e internacionalização da ordem canitalista e burguesa 9. Processos hislonização hispânica na América. 7.0s movimentos de Independência ca s reletituras do ideário liberal na América. 8.4 afirmação e internacionalização da ordem capitalista e burguesa. 9. Processos históricos dos séculos XX e XXI: críticas, contestações e alternativas. 10.Brasil: 10.1.Formação e organização da América Portuguesa; 10.2.Vertentes e movimentos de Independência; 10.3.Construção, consolidação e crise do Estado Monárquico; 10.4.Projetos e perspectivas de República e de Brasil.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.

ANDERSON, Perry. Passagens da antigüidade ao feudalismo. Trad. Telma Costa. 2 ed. Porto: Afrontamento, 1982.

ARIES, Phillippe e DUBY, Georges. História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1990/1992, 5 v.

AZEVEDO, Cecilia e RAMINELLI, Ronald. História da América - novas perspectivas. Rio de Janeiro: FGV. 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história - ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DEYON, Pierre. O mercantilismo. 4 ed. Trad. Teresa Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, v. 1, 2004.

DUBY, Georges. Idade Média - idade dos homens; do amor e outros ensaios. Trad. Jónatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FERREIRA, Jorge & ALMEIDA, Lucília (Orgs.). O Brasil

Diário Oficial da União - Seção 3

republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 4 v.

& REIS, Daniel Aarão (org.). A formação das tra-dições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

& REIS, Daniel Aarão (org.). Nacionalismo e re-formismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

2007.

& REIS, Daniel Aarão (org.). Revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

mperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

&GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). Na trama das redes - política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HELLER, Agnes. O homem do Renascimento. Trad. Conceição Jardim &Eduardo Nogueira, Lisboa: Ed. Presença, s/d. HERNANDEZ, Leila Leite. A Africa na sala de aula - visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBSBÁWM, Eric. A era das revoluções (1789-1848). Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira & Marcos Penchel. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

A era do capital (1848-1875). Trad. Luciano Costa Neto. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

A era dos impérios (1875-1914). Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira & Marcos Penchel. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra 2009.

A era dos extremos - o brava esculo. VV. (1014).

A era dos extremos - o breve século XX (1914 -

1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995 LINHARES, Maria Yeda (Org). História geral do Brasil. Rio

de Janeiro: Campus, 2000.

MOORE JR, Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOTA, Carlos Guilherme. 1822 - dimensões. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

REIS FILHO, Daniel Aarão e outros. O século XX. São

Paulo: Perspectiva, 1972.

REIS FILHO, Daniel Aarão e outros. O século XX. São Paulo: Civilização Brasileira, 1 ed., 2000, 3 v.
VIDAL-NAQUET, Pierre. Os gregos, os historiadores, a democracia - o grande desvio. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
WASSERMAN, Claudia (coord). História da América Latina: cinco séculos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.
Publicações Oficiais
BRASIL. MEC / CNE. Atos normativos do Conselho Nacional de Educação, em todos os niveis e modalidades de ensino. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?ltemid=866&id=12767&option=com content&view=article
BRASIL. MEC / CNE. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf
BRASIL. MEC / CNE. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf
BRASIL. MEC / CNE. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12598%

PROGRAMA DE INFORMÁTICA EDUCATIVA

dex.pnp/option=com_content&u=12598% 3Apublicacoes&temid=859
PROGRAMA DE INFORMÁTICA EDUCATIVA
1. Conceitos básicos de Informática 1.1. Software. Sistemas operacionais. Softwares utilitários (antivírus, segurança na rede, becup e antispam). Softwares aplicativos (editores de texto, planilhas eletrônicas, banco de dados, editores de apresentação, geradores de páginas para internet e editores de imagem). 1.2. Hardware. Identificação e função dos componentes de um computador. Dispositivos de entrada e Saida. Dispositivos de armazenamento. 1.3. Internet. Histórico, funcionamento e serviços (WEB, correio eletrônico, bate-papo, foruns e ferramentas de busca). 2. Políticas Públicas e Informática Educativa no Brasil 2.1. Histórico da Informática Educativa no Brasil 2.2. Legislação educacional brasileira. O enfoque do uso das tecnologias de informação e comunicação nos currículos dos Ensinos Fundamental e Médio presentes na legislação educacional brasileira: Lei nº 9304/96, Decreto nº 5622/05, Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares. 2.3. Programas e projetos federais de incorporação das TICs à Eduna legislação educacional brasileira: Lei nº 9394/96, Décreto nº 5622/05, Parâmetros Curriculares Nacionais e Direttrizes Curriculares, 2.3. Programas e projetos federais de incorporação das TICs à Educação. Definições, objetivos, estruturas e formas de atuação dos programas e projetos. 2.4. Programas e projetos federais de capacitação docente para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas à Educação. Definições, objetivos, estruturas e formas de atuação dos programas e projetos. 3. Informática, Educação e Sociedade: 3.1. Implicações econômicas, políticas e culturais das tecnologias digitais. Contexto sociotécnico. Globalização, Capitalismo, Novas configurações sociais. Sociedade da Informação e do conhecimento. Sociedade do Espetáculo. Sociedade do Consumo. Democratização e inclusão digital. 3.2. Cibercultura e Educação. Conceituação. A relação entre cibercultura, cibercespaço e educação. Hipertexto e hipermidia. WEB 2.0 - interfaces/ferramentas, recursos e aplicações. Interatividade. A cibercultura e a formação da inteligência coletiva: as mutações no fenômeno cultural, no conhecimento e na educação. Tecnologia intelectual. Transitoricada do conhecimento. Novas formas de autoria. Mobilidade e conectividade. 4. Ensino e aprendizagem mediados pelas novas tecnologias. 4.1. A organização do currículo por projetos de trabalho. Fundamentos e princípios norteadores para elaboração de projetos educacionais presenciais e a distância. Pesquisa e tratamento de informações. Expressão do conhecimento construído através de militipals linguagens e/ou de diferentes midias. Trabalho cooperativo/colaborativo. Mediação docente. Interdisciplinaridade. 4.2. Uso de softwares, ambientes imersivos e redes sociais na Educação. Ambientes exploratórios de aprendizagem (ambientes de modelagem, simulação e robótica educacional). Objetos de aprendizagem Software educativo; finalidade e taxonomia. (ambientes de modelagem, simulação e robótica educacional). Objetos de aprendizagem. Software educativo: finalidade e taxonomia

Critérios de avaliação de software educativo e seu uso em sala de aula. 4.3. Comunicação alternativa e tecnologias assistivas baseadas nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Recursos, técnicas e estratégias para comunicação alternativa baseadas nas TICs. Accessibilidade no sistema operacional Windows. Softwares instrumentais: DOSVOX, WINVOX, JAWS, MOTRIX, HOLOS. Alternativas em hardware (teclado expandido, teclado em Braille, mouse adaptado e tela sensível ao toque). Acessibilidade para dispositivos móveis. Acessibilidade virtual. Acessibilidade de documentos digitais. Acessibilidade em arquivos multimidia. Legislação Específica (Lei nº 10 098/2 000 e Decreto nº 5 296/2004). 4.4. Educação a distância. Histórico, características, definições e regulamentações. Estrutura e funcionamento da EAD no Brasil. Fundamentos epistemológicos. Processo de construção do conhecimento. Papéis e atores. Formação docente. Ambientes virtuais de aprendizagem. Colaboração, cooperação e interação como elementos estruturantes do ensino e Comunicação alternativa e tecnologias assistivas baseadas ção, cooperação e interação como elementos estruturantes do ensino e da aprendizagem. Planeiamento e construção do medido en sino e ção, cooperação e interação como elementos estruturantes do ensino e da aprendizagem. Planejamento e construção de modelos para Educação a Distância. Perspectivas atuais. 4.5. Mídias e educação. Histórico, situação atual e perspectivas. Produção de diferentes mídias utilizando os recursos digiats. Animação e cimena. Fotografia e fotomontagem digital. Histórias em quadrinhos. Rádio e Podcast. SUGESTOES BIBLIOGRAFICAS Diretrizes Curriculares Nacionais.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; MORAN, José Manuel (orgs). Integração das Tecnologias na Educação. Série Salto para o Futuro. Brasilia: SEED/MEC, 2005. Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/images/stories/publicacoes/salto_para_o_futuro/livro salto tecnologias.pdf. Acesso em: 220/5/013.

ÄNTOŪN, Henrique (org.). Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

2008.

BELLONI, Maria Luiza. Crianças e Mídias no Brasil: cenários de mudança. Campinas: Papirus, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação/SED. Mídias na Educação. Disponível em: http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducaca/#. Acesso em: 22/05/2013.

CAMPOS, F. C. A; COSTA, R. M. E; SANTOS, N. Fundamentos da educação a distância, mídias e ambientes virtuais. Juiz de Fora: Editar 2007.

damentos da educação a distância, mídias e ambientes virtuais. Juiz de Fora: Editar, 2007.

DEMO, Pedro. Educação hoje: novas tecnologias, pressões e oportunidades. São Paulo: Atlas, 2009.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; Poker, Rosimar Bortolini; Omote, Sadao (org.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publica-coes/as-tecnologias-nas-praticas_e-book.pdf. Acesso em: 22/05/2013.

HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KEARSLEY, Greg. Educação on-line: aprendendo e ensinando. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2003.

ritmo da informação. Campinas: Papiras, 2003.

LEVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcelo (orgs.). Éducação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil,

MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita (orgs.). Informa-ção e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social Brasília: IBICT, UNESCO, 2007.

Brasília: IBICT, UNESCO, 2007.

Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MATTAR, João. Games em educação: como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

PALOFF, Rena; PRATT, Keith. Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PRENSKY, Marc. "Não atrapalhe, mãe - eu estou aprendendo!": como os videogames estão preparando nossos filhos para o sucesso no século XXI - e como você pode ajudar! São Paulo, Phorte, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2009.

TEDESCO, Juan Carlos (org.). Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza. Brasilia: UNESCO, 2004.

VALENTE, Carlos; MATTAR, João. Second Life e Web 2.0 na educação o potencial revolucionário das novas tecnologias. São Paulo: Novatec, 2007.

VILLARDI, Raquel; OLIVEIRA, Eloiza Gomes. Tecnologia cação: uma perspectiva sócio-interacionista. Rio de Janeiro: na Educa Dunya, 2005.

, 2005.

Documentos legais

PROGRAMA DE INGLÉS

1. The English language structure: form, meaning and use. lorphology, 1.2. Syntax, 1.3. Semantics, 1.4. Pragmatics, 2. The language in communicative contexts, 2.1. Cohesion, 2.2. 1.1 Morphology. 1.2. Syntax. 1.3. Semantics. 1.4 Pragmatics. 2. The English language in communicative contexts. 2.1. Cohesion. 2.5. Coherence. 2.3. Reference. 2.4. Substitution. 2.5. Ellipsis. 3. The English language in social contexts. 3.1. Discourse and ideology. 3.2. Genres. 4. The English language teaching/learning. 4.1 Approaches and methods in the teaching of English as a Foreign Language; 4.1.1 SLA - Second Language Acquisition; 4.1.2 ESP - English for Specific Purposes; 4.1.3 The Social Interaction Approach. 4.2 The role of the English teacher: 4.2.1 The teacher as a reflective practitioner; 4.2.2 The inclusive teacher. 4.2.3 The teacher as a researcher. 4.3 Material development and evaluation. 4.4 Inter/transdisciplinarity. 4.5 The insertion of the New Technologies of Information and Communication (NTICs) in the teaching of English as a Foreign Language. 4.6 Assessment. 5. Relevant issues in Applied Linguistics. 5.1 Language and social identities. 5.2 Linguistic identity and globalization. 5.3 Multiculturalism. 5.4 Social inclusion. SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ISSN 1677-7069

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.
ANDRÉ, M. (org.) OPapel da Pesquisa na Formação e na
Prática dos Professores. 2 ed. Campinas: Papirus, 2002.
BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). Marxismo e filosofia da
linguagem. São Paulo: Hucitec, 1929/1997.
CARTER, R.; McCARTHY, M. Cambridge Grammarof English: a Comprehensive Guide. Singapore: Green Giant Press, 2007.
CELANI, M. A. A.; DEYES, A. F.; HOLMES, J. L; SCOTT,
M. (org/ ESP in Brazil: 25 years ofevolution and reflection. São
Paulo: Editora da PUC, 2005.
CORACINI, M. J. R. F. (org.) O Jogo Discursivo da Sala de
Aula de Leitura: Língua Materna e Língua Estrangeira. 2a ed. Campinas: Pontes, 2002.

ontes, 2002. FREIRE, M. M., ABRAHÃO, M.H.V., BARCELOS, A.M.F. contemporaneidade. São Paulo: Po

FAIRCLOUGH, N. Discourse and social change. Cambridge.

FAIRCLOUGH, N. Discourse and social change. Cambridge: Polity Press, 1992.

KLEIMAN, A. B. (Org.). Os significados do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LIBERALLI, F. O professor reflexivo. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Lingüística Aplicada, 2005.

LIGHTBROWN, P. M.; SPADA, N. How Languages are Learned. 3rd. edition. Oxford: Oxford University Press, 2006.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER.A.C. Hipertexto e Gêneros Digitais. V edição. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MOITA-LOPES, L. P. Identidades fragmentadas sexualidade na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MOITA-LOPES, L. P. (org.). Por uma lingüística aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PENNYCOOK, A. Criticai Applied Linguistics: a criticai introduction. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001.

QUIRK, R. et al. A Comprehensive Grammar of the English

introduction. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001.

QUIRK, R. et ai. A Comprehensive Grammar of the English
Language. London: Longman, 1985.

ROJO, R. H. Ř. (Org.) Aprática de linguagem em sala de R. H. R. (Org.)Aprática de linguagem em sala de os PCNs. Campinas: Mercado de Letras/Educ,

SIGNORINI, I. (org). Lingua(gem) e identidade: elementos na discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Le-

stativoltini, I. (org.). Lingualgem) e identidade: etiementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SZUNDY, P.T.C. et ai (orgsj. Lingüística aplicada e sociedade: ensino e aprendizagem de línguas no contexto brasileiro. Campinas: Pontes Editores, 2011.

VIGOTSKI, L. S. Pensamento e Linguagem. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

ZILBERMAN, R. &SILVA,, ET. (orgs.). Leitura. Perspectivas Interdisciplinares. São Paulo: Atica, 2002.

Documentos legais

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - versão atualizada

Atos normativos do Conselho Nacional de Educação relacionados às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação, considerando os níveis e modalidades de ensino e referentes à área de atuação/conhecimento do candidato

PROGRAMA DE MATEMÁTICA

1.Lógica e Teoria dos Conjuntos.. 2. Estruturas Algébricas

PROGRAMA DE MATEMÁTICA

11. Lógica e Teoria dos Conjuntos. 2. Estruturas Algébricas dos Conjuntos Numéricos e suas Propriedades. 3. Naturais, Inteiros, Racionais, Reais e Complexos; Principio da Indução Finita. 4.Re-lações de. 5. Equivalência e de Ordem; Aritmética dos Inteiros; Congruências. 6. Estudo Geral das Funções Reais; Inequações. 7. Po-linômios e Equações algébricas. 8. Cálculo Diferencial e Integral de Funções Reais de uma Variável Real. 9. Sequências Numéricas. 10. Matemática Financeira. 11. Análise Combinatória e Binômio de Newton. 12. Probabilidades. 13. Estatística Descritiva. 14. Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares: 15. Transformações Lineares e Vetores no R2 e no R3. 16. Geometria Euclidiana Plana. 17. Geometria Euclidiana Espacial. 18. Trigonometria Plana. 19. Geometria Análtica em R2 e em R3. 20. Parámetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. 11. Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino. Médio. 11.Diretrizes currecui Disciplina de Matemática. SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares Nacionais.
IEZZI, G., MURAKAMI, C., Conjuntos/Funções. Vol. 1.
MURAKAMI, C., DOLCE, Ó., IEZZI, G., Logaritmos. Vol

IEZZI, G., Trigonometria. Vol. 3. HAZZAN, S., IEZZI G., Sequências/Matrizes/Determinanmas. Vol. 4.

2mas. Vol. 4.
HAZZAN, S. Combinatória / Probabilidades. Vol. 5.
IEZZI, G. Complexos / Polinômios / Equações. Vol. 6.
IEZZI, G. Geometria Analítica. Vol. 7.
IEZZI, G., MURAKAMI C., MACHADO, NILSON J. Lierivadas / Integrais. Vol. 8.

erivadas /Integrais. Vol. 8. DOLCE, O.,POMPEO, NICOLAU, J., Geometria Plana. Vol.

DOLCE, O., POMPEO, NICOLAU, J., Geometria Espacial. Vol. 10

Vol. 10.

IEZZI, G. HAZZAN, S., DEGENSZAJN, D. "Matemática Comercial, Matemática Financeira, Estatística Descritiva Vol. 11.
César, Benjamin, Matemática Financeira, teoria e 700 questões, Rio de Janeiro, Editora Impetus, 2004.

Morgado, Augusto C.; Wagner, Eduardo; Zani, Sheila C.;
Progressões e Matemática Financeira, SBM, Rio de Janeiro, 1993.
Stewart, James. Cálculo. Vol.1, São Paulo Pioneira Thompson Learning, 2002

son Learning, 2002.

Julianelli, Roberto, J., Cálculo Vetorial e Geometria Analítica, Ed. Ciência Moderna, 2008.

Alencar, Filho, E., Iniciação à Lógica Matemática, São Paulo, Ed. Nobel, 2002.

Machado, Santos, A., Álgebra Linear e Geometria Analítica, 2, Ed. São Paulo, 2012. Domingues. H.,lezzi G., Álgebra Moderna, São Paulo, Ed. Atual, 2003.

2, Ed. São Paulo, 2012.

Domingues. H., Iezzi G., Álgebra Moderna, São Paulo, Ed. Atual, 2003.

PROGRAMA DE PORTUGUÊS

1. LÍNGUA PORTUGUESA

1. Planos e niveis da linguagem: 1.1. Plano universal; 1.2. Plano indivídual; 2. Conhecimento e uso da lingua: 2.1. Saber léxico-gramatical; 2.2. Saber pragmático-textual; 2.3. Saber linguistico-interacional; 3. Concepções de linguagem e consequências pedagógicas: 3.1. Linguagem como expressão do pensamento; 3.2. Linguagem como instrumento de comunicação; 3.3. Linguagem como instrumento de comunicação; 3.3. Linguagem como instrumento de comunicação; 3.3. Linguagem como interação social; 4. Tipos de gramática e ensino de lingua: 4.1. Gramática normativa: 4.2. Gramática descritiva; 4.3. Gramática reflexiva; 4.4. Gramática do uso. 5. Unidade e variedade padrão; 5.3. Modalidades: falada e escrita; 5.4. A (in)formalidade na fala e na escrita: 5.4.1. Presença da oralidade e da escrita na sociadace; 5.4.2. Oralidade versus letramento; 5.4.3. Sistematização da modalidade escrita; 6. Texto e discurso: 6.1. Condições de produção textual. 6.2.1. Mecanismos de referenciação; 6.2.2. Mecanismos de referenciação; 6.2.2. Mecanismos de referenciação; 6.2.3. Aspectos determinantes da coerência; e gênero discursivo; 6.3.3. Aspectos determinantes da coerência; 6.3.4 Fatores de coerência extual: 6.3.1 Concero discursivos: 7.2. Gêneros discursivos: 7.3. Gêneros discursivos: 7.3. Gêneros discursivos: 7.3. Gêneros como práticas histórico-sociais, 7.4. Gêneros e dominios discursivos: 7.5. Intertextualidade: polifonia e dialogismo. 7.6. Paráfrase e paródia. 7.7. Textos e funções da linguagem: 7.7.1. A teoria de Jakobson; 7.7.2. Função ideacional; 7.7.3. Função interpessoal; 7.7.4. Função itextuals a. Fonemas do Português: 8.1. Vogais e consoantes; 8.2. Recursos linguísticos de natureza fonciegica. 9. Morfemas do português: 9.1. Segmentação dos morfemas. 10. Cormação de palavras: 10.1. Derivação e composição; 10.2. Constituintes imediatos; 10.1. Derivação e composição; 10.2. Constituintes imediatos; tituintes imediatos; 10.3. Função sintática, semântica e discursiva e os processos de formação. 11. Classes de palavras e funções sintáticas: 11.1. Classes de palavras e comunicativas e efeitos discursivos; 11.2. Classes de palavras e paradigmas morfológicos; 11.3. Classes de palavras e paradigmas morfológicos; 11.3. Classes de palavras e paradigmas morfológicos; 11.3. en modalizações enunciativas. 12. Subordinação e coordenação: 12.1. Relações discursivo-argumentativas, 12.1.Relações lógico-semânticas; 12.3. Modalizações enunciativas. 13. Semântica e estilistica: 13.1. Gênero discursivo e estilo; 13.2. A significação das palavras: 13.2.1. Campos semânticos; 13.2.2. Polissemia/homonimia; 13.2.3. Hiponimia/hiperonimia; 13.3. Estilística do enunciação; 13.4. Estilística da enunciação; 13.5. Denotação e conotação; 13.6. Estilística fonomorfossintática.

II - LITERATURA

1. Especificidades do discurso literário: 1.1. Literatura como

fossintática.

II - LITERATURA

1. Especificidades do discurso literário: 1.1. Literatura como III - LITERATURA

1. Especificidades do discurso literário: 1.1. Literatura como laguagem autorreferencial; 1.2. Literatura como elaboração estética de visões de mundo; 1.3. Literatura como patrimônio representativo da cultura de um povo; 2. Concepção e problematização dos gêneros literários: 2.1. Clássicos; 2.2. Modernos; 3. Formação da tradição literária: processos de canonização dos clássicos: 3.1. Fatores que subjazem à seleção de obras e autores(as); 3.2. Instâncias que referendam a inclusão e a exclusão no cânone; 4. História e crítica da literatura brasileira: 4.1. Periodização literária no Brasil; 4.2. Traços de renovação e permanência na literatura brasileira. 5. Literatura infantil e juvenil: 5.1. A formação do leitor; 5.2. O papel da escola no desenvolvimento do gosto estético. 6. Diálogo com a literatura portuguesa: rupturas e permanências: 6.1. A tradição medieval; 6.2. A tradição naturalista; 6.5. A tradição moderna. 7. Construção da identidade literária nacional: 7.1. Dos primeiros cronistas ao Barroco; 7.2. Arcadismo e Prê-Romantismo; 7.3. Romantismo; 7.4. Realismo e Auturalismo; 7.5. Parnasianismo; 7.6. Simbolismo; 7.7. Prê-Modernismo; 7.8. Modernismo; 7.9. Tendências contemporânea; 8.2. Do Modernismo; a poesia contemporânea; 9. O Romance brasileiro. 9.1. Produção romântica; 9.4. Produção modernista; 9.5. Produção contemporânea.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS nea.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares Nacionais.
AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel. Teoria da literatura.
i: Almedina, 1986.
ARISTOTELES. A Poética Clássica. São Paulo: Cultrix, Coimbra:

AUERBACH, Erich. Introdução aos estudos literários. São

Paulo: Cultrix, 1972.

AZEREDO, José Carlos de. Ensino de português: fundamentos, percursos, objetos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

Fundamentos de gramática do português. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Iniciação à sintaxe. Rio de Janeiro: Jorge

Zahar, 1990.

Zahar, 1990.

BAGNO, M. (org). Língua materna: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006

Questões de Literatura e de Estética. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

BARTHES, Roland. Elementos de Semiologia. São Paulo: Cultriz,1998.

. O prazer do texto. São Paulo: Perspectiva,

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas: magia e técnica, arte

BENJAMIN, Watter. Obras Esconinas. Inagia e localica, ine política. São Paulo: Brasiliense, 1985.
BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. São
Paulo: Cultrix, 1994.
BRASIL. Orientações curriculares para o Ensino Médio:
Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasilia: MEC/SEB, 2006.
BRASIL. Parâmetro Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasilia:
MEC/SEF 1998

to ciclos do MEC/SEF, 1998

BRONCKART, Jean-Paul. Atividades de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC,

CÂMARA, Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portugue-sa. Petrópolis: Vozes, 1989.

sa. retuopoiis. vozes, 1989.

Problemas de linguística descritiva. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAMPOS, Augusto de; PIGNATARI, Décio e CAMPOS,
Harroldo de. Teoria da poesia concreta. São Paulo: Brasiliense,

CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade. Rio de Janeiro Ouro sobre Azul, 2006.

Formação da Literatura Brasileira. v. 1 e 2,
Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Educação pela noite. São Paulo: Ática,

e outros. A personagem de ficção. São Paulo:
Perspectiva, 2009 (Debates, 1)
CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008. Porto Alegre: Globo, 1978.

1978. CHKLOVSKI, V et al. Teoria da literatura: formalistas russos. Porto Alegre: Globo, 1978.
COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise e didática. São Paulo: Moderna, 2000.
COSERIU, Eugenio. Teoria da linguagem e linguística geral.
Rio de Janeiro: Presença/São Paulo; São Paulo: USP, 1979.
COUTINHO, Afrânio. Introdução à Literatura no Brasil. Rio

COUTINHO, Áfrânio. Introdução à Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIONÍSIO, Angela; MACHADO, Anna Rachel et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

ECO, Umberto. Obra Aberta. São Paulo: Perspectiva, 1969.

FILHO, Domício Proença. Estilos de época na literatura. São Paulo: Ática, 2001.

FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 1999.

Para entender o texto. São Paulo: Ática,

. Para entender o texto. São Paulo: Ática, GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. Rio de

Janeiro: FGV, 2006. GERALDI, João Wanderley. Portos de passagem. São Paulo:

GERALDI, Joao Wanderley, Portos de passagem. Sao Paulo: Martins Fontes, 1997.

HAUSER, Arnold. História social da literatura e da arte. São Paulo: Mestre Jou: 1972.

LARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente: a lingua que estudamos; a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2007.

A linguística e o ensino da lingua portuguesa. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 1970.

JOBIM, José Luis (org.) Introdução ao Romantismo. Rio de

EDUERJ, 1999.
KOCH, Ingedore V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, . Argumentação e linguagem. São Paulo: Cor-

tez, 1993.

O texto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

Ler e escrever: estratégias de produção tex-

Ler e escrever: estrategias de produção tex-tual. São Paulo: Contexto, 2009. KOCH, Ingedore V; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência

textual. São Paulo: Contexto, 2001.

LAFETÁ, João Luiz. 1930: a crítica e o modernismo. São Paulo: Editora 34, 2000.

Paulo: Editora 34, 2000.

A dimensão da noite. São Paulo: Duas cidades/Ed. 34, 2004.

LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Atica, 1999.

LIMA, Luiz Costa (org.). A literatura e o leitor: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOPES, O. e SARAIVA, A.J. História da literatura portuguesa. Porto: Porto Editora, 1976.

MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MARQUES, Maria Helena Duarte. Iniciação à semântica. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira. São Paulo: Cultrix, 1976-79.

MEURER, José Luiz e MOTTA-ROTH, Desirée (orgs). Gêneros textuais e prăticas discursivas: subsidios para o ensino da lin-

meros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem. São Paulo: EDUSC; 2002.

MERQUIOR, José Guilherme. De Anchieta a Euclides: bre-

илькуюток, Jose Guilherme. De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio ED., 1977. 19//.
MOISÉS, Massaud. Presença da Literatura Portuguesa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

siliense, 1983

Rocco, 2002.

Cidades, 1997

MONTEIRO, José Lemos. Morfologia portuguesa. São Pau

__. Gramática descritiva do português. São Pau-

_. Uma literatura nos trópicos. Rio de Ja-

lo: Pontes, 2002.
NEVES, M. H. M. A gramática: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002.
ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez,

A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas/São Paulo:Pontes,1996.
PERINI, Mário. A lingua do Brasil amanhã e outros mistérios. São Paulo: Parábola, 2004.

lo: Ática, 1996.

ROCCO, Maria Thereza Fraga. Literatura/Ensino: uma problemática. São Paulo: Atica, 1981.

SANTARELLA, Lúcia. O que é Semiótica. São Paulo: Bra-

. Uma literatura nos trópicos. Rio de Ja-neiro: Rocco, 2000.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim et al. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004. SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas

Cidades, 1997.

Um mestre na periferia do capitalismo.
São Paulo: Duas cidades/Ed. 34, 2000 (Coleção Espirito critico)
SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros.
Belo horizonte: Autêntica Editora, 2009.
SODRÉ, Nelson Werneck. História da Literatura Brasileira.
Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
STAIGER, Emil. Conceitos fundamentais de poética. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1975.
TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1997.
TRAVAGLIA, L. C. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.

1996.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. O ensino da gramática: caminhos e descaminhos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

ULLMAN, Stephen. Semântica: uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1967.

WELLEK, René. e WARREN, Austin. Teoria da Literatura e metodologia dos estudos literários. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

rica, 1976.

PROGRAMA DE QUÍMICA

L'Evolução do conceito de átomo. Estrutura atômica. Princípios da Mecânica Quântica. Tabela de Classificação Periódica dos Celementos. Z. Ligações Químicas. Teoria dos Orbitais Moleculares. Teoria do Campo Ligante e do Campo Cristalino. Formação de complexos. 3 Funções da Química Inorgânica. Teorias Ácido - Base. Reações Químicas. Cálculos Químicos. 4. Soluções e Solubilidade. Unidades de Concentração. Propriedades Coligativas. Sistemas Coloidais. S. Cinética de Equilibrio Químico. 6. Eletroquímica e Corrosão. 7 Princípios da Termodinâmica. Energia Interna. Energia Livre. Entalpia e Entropia. 8. Cinética das emissões radioativas. Reacões Nucleares.

Entropia. 8. Cinética das emissões radioativas. Reações Nucleares. 9. Compostos Orgânicos: Geometria Molecular. Isomeria Plana e Espacial. Estereoquímica. Efeitos Eletrônicos. Propriedades Físicas e Químicas. Processos de Obtenção. Acidez e Basicidade. Análise Qua-

Químicas. Processos de Obtenção. Acidez e Basicidade. Análise Qualitativa. 10 Mecanismo das reações orgânicas. 11 Polimeros naturais e sintéticos. 12. Processos Industriais Inorgânicos: Água, Cloro, Soda Câustica, Barilha, Acido Cloridrico, Ácido Sulfúrico, Ácido Nítrico, Fósforo e seus compostos, Siderurgia, Metalurgia, Materiais de construção e Produtos Cerâmicos. 13 Processos Industriais Orgânicos: Acetileno, Etanol, Álcoois Superiores, Óleos e Gorduras, Sabões e detergentes, Cera, Celulose e Papel, Fermentação e Carvão, Petróleo e Derivados. 14. Polução Ambiental: Atmosférica, Hídrica e dos Solos. 15. Química do Cotidiano.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Direttives Curriculates Nacionais

Diretrizes Curriculares Nacionais. ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de química: questioderna e o meio ambiente. 3a ed. Porto Alegre: Bo

2007.

BAIRD, Colin. Química ambiental. Trad. Recio, M.A.L e Carrera, L.C.M; supervisão técnica: Grassi, M.T. 2a. edição. Porto Alegre: Bookmann, 2002.

BRADY, James E., HUMISTON, Gerard E. Química geral: 2. ed.; Rio de Janeiro; LTC; 2008.

BROWN, T. L. Química: a ciência central. 9a ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CASTELLAN, G. W. Fundamentos de Físico Química. 1a ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1986.

CHANG, R. Química geral: conceitos essenciais. 4a ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

FELTRE, Ricardo. Química: vol. 1,2e3. 7a. ed. São Paulo: Moderma, 2008.

SANTIAGO, Silviano. Nas Malhas da Letra. Rio de Janeiro:

1. Aspectos pedagógicos e legais do ensino de Sociologia na educação básica. 2. Campo e cidade: desenvolvimento, modelos e conflitos. 3. Conflitos, mudanças e movimentos sociais. 4. Culturas, prácicas e representações. 5. Política, poder, Estado e direitos humanos. 6. Estratificação e desigualdades sociais. 7. Gênero, sexualidade e idendidades de conflicação e desigualdades sociais. o Estrainteação e desiguidadases sociais. Aveniero, sexualidade e redi-tidades. 8 (fobalização, integração e nova ordem mundial. 9. Ideo-logia e indústria cultural. 10. Indivíduo e sociedade nas sociologias clássica e contemporânea. 11. Juventudes, alienação e cidadania. 12. Raça, etnia e multiculturalismo. 13. Sociologia como ciência da sociedade. 14. Tecnologias da informação, comunicação e cibercul-tura. 15. Trabalho e sociedade.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Esclarecin BAUMAN, Zygmunt.. Aprendendo a pensar com a soci

logia

. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais para o En-

CASTELLS, M. A Era da Informação: economia, sociedade

manos. DA MATTA, R. Relativizando: uma introdução à Antro-

ensaios de interpretação sociológica. Sº edição.

O negro no mundo dos brancos.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão.
GEERTZ, Clifford. Interpretação das culturas.
GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais:

paradigmas clássicos e contemporâneos.

GOTTIENER, Mark. A produção social do espaço urbano.
GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 5.
HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. O estado da
arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação
básica. BIB, São Paulo, nº 74, 2º semestre de 2012 (publicada em
julho de 2014), pp. 43-59.

Márcia. Cor e estratificação social.

HIRST. Paul e THOMPSON. Grahame. Globalização em

a economia internacional e as possibilidades de governa-

HOBBES, T. Leviatá. São Paulo:Martin Claret, 2008.

Antropologia estrutural (volume 1).

nogat estuturat (votume 1).
LOCKE, J. Segundo Tratado Sobre o Governo.
MALINOVSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental.
MAQUIAVEL, N. O Principe.
MARTINS, José de Souza. Os camponeses e na política no

cão. Porto Alegre: Bookman, 2003.

SOLOMONS, T. W. G. Química Orgânica, v 1 e 2. 9. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2009.

USBERCO, J.; SALVADOR, E. Química, vol 1,2e3. 12a.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PROGRAMA DE SOCIOLOGIA

Stotes forus albatocharia (CAS)
Diretrizes Curriculares Nacionais.
ALLIER, J. A. O ecologismo dos pobres: conflitos ambiennguagens de valoração.
ALMEIDA, Heloisa Buarque de e SZWAKO José Eduardo

ALMEIDA, Heloisa Buarque de e SZWAKO Jose Eduardo (orgs.) Diferenças, igualdade.

ALVES, Giovanni. Do novo sindicalismo à "concertação social" ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). Rev. Sociologia e Política, Curitiba, n. 15, pp. 111-124, nov. 2000b.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. A Dialética do

BAKUNIN, Mikhail. Estatismo e anarquia.

BARONIN, Mikhali. Estatishi o anarquia.
BOAS, F. Antropologia Cultural.
BOURDIEU, P. O poder simbólico.
BRASIL, MEC. Ciencias humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. - Brasilia: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (Orientações curriculares para o

ensino médio; volume 3).

MEC. Sociologia: ensino médio / Coordenação
Amaury César Moraes. - Brasilia :Ministério da Educação, Secretaria
de Educação Básica, 2010. 304 p.: il. (Coleção Explorando o Ensino;

v. 15) - capítulos 1 e 2.

MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para o En-

sino Médio, Brasília,

sino Médio, 1999.

MEC. PCN+ Ensino Médio - Orientações Educa-cionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma

crônica do salário

COMPARATO, F.K. A Afirmação Histórica dos Direitos Hu-

manos. DA MATTA, R. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social.

DAVIS, Mike. Planeta Favela.

DURKHEIM, Émile. Regras do Método Sociológico.

Da Divisão do Trabalho Social.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos.

CARNIEL, Fagner, FEITOSA, Samara (Organizadores). Sociologia em Sala de Aula: diálogos sobre o ensino e suas práticas.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpratação sociológica 5º edição.

2014), pp. 43-59. HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa so-

bre as origens da mudança cultural.

HASENBALG, Carlos, SILVA, Nelson do Valle e LIMA,

IANNI, O. Teoriata Sao Fation-Mattin Claret, 2008.

IANNI, O. Teorias da Globalização.

LÉNIN, V. I. O Estado e a Revolução.

LÉVY, Pierre. Introdução: Dilúvios. In: CIBERCULTURA.

São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia, In: __.

MARX, Karl. A ideologia alemã

MARX, Karl. A ideologia alemă.

O Capital (v.1).

& ENGELS. Manifesto do Partido Comunista.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia.

MESZÁROS, I. O Poder da Ideologia.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional.

OTTOMANN, Götz. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil; uma abordagem cognitiva. Novos Estudos CEBRAP.

São Paulo (41): 186-207, março 1995.

POCHAMANN, Marcio. Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira.

RADCLIFEE, BROWN. A. R. Estrutura e Função. Nas. So-

base da pirâmide social brasileira. RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e Função Nas So-

Primitivas. ROUSSEAU, J-J. Do Contrato Social.

ROUSSEAU, J.-J. Do Contrato Social.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Colombia, Pontificia Universidad Javeriana; CLACSO. Seminario Internacional, agosto de 2000.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.

TOCQUEVILLE, A. de. A Democracia na América.

WACQUANT, Loře J.D. Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo (43): 64-83, novembro 1995.

WEBER, M. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.

lismo

SINO

. Economia e Sociedade (v.1). PRIMEIRO SEGMENTO 1. PROGRAMA DE LÍNGUA PORTUGUESA E SEU EN-

1. PROGRAMA DE LINGUA PORTUGUESA E SEU ENSINO

1.1. Leitura e produção de textos verbais e não-verbais, de textos orais e escritos. 1.2. Texto literário e não-literário: elementos ficcionais e não-ficcionais; linguagens denotativa e conotativa; pressuposições implicitas e explicitas; intertextualidade. 1.3. Tipologia textual e géneros de circulação social: estrutura; objetivos discursivos do texto; aspectos linguisticos. 1.4. Elementos de coesão do texto: aspectos gramaticais e aspectos semânticos. 1.5. Elementos de coerência do texto: organização dos enunciados e das partes do texto. Variabilidade linguistica: norma culta e variedades regionais e sociais; registros formal e informal do uso da lingua. 1.6. Argumentação: fato e opinião; fundamentação do argumento; pertinência; suficiência; rescritura. 1.7. Fonologia: fonema e letra; silaba, encontros vocálicos e consonantais, digrafos; ortografía; acentuação tônica e gráfica. 1.8. Morfossintaxe: noções básicas de estrutura de palavras; classes de palavras; funções sintáticas do periodo simples; tempos e modos verbais. 1.9 Alfabetização e letramento: aspectos linguisticos como instrumentos para a leitura e a produção de textos; procedimentos de revisão textual e de reescritura.

2. PROGRAMA DE MATEMÁTICA E SEU ENSINO
2.1 Números Naturais: significados e Sistema de Numeração Decimal. 2.2 Números Racionais: significados e Sistema de Numeração Decimal. 2.2 Números Racionais: significados e localização na reta numérica.

2.3 Operações com números naturais e racionais: signifi-

2.3 Operações com números naturais e racionais: significados, propriedades e procedimentos de cálculo das operações dadição, subtração, multiplicação e divisão. 2.4 Múltiplos e divisores. Divisibilidade. Números primos. 2.5 Linguagem algébrica; cálculo algébrico; cquações e inequações. 2.6 Espaço e forma: descrição, interpretação e representação da localização e movimentação de pessoas e objetos. Figuras geométricas espaciais e planas: caracteristicas, propriedades, elementos constituintes, composição, decomposição, ampliação, redução e representação. 2.7 Medidas: procedimentos einstrumentos de medida; sistemas de medidas decimais (comprimento, superficie, volume, capacidade, massa e temperatura) e conversões; medidas de tempo e conversões; sistema monetário brasileiro; cálculo e comparação de perimetro e área; aplicações geométricas. 2.8 Tratamento da informação: leitura, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Média aritmética. Probabilidade. 2.9 Recursos para o ensino de Matemática: resolução de problemas, jogos, história da Matemática e elementos tecnológicos.

2.10 Aquisição de conecitos matemáticos e desenvolvimento de procedimentos, valores e atitudes que possibilitem o exercício da 2.3 Operações com números naturais e racionais: signifi-

de procedimentos, valores e atitudes que possibilitem o exercício da

3. PROGRAMA DE CIÊNCIAS E SEU ENSINO
3.1 Ambiente e Seres Vivos 3.1.1 Ar atmosférico: composição, propriedades e importância da atmosféria e de seus componentes para a vida no planeta 3.1.2 Agua: importância, composição, propriedades, estados físicos da água, ciclo da água na natureza, uso racional e desperdício. 3.1.3 Solo: importância, composição, crosão, poluição e preservação. 3.1.4 Solo: importância, composição, crosão, poluição e preservação. 3.1.4 Solo: importância, composição, crosão, poluição e preservação. 3.1.4 Solo: importância, composição, errosão, poluição e preservação. 3.1.4 Solo: importância, composição, errosão, poluição e preservação. 3.1.4 Solo: importância; composição e respiração e transpiração. 3.1.4.4 Relações entre seres vivos e formas de obtenção do alimento; fluxo de energia ao longo das cadeias alimentares; desequilibrio ecológico, causas e consequências. 3.1.4.5 Diferentes ecossistemas terrestres: componentes e características; interdependência entre elementos. 3.2 Ser Humano e Saúde: noções elementares de anatomia e fisiologia humana; relações entre os diferentes sistemas (visão do corpo humano como um todo integrado); princípios básicos de saúde; doenças infecto-contagiosas; aspectos biológicos, afetivos e culturais da sexualidade; métodos anticoncepcionas: 3.3 Recursos Tecnológicos: 3.3.1 Engria: conceito, importância, formas, fontes e transformação; 3.3.2 Matéria: estrutura e propriedades; 3.3.3 Exploração de recursos naturais e seus impactos nos ecossistemas; 3.3.4 A produção de recursos naturais e seus impactos nos ecossistemas; 3.3.4 A produção de residuos (lixo, esgoto e gases o digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a



poluentes); causas e consequências; formas sustentáveis de descartar no ambiente; 3.3.5 Ética ecológica e social na obtenção dos recursos tecnológicos. 3.4 Problematização no ensino de Ciências. 3.5 Busca tecnológicos. 3.4 Problematização no ensino de Ciências. 3.5 Busca de informações: observação, experimentação e leitura de textos informativos. 3.6 Tratamento das informações: comparação, registro e

ISSN 1677-7069

4. PROGRAMA DE HISTÓRIA E SEU ENSINO

comunicação.

4. PROGRAMA DE HISTÓRIA E SEU ENSINO
4.1 Fontes históricas, periodização e elementos históricos
(homem, cultura, espaço e tempo). 4.2 Formação da sociedade brasileira - os elementos formadores do povo brasileiro: os indígenas, os
portugueses, os africanos, os imigrantes. Diferentes manifestações
culturais. 4.3 Acontecimentos políticos, econômicos e sôcio-culturais
dos diferentes períodos da História do Brasil (colonial, imperial erpublicano). 4.4 História da Cidade do Rio de Janeiro (do século
XVI aos dias atuais). 4.5 Construção dos conceitos de tempo: duração, simultaneidade, posterioridade e anterioridade.

5. PROGRAMA DE GEOGRAFIA E SEU ENSINO
5.1 Localização espacial: círculos terrestres, coordenadas
geográficas, projeções cartográficas, pontos cardeais e colaterais. 5.2
Representação do espaço e linguagem dos mapas: escalas, plantas e
convenções cartográficas, 5.3 Caracterização do espaço geográfico:
relevo, solo, hidrografía, clima e vegetação; transformações naturais e
lumanas. 5.4 Espaço brasileiro: população, urbanização, grandes divisões do espaço, recursos naturais, questão agrária e industrialização.
5.5 Espaço mundial: divisão internacional do trabalho, globalização e
questão ambiental. 5.6 Construção dos conceitos de espaço (relações

visões do espaço, recursos naturais, questão agrária e industrialização e questão ambiental. 5.6 Construção dos conceitos de espaço (relações topológicas, projetivas e euclidianas) e de grupos sociais. 5.7 Discussão, reflexão e posicionamento crítico como prática relevante para o desenvolvimento da cidadania.5.8 Atividades de pesquisa e atividades em grupo na aprendizagem em Estudos Sociais.

6. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

6.1 Educação principais definições e conceitos, seus fins e papel na sociedade ocidental contemporânea. Principais aspectos históricos da Educação Brasileira. Legislação atual; as Diretrizes Curriculares Nacionais e suas implicações na prática pedagógica. 6.2 Estatuto da Criança e do Adolescente. 6.3 Função histórica e social da escola: a escola como campo de relações (espaço de diferenças, contradições e conflitos), como espaço para o exercício e a formação da cidadania, como espaço de difusão, inclusão e construção do conhecimento. 6.4 A educação em sua dimensão teórico-filosófica: folsofias tradicionais da Educação e teorias educacionais contemporâneas. As concepções de aprendizagem/ aluno/ ensino/ professor nessas abordagens teóricas. 6.5 Teorias mais recentes sobre o desenvolvimento infantil e seus reflexos na educação nas últimas décadas. 6.6 O currículo (organização e dinâmica); conteidos currilares e aprendizagem; o espaço da sala de aula como ambiente interativo; a atuação do professor mediador; a atuação do aluno como sujeito na construção do conhecimento; a avaliação como processo contínuo, investigativo e inclusivo. contínuo, investigativo e inclusivo. SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Direttizes Curriculares Nacionais.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 2001.

Lei n° 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação Nacional

Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: en-

Ávaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

ABREU, Maurício de A. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

BAGNO, Marcos, (org). Lingua materna: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

BIZZO, Nélio. Ciências: fácil ou dificil?. Rio de Janeiro:Birita. 2010.

Tuta, 2010.

BRYANT, Terezinha Nunes Peter. Criançasfazendo matemática. Porto Alegre: Artmed, 1987.

BUSQUETS, Maria Dolors & outros. Temas transversais em educação: bases para uma formação integral. São Paulo: Ática, 1997.

1997.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização sem o ba,be,bi,bo,bu. Rio de Janeiro: Scipione, 2009.

CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente. In: CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. (org.). Enfases e omissões no currículo. Campinas, SP: Papirus, 2001, p. 15-44.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 5º edição. São Paulo: Cortez, 2011.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Novagramática doportuguês contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DELIZOICOV, Demétrio, ANGOTTI, José André & PER-NAMBUCO, Marta Maria. Ensino de Ciências-fundamentos e mê-

NAMBUCO, Marta Maria. Ensino de Ciências:fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

todos. São Paulo: Cortez, 2002.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004.

DINIZ, Maria Ignez de Souza Vieira; SMOLE, Kátia Cristina Stocco. Oconceito de ângulo e o ensino de Geometria. São Paulo: CAEM - IMF/ USP, 2002.

FIORIN, José Luiz; PLATÃO, Francisco. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática 1997.

FRANÇA, Elizabeth et alii. Coleção Novo Bem me quer - Alfabetização Matemática - lºe 20 anos 2aed. SP, Editora do Brasil, 2011.

FRANÇA. Elizabeth, et alii. Coleção Novo Bem me quer -

FRANÇA, Elizabeth. et alii. Coleção Novo Bem me quer-Matemática - 3º ao 5º anos. 2a ed. SP, Editora do Brasil, 2011 GARCIA, O. M. Comunicação em prosamoderna. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. Oportuguês da gente: a que estudamos; a língua que falamos. São Paulo: Contexto,

IMENES, L. M.; LELLIS, M. Matemática (60 ao 90 anos). Ia ed. São Paulo: Moderna, 2010.

KAMII, Constance. Crianças pequenas continuam reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Artmed, 2005.

KOCH, IngedoreV Otexto e a construção de sentidos. São
Paulo: Contexto, 2003.

LOPES, Alice Casimiro. & MACEDO, Elisabeth. (orgs.).

LOPES, Alice Casimiro. & MACEDO, Elisabeth. (orgs.). Currículo de ciências em debate. Campinas: Papirus, 2004. LOPES, Maria Laura M. Leite. Tratamento da informação: explorando dados estatísticos e noções de probabilidade a partir das séries iniciais. Rio de Janeiro: Projeto Fundão, IM - UFRJ - 1987, Mercado das Letras, 2001. MASSINI-CAGILIARI, Gladis. O texto na alfabetização: coesão e coerência. Campinas: Mercado das Letras, 2002. MORAIS, Artur Gomes. Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo, Ática, 1998.

Paulo, Ática, 1998.
PERRENOUD, Phillippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.
SMOLE, Kátia T.; DINIZ, Maria Ignez. Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprendermatemática. Porto Alegre: Artmed, 2007.
TOLEDO, Marília; TOLEDO, Mauro. Didática de Matemática: como dois e dois: a construção da Matemática. Rio de Janeiro: FTD 1997

MORETO, Vasco Pedro. Prova: ummomento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

2008. MOREIRA, Antônio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. OLIVEIRA. R. J.: CANEN. A.: FRANCO. M. Ética. m

ticulturalismo e educação: articulação possível? Revista Brasileira de Educação. Campinas, n. 13, p. 113-126, jan. / abr. 2000. SILVEIRA, Enio; MARQUES, Cláudio. Matemática: compreensão e prática (do 60 ao 90 anos). 2º ed. São Paulo: Moderna,

preensão e prática (do 60 ao 90 anos). 2º ed. São Paulo: Moderna, 2013.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez; CÁNDIDO, Patricia. Cadernos do Mathema: jogos de matemática de loa 50ano. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Auténtica, 2009.

PROGRAMA DE ARTES VISUAIS

1. Os elementos da linguagem visual. 2. Os meios visuais de arte. 3. As correntes estilísticas. 4. A Leitura de imagem, a cultura visual e a comunicação na arte. 5. A história da Arte no Ocidente até o século XVIII: Pré-história, Antiguidade clássica, Arte Medieval, Renascimento, Barroco, Rococo. 6. Arte Indígena brasileira. 7. A história da Arte no Ocidente no século XIX: Neoclássico, Romantismo, Fotografía, Realismo, Impressionismo, Simbolismo, os Pré-Modernos. 8. Pré-História no Brasil. 9. A Arte Brasileira do descobrimento ao século XIX: Arte Colonial/ Barroca, Academismo no Brasil. (Arquitetura, Escultura, Pintura). 10. As Vanguardas Europeias. 11. O Modernismo brasileiro. 12. Arte na América Latina. 13. Arte Africana e Africanidade. 14. Concretismo e Neoconcretismo. 15. Arte Contemporânea. 16. Pop Arte (EUA/Europa) e Pop Arte no Arte Africana e Africanidade. 14. Concretismo e Neoconcretismo. 15. Arte Contemporânea. 16. Pop Arte (EUA/Europa) e Pop Arte no Brasil. 17. Arte Conceitual (EUA/Europa) (Brasil). 18. Arte Popular brasileira e as Matrizes culturais da arte no Brasil. 19. Patrimônio Histórico e Artístico. 20. O Ensino da Arte, Conceito, Histórico, Metodologias, Propostas e Práticas. Seus principais teóricos. 22. As Leis e as Diretrizes da Educação e no Ensino das Artes Visuais. SUGESTÔES BIBLIOGRÁFICAS Diretrizes Curriculares Nacionais. ADES, Dawn.Arte na América Latina.S. P.: Cosac &Naify Edicões. 1997.

Edições, 1997.

ARAUJO, Emanoel. (Org.) A mão afro-brasileira. Significado da contribuição artística e histórica. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Museu Afro

Brasil, 2010.

ARCHER, Michael. Arte Contemporânea: Uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ARGAN, Gilio Carlo. Arte Moderna: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. BARBOSA Ana Mae COUTINHO Reiane

(Orgs.).Arte/Educação como mediação cultural e social. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Editora UNESP, 2009.

BARBOSA, Ana Mae. CUNHA, Fernanda Pereira da (Orgs.). A abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais. São Paulo: Cortez, 2010.

BARBOSA, Ana Mae. (Org.). Arte-Educação: leitura no subsolo. São Paulo: Cortez, 1997.

(Org.). Arte/Educação Contemporânea: consonâncias internacionais

. (Org.). Arte/Educação Contemporânea: consonâncias internacionais.
2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
Perspectīva, 2008.
Perspectīva, 2008.
S.P.: Cortez, 2008.
S.P.: Cortez, 2008.
BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos. São Paulo. Perspectiva. 2005.
Arte-Educação: conflitos/acertos. SP: Max Limonad, 1988. 1988

Arte educação no Brasil. São Paulo: Perspectiva, Cortez, 2002. John Dewey e o ensino de arte no Brasil: 4. ed. S.P.:

. Tópicos utópicos.Belo Horizonte: Com Arte, 1998. BELL, Julian.Uma nova história da arte.São Paulo: Martins Fontes, 2008

BRAGA, Paulo Hélio Oiticica. São Paulo: Folha de São Pau-

BRAGA, Paulo.Hélio Oiticica. São Paulo: Folha de São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2013.

BRITO, Ronaldo. Neoconcretismo: vértice ruptura do projeto construtivo brasileiro. São Paulo: Cosac&Naify, 1999.

BURY, John. Arquitetura e Arte no Brasil Colonial. Brasilia, DF: PPHAN/ MONUMENTA, 2006. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/files/johnbury.pdf, acessado em 22/09/2014.

CAUQUELIN, Anne.Arte contemporânea: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHAGAS, M; ABREU, R. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

COCCHIARALE, Fernando e GEIGER,Anna Bella. Abstracionismo geométrico e informal. Rio de Janeiro: Funarte, 1987.

COCCHIARALE, Fernando. Quem tem medo da arte contemporânea. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, EditoraMassangana, 200

COLI, Jorge. Como estudar a arte brasileira do século XIX. São Paulo. Ed. Senac, 2005. CONDURU, Roberto.Arte Afro-brasileira. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

C/Arte, 2007.

COSTA, Cacilda Teixeira.Arte no Brasil 1950-2000: Movimentos e Meios. São Paulo: Alameda, 2004.

DONDIS, Donis A. Sintaxe da linguagem visual. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUQUE Estrada, Luis Gonzaga. A Arte Brasileira. Campinas. São Paulo: Mercado das Letras 1995.

FERRAZ, M. H. C. de T. FUSARI,M. F. de R. Metodologia do ensino de arte. SãoPaulo: Cortez, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo & PELEGRINI, Sandra C. A.. O que é Patrimônio Cultural Imaterial. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FUSARI, M. F. de R; FERRAZ,M. H. C. de T. Arte na educação escolar. São

educação escolar. São Paulo: Cortez, 2001.

GASPAR, Madu. A arte rupestre no Brasil. Jorge Zahar Ed.2003

Ed.2003.

GOMBRICH, E. H.A História da Arte. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1993.

GOMES Filho, João-Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

HELENA, Lucia Modernismo brasileiro e vanguarda. São Paulo: Editora Atica, 2000.

HERKENHOFF, Paulo. Beatriz Milhazes Cor e Volúpia. Rio de Janeiro: Barléu Edicões Ltda. 2006

HERNANDEZ, Fernando, Catadores da Cultura Visual: pro-posta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2007.

Cultura Visual, Mudança Educativa e Projeto de Tra-balho. Porto Alegre: Artmed, 2000. JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. Campinas, SP: Papirus, 1996

SP: Papirus, 1996

LAGROU, Els. Arte Indígena no Brasil. Belo Horizonte: C/
Arte, 2009.

LEMOS, A. Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico. S.P.:

LEMOS, A. Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico. S.P.:
Brasiliense, 2006.
MANGUEL, Alberto. Lendo Imagens. São Paulo: Companhia
das Letras, 2001.
MIGLIACCIO, Luciano. O Século XIX. Mostra do Redescobrimento- Arte no Século XIX. Org. Nélson Aguilar, São Paulo:
Fundação Bienal de São Paulo, Associação Brasil 500 anos Arte
Vignate 2000.

Visuais, 2000.
MORAES, Marcos Adriana Varejão. São Paulo: Folha de S.
Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2013.
MOREIRA, Terezinha Maria Losada A interpretação da imagem: subsidios para o ensino da arte. Rio de Janeiro: Mauad X:
FAPERJ, 2011.

FAPERJ, 2011.

MUSEUS RJ: UM GUIA DE MEMÓRIAS E AFETIVIDADES / Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. - Rio de
Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, 2013.
Disponível em http://www.unuseusdorio.com.br/joomla/images/stories/guiar/jmuseus-rj.2013.pdf
Acesso em 21/10/2014.

OLIVEIRA, Myriam A.R.; PEREIRA,Sonia G.eLUZ, AngelaA. História da Arte no Brasil. Textos de Sintese. Rio de Janeiro,
EDUERJ, 2008.

OSGEMEOS: A épera da lun / tradución landa Marcio.

EDUFRI, 2008.

OSGEMEOS: A ópera da lua / tradução Izabel MuratBurbridge; texto de Pedro Alonzo. Rio de Janeiro: Cobogó, 2014.

OSTROWER, Fayga. Universos da Arte. Rio de Janeiro: Editor Compute 1083

tora Campus, 1983.
PECCININI, Daisy. Figurações. Brasil anos 60. São Paulo:

PEDROSA, Israel.Da cor à cor inexistente. Rio de Janeiro: istiano Editorial Ltda.. 1995.

O Universo da Cor. Rio de Janeiro: Ed. Senac Na-

cional, 2003.

PEREIRA, S.G. Arte brasileira do século XIX. Belo Horizonte: C/arte, 2008.

PILAR, Analice Dutra. (Org.). A educação do olhar no ensino das artes. Porto Alegre: Mediação, 1999.

PERAZZO, Luiz F; Máslova T. Valença. Elementos da forma. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1997.

PORTAL DO IPHAN. Disponível em http://www.iphan.gov.br/. Acesso em 21/10/2014.



REZENDE, Neide.A Semana de Arte Moderna. São Pau

lo:Editora Ática, 2000.

RIBEIRO, Berta. Arte Indigena, Linguagem Visual. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

RIBEIRO, Berta. Arte Indigena, Linguagem Visual. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

RUSH, Michael. Novas mídias na arte contemporânea. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

STANGOS, Nikos.Conceitos da Arte Moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1991.

TOLEDO, Benedito Lima de.O esplendor do Barroco Luso-Brasileiro. São Paulo: Atelie, 2012.

WOOD, Paul. Arte Conceitual. Cosac &Naify. São Paulo, 2002.

Guia de arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro / Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: organizador Jorge Czajkowski, Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. Guia de arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio

Guia de arquitetura coionia, neociassica e romanuca no Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: organizador Jorge Czajkowski. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro 2000.

Guia de arquitetura eclética no Rio de Janeiro / Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: organizador Jorge Czajkowski. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

Guia de arquitetura moderna no Rio de Janeiro / Centro de

jkowski. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.
Guia de arquitetura moderna no Rio de Janeiro / Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: organizador Jorge Czajkowski. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. BRASIL Secretaria de Educação Fundamental Parâmetros

Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fun-damental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/ Secre-

damental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL.Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte/ Secretaria de Educação Fundamental.-Brasília. MEC/SEF, 1998.

Parâmetros Curriculares Nacionais (5º a 8º séries).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: bases legais/Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Educação. Média e Tecnológica 1999.

dio: bases legais/Ministerio da Educação. Brasilia: Ministerio da Educação / Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médic: Linguagens, códigos e suas tecnologias/Ministério da Educação-Brasilia: Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Média e Tecnológica 1000

Brasilia: Ministerio da Educação/ Secretaria da Educação Media e Tecnológica, 1999.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental. - 2º Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LEIS

LEIS
BRASIL. Lei nº 5.692. Brasilia, 1971. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102368>Acesso em 20 out. 2014.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/19394.htm. nalto.gov

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

SUCIES IOES BIBLIOURAFILAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.
Documentos legais
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394, de
20 de dezembro de 1996 - ATUALIZADA
Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Ministério da

Educação.1997

Resolução CNE/CEB no 4, de 13 de julho de 2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

específico da Área de Atuação CAMPBELL, N. A.; REECE, J. B.; URRY, L. A.; CAIN, M WASSERMANN, S. A.; MINORSKY, P. V.; JACKSON, R. B

Diário Oficial da União - Seção 3

Biologia. Porto Alegre: Artmed. 2010. EVERT, R. F. & EICHHORN, S. E. Raven I Biologia Ve-

getal. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. 2014.

GRIFFITHS, A. J. F.; CARROLL, S. B.; LEWONTIN, R.
C.; WESSLER, S. R. Introdução à Genética. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. 2009.

C; WESSLER, S. R. Introdução à Genética. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. 2009.

HICKMAN JR., C. P.; ROBERTS, L. S.; KEE, S. L.; EI-SENHOUR, D. J.; LARSON, A.; I' ANSON, H. Princípios Integrados de Zoologia. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. 2013.

HOPKIN, K.; BRAY, D.; ALBERT, B. Fundamentos da Biologia Celular Porto Alegre: Artmed. 2001.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Histologia Básica. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. 2004.

MADIGAN, M. T., MARTINKO, J.M. & PARKER, J. Microbiologia de Brock. Porto Alegre: Artmed. 2010.

NEVES, D. P.; DE MELO, L.; LINARDI, P. M.; VITOR, R. W. A. Parastiologia Humana. Rio de Janeiro: Atheneu Rio. 2011.

RICKLEFS, R. E. A Economia da Natureza. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. 2012.

RIDLEY, M. Evolução. Porto Alegre: Artmed. 2006.

SADAVA, D.; HELLER, H. C.; ORLANS, G. H.; PURVES, W. K.; HILLIS, D. M. Vida: a Ciência da Biologia. Volumes I, II e III. Porto Alegre: Artmed. 2009.

W. K.; HILLIS, D. M. Vida: a Ciência da Biología. Volumes I, II e
III. Porto Alegre: Artmed. 2009.
TORTORA, Gerard J. Corpo Humano - Fundamentos de
Anatomia e Fisiologia. Porto Alegre: Artmed. 2012.
PROGRAMA DE CIENCIA DA COMPUTAÇÃO

1. ORGANIZAÇÃO DE COMPUTADORES.
1.1. Sistemas de Computação. 1.2. Sistemas de Numeração.
1.3. Representação de Dados. 1.4. Algebra Booleana. 1.5. Circuitos
Lógicos. 1.6. Organização Básica dos Computadores Digitais. 1.7.
Conjunto de Instruções. 1.8. Linguagem de Máquina. 1.9. Linguagem de Montagem. 1.10. Execução de Programas. 1.11. Memória Principal. 1.12. Memória Cache. 1.13. Memória Secundária. 1.14. Entrada e Saída. 1.15. Processadores. 1.16. Arquiteturas.
2. HARDWARE.

cipal. 1.12. Memória Cache. 1.13. Memória Secundária. 1.14. Entrada e Saída. 1.15. Processadores. 1.16. Arquiteturas.
2. HARDWARE.
2.1. Histórico dos Computadores. 2.2. Evolução dos Processadores. 2.3. Padrões de Memória RAM. 2.4. Placa-mãe e Barramentos. 2.5. Unidades de Disco e Armazenamento. 2.6. Fontes de Energia. 2.7. Montagem. 2.8. Configuração de Hardware. 2.9. Interfaces e Placas de Expansão. 2.10. Particionamento e Formatação. 2.11. Instalação do Sistema Operacional. 2.12. Manutenção.
3. SISTEMAS OPERACIONAIS.
3.1. Funções Básicas. 3.2. Conceitos de Hardware e Software. 3.3. Sistemas de Arquivos.

re. 3.3. Sistemas de Arquivos.

4. REDES DE COMPUTADORES.

4.1. Redes de Computadores e a Internet. 4.2. Redes Locais.

4.3. Redes Sem Fio. 4.4. Segurança em Redes de Computadores. 4.5. Componentes de Hardware e de Software. 4.6. Montagem Fisica e Lógica. 4.7. TCP/IP. 4.8. Modelo OSI.

5. PROGRAMAÇÃO.

5.1. Paradiomas de Programação: 5.1.1 Estruturada; 5.1.2

Logica. 4./. ICP/IP. 4.8. Modelo OSI.

5. PROGRAMAÇÃO.
5.1. Paradigmas de Programação: 5.1.1 Estruturada; 5.1.2
Orientada a Objetos; 5.2. Linguagens de Programação: 5.2.1 C; 5.2.2
C#; 5.2.3 Java; 5.2.4 XHTML; 5.2.5 CSS; 5.2.6 JavaScript; 5.2.7
DOM; 5.2.8 XML; 5.2.9 Servidores Web (IIS e Apache); 5.2.10
ADO.NET e Java DB; 5.2.11 PHP; 5.2.12 ASP.NET; 2.13 Aplicações
Web; 5.2.14 Serviços Web.
6.1 Dados e Gerenciamento de Bancos de Dados. 6.2. Ciclo
6.1 Dados e Gerenciamento de Bancos de Dados. 6.2. Ciclo
6.4 Bancos de Dados. 6.3. Arquitetura de Bancos de Dados.
6.4. Bancos de Dados. 6.3. Arquitetura de Bancos de Dados.
6.6.4 Cálculo Relacional; 6.6.5 Integridade; 6.6.6 Visões.
6.7. Dados: Dependências Funcionais. 6.8. Normalização. 6.9. Modelagem de Dados Conceitual. 6.10. Projeto Lógico de Bancos de
Dados. 6.11. Gerenciamento de Transações: 6.11.1 Recuperação;
6.11.2 Concorrência. 6.12. Segurança. 6.13. Otimização. 6.14. Falta
de Informações. 6.15. Herança de Tipo. 6.16. Bancos de Dados Distribuídos 6.17. Apoio à Decisão. 6.18. Bancos de Dados Relacional/Objeto. 6.19. XML e Bancos de Dados. 6.20. Triggers e Stored
Procedures. Procedures.
7. ENGENHARIA DE SOFTWARE.

7. ENGENHARIA DE SOFTWARE.

7.1. Software e Engenharia de Software. 7.2. Processo de Software: 7.2.1 Visão Genérica; 7.2.2 Modelos Prescritivos de Processo; 7.2.3 Desenvolvimento Agil. 7.3. Engenharia de Requisitos. 7.5. Modelagem da Análise. 7.6. Engenharia de Projeto. 7.7. Projeto Arquitetural. 7.8. Projeto no Nivel de Componentes. 7.9. Projeto de Interface com o Usuário. 7.10. Teste de Software. 7.11. Métricas de Produto para Software. 7.12. Aplicação de Engenharia da Web. 7.13. Gestão de Projetos de Software. 7.14. Engenharia de Software Baseada em Componentes. 7.15. Reengenharia of Ch. Diogramas Ilm! 7.16. Diagramas UML. SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

SUGESTOES BIBLIOGRAFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.
Documentos legais:
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394, de
20 de dezembro de 1996 - ATUALIZADA
Resolução CNE/CEB no 1, de 5 de julho de 2000 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de
Jovens e Adultos
Resolução CNE/CEB no 2, de 11 de setembro de 2001 Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Básica

Resolução CNE/CP no 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e

Resolução CNE/CEB no 1, de 18 de maio de 2009 - Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia na currículo do Ensino Médio

Resolução CNE/CEB no 4. de 2 de outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial Resolução CNE/CEB no 5, de 17 de dezembro de 2009 -

Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil Resolução CNE/CEB no 1, de 14 de janeiro de 2010 -

Define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fun-damental de 9 (nove) anos Resolução CNE/CBB no 3, de 15 de junho de 2010 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos e dá

outras providências Resolução CNE/CEB no 4, de 13 de julho de 2010 - Define

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica Resolução CNE/CEB no 6, de 20 de outubro de 2010 - Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil

Resolução CNE/CEB no 7, de 14 de dezembro de 2010 Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de

Place Differences Cuntrolates Nacionals para o Elisino Fundamiental de 9 (nove) anos Resolução CNE/CEB no 1, de 10 de março de 2011 - Estabelece normas e funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações

fundações
Resolução CNE/CEB no 2, de 30 de janeiro de 2012 Define Diretrizes Curriculares para ao Ensino Médio
Resolução CNE/CEB no 4, de 4 de junho de 2012 - Altera
Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nivel Médio
Resolução CNE/CEB no 5, de 22 de junho de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena

na Educação Básica
Resolução CNE/CEB no 6, de 20 de setembro de 2012
Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissiona
Técnica de Nível Médio

Resolução CNE/CEB no 8, de 20 de novembro de 2012 -Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar

Define Direttizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica Pareceres do Conselho Nacional de Educação acerca dos assuntos abordados pelos itens acima citados Conteúdo específico da área de atuação/conhecimento BORATTI, I. C. Programação Orientada a Objetos em Java. Florianópolis: Visual Books, 2007.

BOKALII, I. C. Programação Orientada a Objetos em Java. Florianópolis: Visual Books, 2007.
CARDOSO, V.; CARDOSO, G. Linguagem SQL: Fundamentos e Práticas. São Paulo: Saraiva, 2013.
CARDOSO, V.; CARDOSO, G. Sistemas de Bancos de Dados: Uma Abordagem Introdutória e Aplicada. São Paulo: Saraiva, 2013.

DATE, C. J. Introdução a Sistemas de Bancos de Dados. São DEITEL, P. DEITEL, H. C: Como Programar. São Paulo:

Pearson, 2011.

DEITEL, P. DEITEL, H. Java: Como Programar. São Paulo: Pearson, 2010

GUEDES, G. T. A. UML: Abordagem Prática. São Paulo:

GUEDES, U. I. A. COND. ACCUMENTAGE (2008).

KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. Redes de Computadores e a Internet: Uma Abordagem Top-Down. São Paulo: Pearson, 2010.

LIMA. A. S. UML 2.3: Do Requisito à Solução. São Paulo:

Érica, 2011.

MACHADO, F. B.; MAIA, L. P. Arquitetura de Sistemas Operacionais. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MEDINA, M. FERTIG, C. Algoritmos e Programação - Teoria e Prática. São Paulo: Novatec, 2005.

MEPER, E. A. Smashing C9S: Técnicas Profissionais para um Layout Moderno. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MORIMOTO, C. E. Hardware II: O Guia Definitivo. Porto Alegre: Sul Editores, 2012.

MONTEIRO, M. A. Introdução à Organização de Computadores. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

PANNAIN, R.; BEHRENS, F. H.; JR, D. H. Organização Básica de Computadores e Linguagem de Montagem. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2012.

PRESSMAN, R. S. Engenharia de Software: Uma Abordagem Profissional. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2011.

RAMAKRISHNAN, R.; GEHRKE, J. Sistemas de Geren-

RAMAKRISHNAN, R.; GEHRKE, J. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados. São Paulo: McGrawHill, 2008 SHARP, J. Microsoft Visual C# 2010: Passo a Passo. Porto

Alegre: Bookman, 2011. SHEPHERD, G. Microsoft ASP.NET 3.5: Passo a Passo.

SHEPHERD, G. MICTOSOII ASP.INE I 3.3. F 13350 a 1 13350. Protto Alegre: Bookman, 2009.

TANEMBAUM, A. S.; WOODHULL, A. S. Sistemas Operacionais: Projeto e Implementação. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TEOREY, T.; LIGHTSTONE, S.; NADEAU, T. Projeto e Modelagem de Bancos de Dados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VAREJÃO, F. M. Linguagem de Programação: Conceitos e

VAKEJAO, F. M. Linguagem de Programação: Conceitos e Técnicas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VASCONCELOS, L.; VASCONCELOS, M. Manual Prático de Redes. Rio de Janeiro: Laércio Vasconcelos Computação, 2008.

VASCONCELOS, L. Montagem e Configuração de Micros. Rio de Janeiro: Laércio Vasconcelos Computação, 2009.

YANK, K. ADAMS, C. Só JavaScript. Porto Alegre: Bookston.

okman 2009

PROGRAMA DE DESENHO

 1. Entes Geométricos Fundamentais. 2. Estudo da Reta. 3. ormas Geométricas Bi e Tridimensionais. 4. Ángulos. 5. Polígonos. Círculo e Circunferência de Círculo. 7. Distância entre Elementos Geométricos. 8. Triângulos. 9. Quadriláteros. 10. Lugares Geométricos. 11. Tangência. 12. Concordância. 13. Divisão de Segmentos tricos. 11 Tangência 72. Concordância. 13. Divisão de Segmentos. 14. Expressões Algébricas. 15. Retificação e Desretificação da Circunferência. 16. Equivalência de Figuras Planas. 17. Transformações Pontuais. 18. Sistemas de Projeção. 19. Perspectiva Paralela: 19.1. Desenho Isométrico; 19.2. Vistas Ortográficas; 19.3. Perspectiva Cavaleira. 20. Geometria Descritiva: 20.1. Ponto, reta, plano. 20.2. Métodos Descritivos. 20.3. Poliedros Irregulares e Regulares. 20.4. Seções Planas. 20.5. Verdadeira Grandeza da Seção Plana. 20.6. Sólidos de Revolução. 20.7. Seções Cônicas. 20.8. Desenvolvimento de Supraffícias perficies

ISSN 1677-7069

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares Nacionais. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC-SEF, 1997.
Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio, Bases Legais. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC-SEMT, 1999.
Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio, Linguagens, códigos e suas tecnológicas. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC-SEMT, 1999.
CARVALHO, P. A. D. C. (CARVALHO, P. A. D. (CARVALHO, P. A. D. C. (CARVALHO, P. A. D. (CARVALHO, P.

CARVALHO, B. A. Desenho Geométrico. Rio de Janeiro Imperial Novo Milênio, 2011. ERNST, B. O Espelho Mágico de M C.Escher.Ed. Taschen. 2007. EUCLIDES. Os elementos. São Paulo. LINESP 2009

UNESP, 2009.
FRENCH, T., E.; VIERCK, C. J. Desenho técnico e tecnologia gráfica. 8. Ed. São Paulo: Globo, 2005. GIOVANNI, J. R. et al. Desenho Geométrico. São Paulo: FTD, 2010. Vol.1, 2,3, 4.
HERLING, A.; YAJIMA, E. Desenho e educação artística. São Paulo: Bep, 1982. Vol.1,2,3,4.
ROTTA, I.; OTAVIO, L. Traçados de desenho geométrico. São Paulo: EDT, 1994. Vol. 1,2,3,4.

JORGE, S. Desenho geométrico. Ideias e Imagens. São Paulo: Saraiva, 2012.Vol. 1, 2, 3, 4. LACOURT, Helena. Noções e fundamentos de geometria descritiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995

Desenho Geométrico. São Paulo: Atica, 1997. Vol 1,2,3,4.

MICELI, M. T.; FERREIRA, P. Desenho Técnico Básico. 2a Ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004. MONTENEGRO, G. A. A invenção o do projeto. 1. Ed.. São Paulo: Edgard Blücher, 1987.

A perspectiva dos profissionais. 2. Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2010.

Desenho arquitetónico: para cursos técnicos de 2ºgrau e faculdades de arquitetura. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

Desenho de projetos. 1. Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2007.

Geometria descritiva. São Paulo: Edgard Blücher, 1991.

Inteligência visual e 3D. 1. Ed.. São Paulo: Edgard Blücher, 2005. PENTEADO, J. A. Curso de desenho, 3. Ed. São Paulo: Nacional, 1967. PEREIRA, A. Geometria Descritiva I. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

Desenho éconetria Descritiva. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2000. Vol 1e2. PINTO, N. H. S. C. Desenho geométrico. São Paulo: Moderna, 1995. Vol.1, 2, 3, 4 PRÍN-CIPE JUNIOR, A. R. Noções de geometria descritiva. São Paulo: Nobel, 1983.

Nobel, 1983.

PUTNOKI, J. C. Elementos De Geometria & Desenho Geometrico. São Paulo: Scipione, 1991. Vol 1,2 e 3.

Geometria & Desenho Geométrico. São Paulo: Scipione, 1991. Vol 1,2 e 3. (Coleção Régua e Compasso).

SCHATTSCHNEIDER, D.; WALKER, W. Caleidociclos de M. C. Escher. Ed. Evergreen. 1997.

STAMATO, J; OLIVEIRA, J.C.; GUIMARÃES, J.C. Desenho 2: Plano e Espaço.Rio de Janeiro: MEC-FENAME, 1969 (Cadernos MEC) dernos MEC)

dernos MEC).

Desenho 3: Introdução ao desenho técnico. Rio de Janeiro: MEC-FENAME, 1972 (Cadernos MEC).

WONG, W. Princípios da forma e desenho. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. DIMENSÃO SÓCIO ANTROPOLÓGICA.

1.1. Corporeidade, escola e cultura. 1.2. bordagens/tendências pedagógicas da Educação Física Escolar. 1.3. Corpo, gênero e aspectos contemporâneos na aula de Educação Física Escolar. 1.4. Cooperação e competição na Educação Física Escolar.

2. DIMENSÃO BIO-DINÂMICA.

2. 1. Controle neural do movimento humano. 2.2. Sistema

2. DIMENSAO BIO-DINAMICA.
 2.1. Controle neural do movimento humano. 2.2. Sistema nervoso periférico. 2.3. Composição corporal. 2.4. Controle ponderal. 2.5. Desenvolvimento humano da infância à adolescência. 2.6. Exercicio e Desempenho Humano.
 3. DIMENSÃO COMPORTAMENTAL.
 3.1. Psicomotricidade e interação social.
 3.2. Fases do desenvolvimento humano.
 3.3. Habilidades motoras fundamentais.
 3.4. O processo de Feedback na aprendizacem motora.

- 3.4. O processo de Feedback na aprendizagem motora.
 4. DIMENSÃO PEDAGÓGICA E TÉCNICO INSTRU-

4.1. Estilos de ensino. 4.2. Planejamento da Educação Física na Educação Básica. 4.3. Critérios de seleção e organização dos conteúdos da Educação Física na Educação Básica. 4.4. Metodologias estratégias didático-pedagógicas. 4.5. Competências e habilidades a serem desenvolvidas no Ensino Médio. 4.6. A função e o lugar do esporte n.4/da escola. 4.7. As práticas pedagógicas em Educação Física na Educação Básica. 4.8. Processo de avaliação em Educação Física Escolar. 4.9. Objetivos da Educação Física Escolar. 4.10. A Educação Física como componente curricular. SUGESTOES BIBLIOGRÁFICAS Diretrizes Curriculares Nacionais.

Diretrizes Curriculares Nacionais

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9,394, de 20 de dezembro de 1996 - ATUALIZADA. Resolução CNE/CEB no 1, de 5 de julho de 2000 - Es-tabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Iovens e Adultos Iovens e Adultos

Resolução CNE/CEB no 2, de 11 de setembro de 2001 -stitui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação

Resolução CNE/CP no 1, de 17 de junho de 2004 - Instițui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Ét-nicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e

Resolução CNE/CEB no 1. de 18 de maio de 2009 - Dispõe plementação da Filosofia e da Sociologia na currículo do Ensino Médio

Resolução CNE/CEB no 4, de 2 de outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Resolução CNE/CEB no 5, de 17 de dezembro de 2009 -

Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB no 1, de 14 de janeiro de 2010 -Define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fun-damental de 9 (nove) anos.

damental de 9 (nove) anos.

Resolução CNE/CEB no 3, de 15 de junho de 2010 - Institui
Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos e dá
outras providências.

Resolução CNE/CEB no 4, de 13 de julho de 2010 - Define
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Resolução CNE/CEB no 6, de 20 de outubro de 2010 Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infântil.

Resolução CNE/CEB no 7, de 14 de dezembro de 2010 -

Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de

9 (nove) anos.

Resolução CNE/CEB no 1, de 10 de março de 2011 - Estabelece normas e funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Admistração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações.

tundações.

Resolução CNE/CEB no 2, de 30 de janeiro de 2012 Define Diretrizes Curriculares para ao Ensino Médio.

Resolução CNE/CEB no 4, de 4 de junho de 2012 - Altera
Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nivel Médio.

Resolução CNE/CED - 5 de 20 de 10 de 1

Catatogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.
Resolução CNE/CEB no 5, de 22 de junho de 2012 - Define
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indigena
na Educação Básica.
Resolução CNE/CEB no 6, de 20 de setembro de 2012 Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional
Técnica de Nível Médio.
Resolução CNE/CED no 8, de 20 de acuação Profissional

Técnica de Nível Médio.

Resolução CNE/CEB no 8, de 20 de novembro de 2012 Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar
Quilombola na Educação Básica.

Pareceres do Conselho Nacional de Educação acerca dos
assuntos abordados pelos itens acima citados.

Conteúdo específico da área de atuação/conhecimento
Diretrizes Curriculares Nacionais.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros
curriculares nacionais: Educação fisica Volume 7. Brasilia.

curriculares nacionais: Educação física. MEC/SEF, 1997. Volume 7.

MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Fisica. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Média e tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / volume 3: Conhecimento de mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BROTTO: Espio, Ottavia Joses conpersativas: a joses e a escapación de media de media de conservaciones de conservaciones.

volume 3: Conhecimento de mundo. Brasilia: MEC/SEF, 1996.
BROTTO, Fabio Ottuzi. Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como exercício de convivência. Santos: Projeto Cooperação,

DAOLIO, J. Educação Física e o conceito de cultura. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

DARIDO, S. C. & RANGEL, I. C. A. (coords.). Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

GALLAHUE, D. L. & DONOLLY F.C. Educação física desenvolvimentista para todas as crianças. 4ª ed. São Paulo: Phorte, 2008.

FONSECA, V. da. Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed. 2008.

FREIRE, J.B. Educação como prática corporal. São Paulo:

FREIRE, J.B. Educação como pratica corporal. São Paulo: Scipione, 2003
KUNZ, E. (org.). Didática da Educação Física 2. 3ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
MALINA, R. M., BOUCHARD, C., & BAR-OR, O. (2009). Crescimento, Maturação e Atividade Física (2ª ed.). São Paulo: Phor-

MATTOS, M. G. de & NEIRA, M. G. Educação física

adolescência: construindo o conhecimento na escola. 4ª Ed. São Pau-lo: Phorte, 2007. MATTOS, M. G. DE & NEIRA, M. G. Educação Física Infantil - construindo o movimento na escola. São Paulo: Phorte,

2008. McARDLE, W.D. Fisiologia do exercício; nutrição, energia e desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. OLIVEIRA, M. A. T. de (org.). Educação do corpo na escola brasileira. Campinas: Autores Associados, 2006. OLIVEIRA, S. de. A reinvenção do esporte: possibilidade da prática pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2001. PEREIRA, S.A.M. & SOUZA, G.M.C. (orgs.). Educação Física escolar: elementos para pensar a prática educacional. São Paulo? Phorte. 2011.

Física escolar: elementos para pensar a prática educacional. São Paulo: Phorte, 2011.

SCHMIDT, R. A. & WRISBERG, C. A. Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada na situação. 4º Ed. Porto Alegre: Artemed, 2010.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1. EDUCAÇÃO E INFÂNCIA.

1.1. Criança e infância: conceito de infância, família e suas historicidades. 1.1.1. Construção da infância e determinações sócio históricas; 1.1.2. Teorias que fundamentam a relação entre educação e socialização. 1.2. O direito à educação: a legislação educacional brasileira. 1.2.1. Os fundamentos da igualdade de oportunidades. 1.2.2. A democratização da educação. 1.2.3. Escola, cidadania, justiça escolar.

2. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1. As políticas educacionais no Brasil e as organizações dos sistemas de ensino. 2.2. Os fundamentos políticos, pedagógicos, econômicos e sociais da educação infantil. 2.3. O atendimento edu-

dos sistemas de ensino. 2.2. Os fundamentos políticos, pedagógicos, econômicos e sociais da educação infantil. 2.3. O atendimento educacional em creches e pré-escolas de crianças de 0 a 6 anos. 2.4. Legislação e orientações governamentais para a educação infantil. 5. Instrumentos da prática pedagógica o brincar e as interações das crianças com os adultos e das crianças entre si.

3. CRIANÇA E CULTURA.

3.1. A criança e a sociedade contemporânea. 3.2. O lugar social da criança na modernidade. 3.3. Diversidade cultural e práticas infantis; 3.3.1. Criança, natureza, mundo social e conhecimento; 3.3.2. A cultura da infância e a infância na cultura; 3.3.3. Função histórica e cultural das instituições educativas.

ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - O COTIDIANO ESCOLAR.

4.1. Organização do cotidiano da educação infantil: tempo, espaço, atividades; 4.1.1. A multidimensionalidade da prática escolar; 4.1.2. A organização do trabalho pedagógico; 4.1.3. A sala de aula: sentido(s) e dinâmica; 4.1.4. A formação do grupo: o processo de socialização da criança e os principios téóricos metodológicos das atividades de ensino e de aprendizagem. 4.2. O papel do educador; 4.2.1. O processo de lanejamento e suas específicidades; 4.2. Elaboração, produção e utilização de materiais e o processo pedagógica os er realizado; 4.2.3. O Projeto Político Pedagógico; 4.2.4. O cuidar e o educar; 4.2.5. Processos de inserção das crianças nos espaços coletivos de educação (acolhimento); 4.2.6. As concepções de ludicidade: o jogo, brinquedo e brincadeira e suas aplicações no processo de aprendizagem; 4.2.7. Estratégias metodológicas e indicadores para a ação pedagógica nos diferentes contextos educativos; 4.2.8. A especificidades da criança mos diferentes contextos educativos e cuidados essenciais:

5. AS DIFERENTES LINGUAGENS.

5. As linguagem e a criança: aquisição da linguagem; re-lações entre escrita, oralidade, linguagem verbal e não verbal; a crian-ça na sociedade letrada; a realidade linguistica da criança e os pro-cessos de sistematização dos usos da escrita; diferentes conceitos de cessos de sistematização dos usos da escrita; diferentes conceitos de alfabetização/letramento e as relações dos sujeitos nesse processo; teorias do conhecimento e alfabetização e pressupostos teórico-metodológicos do trabalho com a leitura e a escrita na Educação Infanti-5.2. A linguagem escrita enquanto objeto histórico-cultural de conhecimento: seus usos e funções, seus diferentes gêneros discursivos, suas estruturas linguisticas, suas diferenças; O contexto de ensino aprendizagem da linguagem escrita e o papel das instituições de Educação Infantil; a linguagem escrita na Educação Infantil como uma das possibilidades de prática pedagógica com crianças de 0 a 6 anos. 5.3. A matemática como objeto histórico-cultural de conhecimento: alguns aspectos que a constituem, seus usos e funções e sua anos. 5.3. A matematica como objeto nistorio-cultural de conne-cimento: alguns aspectos que a constituem, seus usos e funções e sua linguagem; 5.3.1. Processos de apropriação do conhecimento ma-temático pela criança; 5.3.2. O conhecimento matemático paráticas culturais, das brincadeiras e de outras atividades em que as crianças estão engajadas. 5.4. A produção do conhecimento científico: cianças estas eigajadas. 3.4. produçad un confecimento terimino.

aspectos epistemológicos, culturais e políticos: 5.4.1. O papel das instituições de Educação Infantil na apropriação do conhecimento do mundo social e natural; 5.4.2. As ciências e seu ensino para a infancia: Conceitos científicos e as abordagens de ensino; 5.4.3. Os materiais didáticos, os produtos culturais e seus usos no ensino de ciências para a educação infantil; 5.4.4. Saberes e práticas escolares:

o ensino de ciências na cultura escolar.

6. APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO.

6.1. Desenvolvimento e aprendizagem: as dimensões física, cognitiva, afetiva e social; a construção das identidades. 6.2. A recognitiva, aletiva e sociat, a construção usa itentudades. 0.2. A te-lação desenvolvimento e aprendizagem nas diferentes concepções teó-ricas e suas implicações educacionais. 6.3. Os processos semióticos e a formação do pensamento: conceitos espontâneos e científicos. 6.4. A relação afeto e cognição no processo de conhecimento. 6.5. Con-tribuições da brincadeira, das interações e da linguagem no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança

AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS

7. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS.
7.1 O papel da avaliação no processo de aprendizagem. 7.2.
Planejamento e avaliação: fundamentos, concepções e implicações na prática educacional, no âmbito da sala de aula, da escola e do sistema educacional. 7.3. Avaliação na Educação Infantil: legislação, modalidades e instrumentos. 7.4. O papel do erro na avaliação.
8. LINGUA PORTUGUESA E SEU ENSINO.
8.1. Leitura e produção de textos verbais e não-verbais, de textos orais e escritos. 8.2. Texto literário e não literário: elementos ficcionais e não-ficcionais; linguagens denotativa e conotativa; pressuposições implicitas e explicitas; intertextualidade. 8.3. Tipologia textual e gêneros de circulação social: estrutura; objetivos discursivos do texto; aspectos linguisticos. 8.4. Elementos de coesão do texto: aspectos gramaticais e aspectos semânticos. 8.5. Elementos de coerência do texto: organização dos enunciados e das partes do texto. aspectos gramaticais e aspectos semanticos. 8.5. Elementos de coe-rência do texto: organização dos enunciados e das partes do texto. 8.6. Variabilidade linguística: norma culta e variedades regionais e sociais; registros formal e informal do uso da língua. 8.7. Argu-mentação: fato e opinião; fundamentação do argumento; pertinência; suficiência; resecritura. 8.8. Fonologia: fonema e letra; sílaba, en-contros vocálicos e consonantais, digrafos; ortografia; acentuação tô-nica e práfica.

suficiência; reescritura. 8.8. Fonologia: fonema e letra; silaba, encontros vocálicos e consonantais, digrafos; ortografia; acentuação tónica e gráfica.

9. PROGRAMA DE MATEMÁTICA E SEU ENSINO
9.1. Números Naturais: significados e Sistema de Numeração Decimal. 9.2. Números Nacionais: significados, representação decimal e fracionária, equivalência, ordenação e localização na reta numérica. 9.3. Operações com números naturais e racionais: significados, propriedades e procedimentos de cálculo das operações de adição, subtração, multiplicação e divisão. 9.4. Múltiplos e divisores. Divisibilidade. Números primos. 9.5. Linguagem algébrica; cálculo algébrico; equações e inequações. 9.6. Espaço e forma: descrição, interpretação e representação da localização e movimentação de pessoas e objetos. Figuras geométricas espaciais e planas: caracteristicas, propriedades, elementos constituintes, composição, decomposição, ampliação, redução e representação. 9.7. Medidas: procedimentos e instrumentos de medida; sistemas de medidas decimais (comprimento, superficie, volume, capacidade, massa e temperatura) e conver-

ampliação, redução e representação. 9.1. Medidas: procedimentos em medidas (em medidas decimias) (comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e temperatura) e conversões; medidas de tempo e conversões; sistema monetário brasileiro; cálculo e comparação de perimetro e área; aplicações geométricas. 9.8. Tratamento da informação: leitura, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Média artimética. Probabilidade. 9.9. Recursos para o ensino de Matemática: resolução de problemas, jogos, história da Matemática e elementos tecnológicos. 10. PROGRAMA DE CIÊNCIAS E SEU ENSINO.

10.1. Ambiente e Seres Vivos: 10.1.1. Ar atmosférico: composição, propriedades e importância da atmosfera e de seus composição, propriedades, estados físicos da água, ciclo da água na natureza, uso racional e despendicio; 10.1.3. Solo: importância, composição, erosão, poluição e preservação; 10.1.4. Caracterização geral e classificação dos seres vivos; 10.1.5. Animais: adaptações; reprodução e respiração; 10.1.6. Vegetais: adaptações; fotossíntese; respiração e transpiração; 10.1.7. Relações entre seres vivos e formas de obtenção do alimento; fluxo de energia ao longo das cadeias alimentares; desequilibrio ecológico, suas causas e consequências; 10.1.8. obtenção do alimento; fluxo de energia ao longo das cadeias alimentares; desequilibrio ecológico, suas causas e consequências; 10.1.8. Diferentes ecossistemas terrestres: componentes e características; 10.1.9. Interdependência entre seus elementos. 10.2. Ser Humano e Saúde: noções elementares de anatomia e fisiologia humana; relações entre os diferentes sistemas (visão do corpo humano como um todo integrado); princípios básicos de saúde; doenças infecto-contagiosas; aspectos biológicos, afetivos e culturais da sexualidade; métodos anticoncepcionais. 10.3. Recursos Tecnológicos: 10.3.1. Energia: conceito, importância, formas, fontes e transformação; 10.3.2. Matéria: estrutura e propriedades 10.3.3. Exploração de recursos naturais e seus impactos nos ecossistemas; 10.3.4. A produção de resíduos (lixo, esgoto e gases poluentes); causas e consequências; formas sustentáveis de descartar no ambiente. 10.3.5. Ética ecológica e social na obtenção dos recursos tecnológicos. 10.4. Procedimentos e estratégias de trabalho; problematização no ensino de Ciências; busca de informações através de observação, experimentação, leitura de textos informativos, entrevistas e excursão ou estudo do meio; sistematização de conhecimento. 11,

tematização de conhecimento. 11, PROGRAMA DE HISTÓRIA E SEU ENSINO

11.1. Fontes históricas, periodização e elementos históricos (homem, cultura, espaço e tempo). 11.2. Formação da sociedade brasileira - os elementos formadores do povo brasileiro: os indigenas, os portugueses os africasos es en companyos es en companyos es estados estad

(homem, cultura, espaço e tempo). 11.2. Formação da sociedade brasileira - os elementos formadores do povo brasileiro: os indigenas, os portugueses, os africanos, os imigrantes. Diferentes manifestações culturais. Lei 10639/2003. 11.3. Acontecimentos políticos, econômicos e socioculturais dos diferentes períodos da História do Brasil (colonial, imperial e republicano). 11.4. História da Cidade do Rio de Janeiro (do século XVI aos dias atuais). 11.5. Construção dos conceitos de tempo: duração, simultaneidade, posterioridade e anterioridade. 12. PROGRAMA DE GEOGRAFÍA E SEU ENSINO.

12.1. Localização espacial: circulos terrestres, coordenadas egográficas, projeções cartográficas, pontos cardeais e colaterais. 12.2. Representação do espaço e linguagem dos mapas: escalas, plantas e convenções cartográficas. 12.3. Caracterização do espaço geográfico: relevo, solo, hidrografia, clima e vegetação; transformações grandes divisões do espaço, recursos naturais, questão agrária e industrialização. 12.5. Espaço mundial: divisão internacional do trablho, globalização e questão ambiental. 12.6. Construção dos conceitos de espaço, (relações topológicas, projetivas e euclidianas) e de grupos sociais. 12.7. Discussão, reflexão e posicionamento crítico como prática relevante para o desenvolvimento da cidadania.

Diretrizes Curriculares Nacionais.

Documentos legais

Diretrizes Curriculares Nacionais

Documentos legais
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.
Brasília, DF: Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Publicações 1988

Diário Oficial da União - Seção 3

9.394, de 20 de dezembro de 1996 - ATUALIZADA Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Bra-silia, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1997.

Plano Nacional de Educação. Secretaria de Edu-

Cação Infantil e Fundamental. Brasilia, 2000.

Resolução CNE/CEB no 2, de 11 de setembro de 2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

Resolução CNE/CP no 1, de 17 de junho de 2004 Resolução CNE/CP no 1, de 17 de junho de 2004
 Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana

Resolução CNE/CEB no 4, de 2 de outubro de . Resolução CNE/CEB no 4, de 2 de outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação

. Resolução CNE/CEB no 5, de 17 de dezembro de 2009 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

Resolução CNE/CEB no 1, de 14 de janeiro de 2010 - Define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos Resolução CNE/CEB no 4, de 13 de julho de 2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

Resolução CNE/CEB no 6, de 20 de outubro de 2010 - Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino

Fundamental e na Educação Infantil

Resolução CNE/CEB no 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos . Resolução CNE/CEB no 1, de 10 de março de

Resolução CNE/CEB no 1, de 10 de março de 2011 - Estabelece normas e funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações

Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações

2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica

Resolução CNE/CEB no 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica

Resolução CNE/CEB no 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica

Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas.

Pareceres do Conselho Nacional de Educação acerca dos assuntos abordados pelos itens acima citados

Conteúdo específico da área de atuação/conhecimento

ARIES, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BARBOSA, M. C., Horn, M. G. S. Projetos Pedagógicos na Educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

BECHARA, E. C. Gramática Escolar da Língua Portuguesa 2º ed. Ampliada e atualizada pelo novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BRASIL. Padrões de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil e Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. Brasília,

curriculares nacionais para a educação B. 2010. infantil. Brasília: MEC SER

infantil. Brasilia: MEC, SEB, 2010.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais da criança.

MEC/Brasil, 2009, 2º Edição.

CANEN, A; MOREIRA, A.F.B. (org.). Reflexões sobre ou ulticulturalismo na escola e na formação docente In: CANEN, A; MOREIRA, A.F.B. (org.). Énfases e omissões no currículo. Campinas, SP: Papirus 2001.

CORSINO, P. Educação infantil: cotidiano e política. São Paulo: Autores Associados, 2009, 1º edição.

FREIRE, M. A Paixão de Conhecer o Mundo. São Paulo: Editora Paz e Terra. 17º Edição, 2007.

HOFFMANN, J. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre as crianças. Porto Alegre: Mediação, 1996.

FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Org.). Educação pós-LDB: rumos e desafios. Campinas: Autores Associados - FE/Unicamp, 2000. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 62).

KISHIMOTO, T. M. & FORMOSINHO, J. O. Em busca da Pedagogia da Infância: Infância: pertencer e participar. Porto Alegre: Penso, 2013.

KAUFMAN, A.M. Escola, leitura e produção de textos.

KAUFMAN, A. M. Escola, leitura e produção de textos. legre: Artmed, 2000. KRAMER, S. Com a pré-escola nas mãos. São Paulo: Ática,

2000. KRAMER, S. Infância: Fios e Desafios da Pesquisa. São Paulo: Papirus Editora, 2003. KRAMER, S. (org.). Infância e Educação Infantil. Campinas: Papirus, 2007. 6º Edição KRAMER, S.; ELOISA A.C. R. (orgs.). Educação Infantil: enfoques em diálogo. Campinas,SP: Papirus,2011. (Série Prática pedacógica).

dagógica).

KRAMER, S.; LEITE, M. I. (orgs.). Infância e produção cultural. Campinas,SP: Papirus,2010.7ª Edição (Série Prática peda-

gógica).

PARRA, C.; SAIZ, I. (orgs.). Didática da Matemática: reflexões psicopedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

NISTA-PICCOLO, V. L. & MOREIRA, W.W. Corpo em movimento na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2012.

VYGOTSKI, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo

Martins Fontes, 1986.

A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WALLON, Henri. As origens do pensamento na criança. São Paulo: Manole, 1988.

Fontes, 2000.

WALLON, Henri. As origens do pensamento na criança. São Paulo: Manole, 1988.

Paulo: Manole, 1988.

Luma Concepção dialética do desenvolvimento infantil. Izabel Galvão. São Paulo: Vozes, 2004.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MUSICAL

1. COMPOSIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO MUSICAL.

1.1. Som, silêncio e ruido. 1.2. Parâmetros do som: altura, duração, intensidade e timbre. 1.3. Escrita convencional e não convencional. 1.4. Escalas. 1.5. Intervalos. 1.6. Acordes/Harmonia. 1.7. Frascologia. 1.8. Prosódia. 1.9. Formas 1.10. Textura.

2. MÚSICA, CULTURA E EDUCAÇÃO.

2.1. Folclore brasileiro: 2.1.1. Brinquedos cantados. 2.1.2. Cantos e danças das regiões brasileiras. 2.2. Instrumentos musicais: 2. Cantos e danças das regiões brasileiras. 2.2. Instrumentos musicais: 2.6. Plastoria da música. 2.5.1. Brasileira: popular e erudita. 2.5.2. Estrangeira: popular e erudita. 2.6. Paisagem sonora.

3. PEDAGOGIA MUSICAL.

3.1. Correntes: Dalcroze, Gainza, Gazzi de Sá, Kodály, Koellreutter, Orff, Paynter, Sá Pereira, Schafer, Suzuki, Swanwick, Villal-Lobos, Willems. 3.2. A prática pedagógica da Educação Musical a Educação Básica. 3.2.1. Aplicação dos conteúdos listados nos diversos segmentos. 3.3. A prática musical em sala de aula. 3.3.1. Vocal; 3.3.2. Flauta doce soprano (sistema germânico); 3.3.3. Prática de conjunto. 3.4. Interdisciplinaridade. 3.5. Educação especial. 3.6. Avaliação em Educação Musical.

4. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM MÚSICA.

4.1. Performance musical. 4.2. Música e sociedade. 4.3. Composição e elementos da estruturação musical.

5. ECOLOGIA SONORA.

5.1. Cuidados com a audição.

6.1. Lei nº 11.760, de 18/08/208.

6.2. Lei nº 10.639, de 09/01/2013.

6.3. Lei 1º 7.883, de 29/10/198).

6.4. Lei nº 5.700, de 01/09/1971.

6.5. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte.

7. Hino Nacional Brasileiro. 7.2. Hino à Bandeira. Nacionalis: Arte.

7. Hino Nacional Brasileiro. 7.2. Hino à Bandeira. Nacionalis: Arte.

. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte

HINO CÍVICO

7. HINO CIVICO.
7.1. Hino Nacional Brasileiro. 7.2. Hino à Bandeira Na7.3. Hino da Independência do Brasil. 7.4. Hino da Proo da República. 7.5. Hino dos Alunos do Colégio Pedro II.
8. TECNOLOGIA MUSICAL.
8.1. Uso de tecnologias aplicadas à Educação Musical.
SUGESTÕES BIBLIOGRAFICAS
Districtios Curisidas Nacionais.

SUGESTÕES BIBLĪOGRĀFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.
A COR DA CULTURA. Gonguê - a herança africana que
construiu a música brasileira. Sala de Música. Composto e produzido
por Fernando Moura e Carlos Negreiros. Rio de Janeiro: A Cor da
Cultura Org. 2004. 1 CD-ÁUDIO. Disponível em: http://www.acor-dacultura.org.br/sites/default/files/kit/Livreto_cdgongue.pdf
e http://www.acor-dacultura.org.br/sit Acesso em: 18 set. 2014.
BENNETT, Roy. Elementos básicos da música. Tradução de
Maria Teresa de Resende Costa. Jorge Zahar, 1990. (Cadernos de
Música da Universidade de Cambridge).
Uma breve história da música. Tradução de Maria Teresa
Resende Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. (Cadernos de
Música da Universidade de Cambridge).
Instrumentos da orquestra. Tradução de Luiz Carlos Csêko.

Música da Universidade de Cambridge)
Instrumentos da orquestra. Tradução de Luiz Carlos Csêko.
Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Cadernos de Música da Universidade de Cambridge).
BRASIL. Palácio do Planalto. Símbolos Nacionais. [s.d.].
Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/acervo/simbolos-nacionais. Acesso em 18 set. 2014.

Casa Civil.Lei n.11.769, de 18 de agosto de 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil [03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm>. Acesso em 18 set. 2014.

Lei n.10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em 18 set. 2014.

em 18 set. 2014.

l8 set. 2014.
Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curricula-nacionais: arte. Brasilia: MEC/SEF, 1997. http://por-nec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf>. Acesso em 18 set.

Casa Civil. Lei n.7.853, de 24 de outubro de 1989. Dis-Casa Chil. Let Il. 7.535, de 24 de odudió de 17987. Dis-ponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm. Acesso em 18 set. 2014. Lei n. 5.700, de 1º de setembro de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5700.htm. Acesso em 18

nizadas e analisadas: violão, guitarra, baixo, teclado. São Paulo Vitale, 2009. v. 1.

Timatos vitate, 2009. V. 1.

COLÉGIO PEDRO II. Hino dos alunos do Colégio Pedro II.
26 set. 2014. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/. Acesso em: 30 set. 2014.

Portal de educação musical do Colégio Pedro II. [s.d.]. Dis-em: http://www.portaledumusicalep2.mus.br/>. Acesso em ponível em: 30 set. 2014

30 set. 2014. FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. 2. ed. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Funarte, 2008.

ISSN 1677-7069

Música e meio ambiente - ecologia sonora. São Paulo: Ir-mãos Vitale, 2004. GÁINZA, Violeta Hemsy de Estudos de psicopedagogia nusical. Tradução de Beatriz A. Cannabrava. São Paulo: Summus,

GOHN, Daniel Marcondes. Educação musical a distância: abordage

ens e experiências. São Paulo: Cortez, 2011. GUEST, Ian. Arranjo - método prático. Rio de Janeiro: Lu-

HINDEMITH, Paul. Curso condensado de harmonia tradi-Tradução de Souza Lima. 13. ed. Rio de Janeiro: Irmãos

INTERLÚDIO. Revista do departamento de educação musical do Colégio Pedro II. Ano 1, n. 1 (2010). Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2010. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/. Acesso em: 26 set. 2014

MARIZ, Vasco. História da música no Brasil. 8. ed. Rio de

Nova Fronteira, 2012. MED, Bohumil. Teoria da música. 3. ed. Brasília: MusiMed, 1986

NOVAES, Íris Costa. Brincando de roda. Rio de Janeiro:

Agir, 1983.

PAZ. Ermelinda A. 500 canções brasileiras. 2. ed. Brasília:

MusiMed, 2010.

Pedagogia musical brasileira no século XX: metodologias e tendências. Brasília: MusiMed, 2000.

SADIE, Stanley (Ed.). Dicionário Grove de música. Tradução de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1904.

1994.

SCHAFER, R. Murray. O ouvido pensante. Tradução de Marisa Trench de O. Fonterrada, Magda R. Gomes da Silva, Maria Lúcia Pascoal. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1991.

SEVERIANO, Jairo. Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2008.

SWANWICK, Keith. Ensinando música musicalmente. Tradução de Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.

VICTORIO, Marcia. O Bê-a-bá do dó-ré-mi - reflexões e

práticas sobre a educação musical nas escolas de ensino básico. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

WISNIK, José Miguel. O som e o sentido. São Paulo: Companhia das Latras, 1980.

panhia das Letras. 1989

panhia das Letras, 1989.

PROGRAMA DE ESPANHOL

1.Politicas linguisticas do ensino de espanhol na escola básica. 2. Documentos norteadores do ensino de espanhol na educação básica. 3. Linguagem e discurso: concepções teórico-metodológicas do ensino de espanhol. 4. Letramento e gêneros discursivos no ensino de espanhol. 5. Produção textual no processo de ensino-aprendizagem de espanhol. 7. Pluralidade cultural e variação linguistica do espanhol no contexto latino-americano. 8. Formação do professor de espanhol no contexto latino-americano. 8. Formação do professor de espanhol no contexto latino-americano. 8. Formação do professor de espanhol no contexto latino-americano. 8. Formação do professor de espanhol no contexto latino-americano. 8. Formação do professor de espanhol no contexto latino-americano. 8. Formação do professor de espanhol no contexto educacional brasilairo. 9. Petitos devente adobeceção do no contexto educacional brasileiro. 9. Prática docente: elaboração de no contexto educacional brasilerio. 9. Pratica docente: elaboração de material didático e avaliação do processo de ensino-aprendizagem. 10. Ensino-aprendizagem de espanhol mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.

AGUILERA REIJA, B. et al. Educación Intercultural. Análisis y resolución de conflictos. 2. ed. Madrid: Editorial Popular, 1006

BAKTHIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Mar-

BON, F. M. Gramática comunicativa del español, Vol. I v II. Madrid: Edelsa, 1995

Brasil MEC/SEB Orientações Curriculares para o Ensino

Brasil MEC/SEB. Orientações Curriculares para o Ensino Médio - Linguagens, códigos e suas tecnologias //Secretaria de Educação Básica. - Brasilia, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014.

BRASIL Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Brasilia, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm> Acesso em: 19 set. 2014.

http://www.set.2014

http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/1934/htm> Acesso em: 19 set. 2014.
 Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Estrangeira. Brasilia: MEC/SEF, 1998.
 Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio, 2002. portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf CANCLINI, N. G. Diferentes, desiguales y desconectados: dapas de La interculturalidad. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004. CELADA, M. T.; GONZÁLEZ, N. M. Los estudios de lengua española en Brasil. In: Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos. Vol. X. Brasilia: Embajada de España en Brasil, 2000. p. 35-58.
 (Suplemento "El hispanismo en Brasil"). Disponível em: http://www.mecd.gob.es/brasil/publicaciones-materiales/publicaciones-html. Acesso em: 21 set. 2014.
 CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Orgs.). O desejo da teoria e a contingência da prática. Discursos sobre e na sala de aula (lingua materna e língua estrangeira). Campinas: Mercado de Letras, 2003. Disponível em: http://corpus.ufsm.br/wp-content/uploads/2013/07/O-Desejo-da-teoria-ea-e-orning%C3%AAncia-da-pri%C3%A1tica.pdf. Acesso em: 21 set. 2014.
 COSTA, E. G. M. Gêneros discursivos e leitura em língua estrangeira. Revista do GEL, v. 5, n. 2, São Paulo, 2008. p. 181-197.
 Disponível em: http://www.gel.org.br/revistadogel/volu-mes/5/RG_VSN2_10.pdf. Acesso em: 19 set. 2014.

DAHER, D. C. Enseñanzas del español y políticas lin ticas en Brasil. Ensino do espanhol e políticas linguisticas no Brasil. In: Revista Hispanista, Niterói, n. 27, 2006. Disponível em: www.hispanista.com.br/revista/artigo216.htm. Acesso em: 19 set.

SANT'ANNA, V. L. A. Do otium cum dignitate

SANT'ANNA, V. L. A. Do otium cum dignitate à formação do professor de línguas nos cursos de Letras. Em: DAHER, D. C.; RODRIGUES, I. C.; GIORGI, M. C.; Trajetórias em enunciação e discurso: formação de professor. São Carlos: Clara Luz, 2009, v. 2. SANT'ANNA, V. L. A. Formação e exercicio profissional de professor de língua espanhola-revendo conceitos e percursos. In: Espanhol: ensino médio. Coordenação, Cristiano Silva de Barros e Elizimar Goettenauer de Marins Costa. - Brasilia: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 55-68. (Coleção Explorando o Ensino; v.16). Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com docman&task=doc Acesso em: 22 set. 2014 Reflexiones acerca de la noción de competencia lectora: aportes enunciativos e interculturales. In: Revista Hispanista, Niterói, n. 11. Disponível em: www.whispanista.com.br/revista/artigo95esp.htm. Acesso em: 19 set. 2014.

FANJUL, A. P. Português e espanhol: línguas próximas sob o olhar discursivo. São Carlos: Claraluz Editora, 2002.

Português brasileiro, Espanhol... de onde? Analogias incertas. Letras & Letras. Uberlândia, 20 (1), In: p. 165-183, 2004.

GILI GAYA, S. Curso superior de sintaxis. Barcelona: Vox, 2000.

GOULART, C. Letramento e novas tecnologias: questões para a prática pedagógica. In: COSCARELLI, C.; RIBEIRO, A. E. (Orgs.). Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005.

gogicas. Beio Horizonte: Ceate; Autentica, 2005.
KLEIMAN, A. (ed.). Os significados do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
LAGARES, X. C. O espaço político da língua espanhola no mundo. Trabalhos linguistica aplicada, Campinas, v. 52, n. 2, dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php/script=sci_art-text&pid=\$0103-18132013000200009&ling=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 set. 2014.

textepnd=S0103-1813/201300/2000094cing=ptachm=isos². Acesso
em: 22 set. 2014.

LEFFA, V. J., A aprendizagem de línguas mediada por computador. In. LEFFA, V. J. (Org.). Pesquisa em linguística aplicada:
temas e métodos, Pelotas: Educat, 2006; Lucerna, 2007.

LOPES, Alice C. Interpretando e produzindo políticas curriculares para o ensino médio. In: Frigotto, Gaudêncio; Clavatta, Maria. (Org.). Ensino médio: ciência, cultura e trabalho. Brasilia, DF:
MEC; SEMTEC, 2004a.

MUSSALIM, F. Linguagem: práticas de leitura e escrita. São
Palulo: Global, 2004.

PARAQUETT, M. Multiculturalismo y aprendizaje de lenguas extranjeras. In: Actas del II Simposio Didáctica de E/LE José
Carlos Lisboa. Rio de Janeiro: Instituto Cervantes, 2005.

PARAQUETT, M. As dimensões políticas sobre o ensino da língua espanhola no Brasil: tradições e inovações. Revista Hispanista,

língua espanhola no Brasil: tradições e inovações. Revista Hispanista, v. X, p. 37, 2009. Disponível em: http://www.hispanista.com.br/artigos%20autores%20e%20pdfs/artigo282.htm. Acesso em: 21 set.

2014. Resolução CNE/CEB 2/2012. Diário Oficial da União, Brasilia, 31 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 20. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

ROJO, R. (Org.). A prática de linguagem em sala de aula.
Praticando os PCNs. 1. ed. Campinas: EDUC/Mercado Aberto, 2000.

ROJO, R. H. R.; MOITA LOPES, L. P. Avaliação crítica e propositiva dos PCNEM - PCN+, Área de linguagens, códigos e suas tecnologias (Língua Portuguesa e Línguas Estrangeiras). Brasília:

SEMTEC, 2005

ROLDÃO, Maria do Céu. Gestão do currículo e avaliação de competências. Lisboa: Editorial Presença 2003, 2a ed., 2004.

SANTOS, A. C. El género literario y la comprensión lectora en clases de E/LE. In: Actas del Il Simposio internacional de didáctica de español para extranjeros. Rio de Janeiro: Instituto Cervantes do Rio de Janeiro, 2005.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Orgs.). Géneros orais e escritos na escola Trad. Org. Roxane Rojo; Glais Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 95-128. Disponível em: http://pt.scrido.com/doc/61744958//Generos-Orais-e-Escritos-na-Escola-> Acesso em: 21 set. 2014.

SERRANI-INFANTE, S. M. Diversidade e alteridade na enunciação em línguas próximas. In: Revista Letras, Revista do Pro-

SEKKAIN-INFAINE, S. M. Diversidade e alteridade na enunciação em línguas próximas. In: Revista Letras, Revista do Programa de Pós-graduação em Letras. Cascavel: Universidade Federal de Santa Maria, n. 14, p. 11-17, 1997. Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/evistas/ojs-2.2/index.php/letras/article/view/11462> Acesso em: 22 set. 2014. SIGNORINI, I. (Org.). Lingua(gem) e identidade. Campinas: Mercado de Letras. 1998

de Letras, 1998. PROGRAMA DE FILOSOFIA

PROGRAMA DE FILOSOFIA

1. Filosofia Antiga: 1.1. Lógos, Conhecimento e Ser, Linguagem e Metafísica; 1.1.1. Heráclito e Parmênides: devir e ser, 1.1.2. Sócrates e os sofistas: linguagem e conhecimento; 1.1.3 Platão: a dialética, o problema da linguagem e o conhecimento; 1.1.3 Platão: a dialética, o problema da linguagem e o conhecimento das ideias; reminiscência; 1.1.4. Aristóteles: o conceito de filosofia e a concepção de conhecimento; a questão do ser enquanto ser, o conceito de substância. 1.2. Ética e Política: 1.2.1. Platão: a cidade justa; bem, justiça e virtude; 1.2.2. Aristóteles: a concepção política do homem; felicidade e virtude; 1.2.3. Epicuro: felicidade e prazer; 1.3. O Belo e a Arte: 1.3.1. Platão: a relação entre filosofia e arte; 1.3.2. Aristóteles: poética. 2. Filosofia Medieval. 2.1. Ética e Metafísica: 2.1.1. Agostinho: Deus e o problema do Mal; 2.1.2. Tomás de Aquino: as cinco vias da prova da existência de Deus. 3. Filosofia Moderna. 3.1. O problema do conhecimento: 3.1.1. Descartes; dávida metódica e o problema do conhecimento; 3.1.2. Hume: origem das ideias; 3.1.3. Kant: as condições de possibilidade do conhecimento. 3.2. Ética:

3.2.1. Spinoza: servidão e liberdade; 3.2.1. Kant: ação e lei moral: imperativo categórico; 3.3. Política: 3.3.1. Maquiavel: a arte de governar; 3.3.2. Hobbes: condição natural e Estado; 3.3.3. Marx: trabalho, alienação e ideologia; 3.4. Estética: 3.4.1. Kant: juizo de gosto, o belo, a arte e o gênio; 3.4.2. Hegel: filosofia e arte. 4. Filosofia Contemporânea. 4.1. Estética: 4.1.1. Nietzsche: criação artistica; origem da tragédia; 4.1.2. Adorno e Horkheimer: indústria cultural; 4.1.3. Benjamin: a reprodutibilidade técnica. 4.2. Questões contemporâneas em filosofia: 4.2.1. Nietzsche; verdade e intempração, a 4.1.3. Berjalmil, a reprodutionidate tecinica. 4.2. Quessos contemporâneas em filosofia: 4.2.1. Nietzsche: verdade e interpretação; a morte de Deus e a transvaloração dos valores 4.2.2. Heidegger: o problema da verdade; 4.2.3. Sartre: existencialismo e liberdade; 4.2.4. Wittgenstein: jogos de linguagem; 4.2.5. Deleuze: conceito de filosofia; 4.2.6. Foucault: corpo e poder.
SUGESTOES BIBLIOGRAFICAS

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares Nacionais.

DORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. "Indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas". In: Diadicia de Seslarecimento. Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

DUARTE, Rodrigo. O belo autônomo. Belo Horizonte: Autêntica/Crisálida, 2012.

EPICURO. Carta sobre a felicidade (a Meneceu). Tradução Alvaro Lorencini e Enzo del Carratore. São Paulo: Unesp. 2002.

GÓRGIAS. "Elogio de Helena". In: CASSIN, Barbara. O efeito sofistico: sofistica, filosofia, retórica, literatura. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Maria Cristina Franco Ferraz e Paulo Pinheiro. São Paulo, Ed. 34, 2005.

MARÇAL, Jairo (org.). Antologia de textos filosóficos. Curitiba: SEED, 2009. (http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/Filo/cadermos.pedagogicos/caderno_filo.pdf)

vos/File/cadernos_pedagogicos/caderno_filo.pdf)
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofía. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. PROGRAMA DE FRANCÊS

Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

PROGRAMA DE FRANCÊS

1. As relações lógicas no discurso. 2. Coesão e coerência em Francês. 3. Sintaxe e pontuação em Francês. 4. O discurso direto e o discurso indireto. 5.0 ensino do Francês por competências. 6. O emprego das tecnologias na aula de Francês. 7. A morfossintaxe e o funcionamento dos pronomes. 8. Empregos, formas e funcionamento do sintagma verbal. 9. Empregos, formas e funcionamento do sintagma nominal. 10. O ensino-aprendizagem do Francês por meio de atividades lúdicas. 11. Estratégias de ensino-aprendizagem de produção oral em Francês. 12. Estratégias de ensino-aprendizagem de produção oral em Francês. 12. Estratégias de ensino-aprendizagem de produção escrita em Francês. 13. Tipologia de frases: afirmativas, negativas, exclamativas e interrogativas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.
CHARAUDEAU, Patrick. Grammaire du sens et de l'expression. Paris: Hachette, 1992.
CORNAIRE, Claudette et RAYMON, Patricia Mary. La production écrite. Paris: CLE International, 1999.
CUQ, Jean Pierre et GRUCA, Isabelle. Cours de didactique du français langue étrangére et seconde. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2008.

SILVA, Haydée. Le jeu en classe de langue. Paris: CLE

SILVA, Haydée. Le jeu en classe de langue. Paris: CLE International, 2008. LANCIEN, Thierry et DE CARLO, Maddalena. L'intercul-

turel. Paris: CLE International, 1998.

MANGENOT, François et LOUVEAU, Elisabeth. Internet et la classe de langue. Paris: CLE Internaticonal, 2006.

TAGLIANTE, Christine. La classe de langue. Paris: CLE

International, 2006

Dictionnaire Larousse. http://www.larousse.fr/dictionnai-

res/francais

Dictionnaire Le Petit Robert. Paris: le Robert, 2013.

http://www.christianpuren.com/
http://eduscol.education.fr/cid46413/sommaire.html#2
PROGRAMA DE FÍSICA
1.Ferramentas básicas: gráficos e vetores. Grandezas vetoriais e escalares. Operações com vetores. 2.Cinemática: os movimentos e suas grandezas lineares e angulares - posição, velocidade e aceleração. 3.Dinâmica: Leis de Newton e suas implicações. Forças de campo e de contato. Dinâmica do movimento linear e circular. Dinâmica das rotações. 4.Leis de Conservação: Energia, momento linear e momento angular. Trabalho e potência. Sistemas conserlinear e momento angular. Trabalho e potência. Sistemas conservativos e dissipativos. Colisões. Impulso. 5.Estática dos fluidos: massa específica, densidade, peso específico, pressão e empuxo. Teo-remas de Stevin, Pascal e Arquimedes. 6. Dinâmica dos fluidos: vazão, equação da continuidade e Teorema de Bernoulli. 7. Equilibrio: centro de massa, centro de gravidade, estática do ponto mavazão, equação da continuidade e Teorema de Bernoulli. 7. Equilibrio: centro de massa, centro de gravidade, estática do ponto material e do corpo extenso. 8. Gravitação Universal: Aceleração gravitacional. Lei da Gravitação Universal. Leis de Repler. Movimentos
de corpos celestes. Influência na Terra - marés e variações climáticas.
Concepções históricas sobre a origem do universo e sua evolução. 9.
Experimental: Ordem de grandeza. Notação Científica. Sistema Internacional de Unidades. Metodologia de investigação - a procura de
regularidades e de sinais na interpretação física do mundo. Observações e mensurações - representação de grandezas físicas como
grandezas mensuráveis. Análise dimensional. 10. Eletrostática: Carga
elétrica e corrente elétrica. Lei de Coulomb. Campo elétrico e potencial elétrico. Linhas de campo. Superficies equipotenciais. Poder
das pontas. Blindagem. Capacitância. 11. Eletrodinâmica: Capacitores. Efeito Joule. Lei de Ohm. Resistência elétrica e resistividade.
Relações entre grandezas elétricas - tensão, corrente, potência e energia. Circuitos elétricos. Correntes continua e alternada. Medidores
elétricos. Representação gráfica de circuitos. Potência e consumo de
energia em dispositivos elétricos. 12. Magnetismo e eletromagnenétismo: Campo magnético. Imás permanentes. Linhas de campo magnético. Campo magnético terrestre. Força magnética sobre uma carga
em movimento. Movimento de cargas elétricas em campo magnéticos e elétricos. Força em um condutor retilineo em campo magnéticos e elétricos. Força em um condutor retilíneo em campo mag



nético. Indução eletromagnética e fluxo de indução. Transformadores. Lei de Lenz. Lei de Faraday-Neumann. Leis de Maxwell (abordagem conceituai). 13. Optica geométrica, óptica física e ondas: Feixes e frentes de ondas. Reflexão e retração. Lentes e espelhos. Formação de imagens. Instrumentos ópticos simples. Fenômenos ondulatórios. Pulsos e ondas. Petriodo, frequência e ciclo. Propagação de ondas relação entre velocidade, frequência e comprimento de onda. Ondas em diferentes meios de propagação. Movimento harmônico simples. Acústica. Radiações ionizantes. Difração. Polarização. Interferência. 14. Termologia: Conceitos de calor e de temperatura. Escalas termométricas. Transferência de calor e equilibrio térmico. Capacidade calorífica e calor específico. Propagação do calor. Condução do calor. Dilatação térmica. Mudanças de estado físico e calor latente de transformação. Comportamento de gases ideais. Teoria cinética dos gases formação. Comportamento de gases ideais. Teoria cinética dos gases ideais. Máquinas térmicas. Ciclo de Carnot. Leis da Termodinâmica. ideais. Maquinas termicas. Ciclo de Carnot. Leis da Termodiannica. Entropia. 15. Noções de Física Moderna: Modelos atômicos. Efeito fotoelétrico. Dualidade da luz. Relatividade restrita. 16. Evolução dos conceitos da Física. A História e Fílosofia da Ciência no Ensino de Física. 17. Aspectos pedagógicos e legais do Ensino de Física na Escola Básica. SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares Nacionais.
Tópicos de Física. Helou, Gualter e Newton. Volumes 1, 2 e ra Saraiva. 3. Editora

Física Clássica. Sampaio e Calçada. Volumes 1 a 5. Editora

Física: Contexto e Aplicações. Alvarenga e Máximo. Vo-, 2 e 3. Editora Scipione. Fundamentos de Física: Halliday, Resnick e Walker. Volumes

1 a 4. Editora LTC.

Física. Sears e Zemansky. Volumes 1 a 4. Editora: Addison -

Wesley Física Moderna: Experimental e Aplicada. Chesman, André e

Macedo. Editora Livraria da Física

História Ilustrada da Ciência. Volumes I ao IV. Ronan, Colin.

Curso de Física Básica. Moyses Nussenzveig. Volumes 1 a 4. Editora Edgard Blucher Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB - Lei

N- 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio -DCNEM

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio -

PCNEM - PCN e PCN+

PROGRAMA DE GEOGRAFIA

PARTE I - INSTRUMEMTAL TEÓRICO -CONCEITUAL

E METODOLÓGICO

 História do pensamento geográfico e as grandes correntes teóricas da geográfia. 2. Espaço geográfico como produto histórico e social. 3. Conceitos de território, paisagem, região, lugar, rede geo-gráfica e escala geográfica. 4. Fundamentos da cartografia como ins-trumento de representação do espaço geográfico. PARTE II - TEMÁTICAS DA GEOGRAFIA ESCOLAR

PARTE II - TEMATICAS DA GEOGRAFIA ESCOLAR
5. A Natureza, a Sociedade e as Questões Ambientais, 5.1.
Os elementos da natureza em interação: relevo, clima, hidrologia, solos e vegetação na construção das paisagens. 5.2. Estrutura geológica, formação do relevo, aproveitamento econômico e impacto dispirante de la proposição de la p ambientais. 5.3. Hidrografia e a geopolítica da água em diferentes escalas. 5.4. Dinâmicas climáticas, fenômenos e impactos na atmosfera. 5.5. Formação dos solos e paisagens climatobotânicas. 5.6. Dimensões da questão ambiental. 6. Estrutura e dinâmica populacional. 7. Dimensões do Processo de Globalização. 7.1. Territórios e fronteiras no contexto da globalização. 7.2. Globalização e fragmentação: transformações técnicas, econômicas, políticas, sociais e culturais. 8. As Regionalizações do Mundo. 9. A Geopolítica do Mundo Contemporâneo. 10. A Produção do Espaço Geográfico Brasileiro, a Regionalização e o Planejamento Regional no Brasil. 11. A Produção do Espaço Agrário no mundo e no Brasil. 12. A Produção do Espaço Industrial: no mundo e no Brasil. 13. As redes técnicas no mundo e no Brasil. 14. A Produção do Espaço Industrial: no mundo e no Brasil. 15. As redes técnicas no mundo e no Brasil. 19. A Produção do Espaço Urbano no Mundo e no Brasil.

PARTE III - GEOGRAFIA E ENSINO: CURRÍCULO, LIN-

GUAGEM E TECNOLOGIA

15. As dimensões do currículo. 16. Produção acadêmica e produção escolar. 17. Planejamento e avaliação. 18. Novas tecno-

ensino. SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares Nacionais.

AB'SABER, Aziz. Os domínios da natureza no Brasil. São Ateliê editorial, 2003. Paulo: Atelié

ALMEIDA, Rosângela, Doin de. Novos rumos da cartografía currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto,

AZEVEDO, D. & MORAES, M. A. Ensino de Geografía: temas para a geografía escolar Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2014

quencia, 2014. CAPEL, Horacio. Filosofia e Ciência na Geografia Con-temporânea. Uma Introdução à Geografia. Maringá, PR: Eduem, 2ª 2008

CARLOS, Ana F. A. et al. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto,

CASTRO, I. E; GOMES, P.C. da C . & CORREA, R. L. Geografia Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand,

CAVALCANTI, L. de S. Geografia, escola e construção de conhecime os. Campinas: Papirus, 2010

CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. (org.) A Questão Ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Diário Oficial da União - Seção 3

GOMES, P. C. da C. Geografia e Modernidade Rio de Ja-neiro: Bertrand Brasil, 1996. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (org.) Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,

HAESBAERT, R. Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

HARVEY, D. Condição Pós Moderna. São Paulo: Edições

LOYOL, 194X E., D. CONDIGAO POS MODERNA. SAO PAUIO: EDIÇÕES LOYOL, 1994. LACOSTE, Yves. A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas SP. Papirus, 1989. PONTUSCHKA, N. N., PAGANELLI, T. I. & CACETE, N. H. Para ensinar e apreender Geografia. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EdUSP 2004. 4ª Ed.
SANTOS, Renato E. dos (Org.) Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte:

Autêntica, 2007.

SOUZA, M. L de Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa
Sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Socio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TEIXEIRA, Wilson et al. (Org.). Decifrando a Terra. São
Paulo: Oficina de Textos, 2000.

TONINI, I. M. GOULART, L. B., MARTINS, R. E., CASTROGIOVANNI A. C., E KAERCHER, N. A. (orgs) O Ensino da
Geografia e suas Composições curriculares. Porto Alegre: UFRGS,
2011.

VESENTINI, José W. Novas geopolíticas. São Paulo: Con-

Obras de referência:

BRASIL Guia do Programa Nacional do Livro Didático
(PNLD). Ministério da Educação - últimas edições.

Atlas Nacional do Brasil Milton Santos/IBGE. Rio de Ja-

neiro: IBGE

neiro: IBGE, 2010.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Fundamental e Médio: ciências humanas e suas tecnologias. Brasilia: MEC - Conselho Nacional de Educação 1999.

Periódicos on-line:

Revista Brasileira de Educação em Geografia - UNICAMP - disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo.

Revista Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II Disponível em: http://www.rp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUN-DO

PROGRAMA DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE HISTÓRIA

1. Introdução ao Estudo da História: Teoria, epistemologia e istoriografia. 2. Antigüidade Clássica. 3.0 mundo medieval ocidental. 4. A construção e afirmação da modernidade européia. 5. A Formação do Império Português. 6.América prê-colombiana e colonização hispânica na América. 7.05 movimentos de Independência e as releituras do ideário liberal na América. 8.A afirmação e internacionalização da ordem capitalista e burguesa. 9. Processos históricos dos séculos XX e XXI: críticas, contestações e alternativas. 10.Brasil: 10.1.Formação e organização da América Portuguesa; 10.2. Vertentes e movimentos de Independência; 10.3. Construção, consolidação e crise do Estado Monárquico; 10.4.Projetos e perspectivas de República e de Brasil.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.

ANDERSON, Perry. Passagens da antigüidade ao feudalismo. Trad. Telma Costa. 2 ed. Porto: Afrontamento, 1982.

ARIES, Phillippe e DUBY, Georges. História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1990/1992, 5 v.

AZEVEDO, Cecilia e RAMINELLI, Ronald. História da América - novas perspectivas. Rio de Janeiro: FGV. 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VANIPAS, Ronaldo (Orgs.).

os da história - ensaios de teoria e metodologia. Rio de Ja-Campus, 1997.

neiro: Campus, 1997.
CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.).
Novos dominios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
DEYON, Pierre. O mercantilismo. 4 ed. Trad. Teresa Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, v. 1, 2004.
DUBY, Georges. Idade Média - idade dos homens; do amor e outros ensaios. Trad. Jónatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
FERREIRA, Jorge & ALMEIDA, Lucília (Orgs.). O Brasil republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 4 v.
& REIS, Daniel Aarão (org.). A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____ & REIS, Daniel Aarão (org.). Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

2007.

& REIS, Daniel Aarão (org.). Revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

&GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). Na trama das redes - política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HELLER, Agnes. O homem do Renascimento. Trad. Conceição Jardim &Eduardo Nogueira, Lisboa: Ed. Presença, s/d.

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula - visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções (1789-1848). Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira & Marcos Penchel. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

A era do capital (1848 - 1875). Trad. Luciano Costa Neto. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. A era dos impérios (1875-1914). Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira & Marcos Penchel. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra 2009.

. A era dos extremos - o breve século XX (1914 - 1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995 LINHARES, Maria Yeda (Org). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MOORE JR, Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOTA, Carlos Guilherme. 1822 - dimensões. 1 ed. São

Paulo: Perspectiva, 1972. Arios Guinierme. 1822 - almensoes. 1 ed. Sao Paulo: Perspectiva, 1972. REIS FILHO, Daniel Aarão e outros. O século XX. São Paulo: Civilização Brasileira, 1 ed., 2000, 3 v. VIDAL-NAQUET, Pierre. Os gregos, os historiadores, a democracia - o grande desvio. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WASSERMAN, Claudia (coord). História da América La-tina: cinco séculos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996. Publicações Oficiais

Publicações Oficiais
BRASIL MEC / CNE. Atos normativos do Conselho Nacional de Educação relacionados às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação, em todos os níveis e modalidades de ensino. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?lte-mid=866&id=12767&option=com content&view=article
BRASIL. MEC / CNE. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livrofl.pdf
BRASIL. MEC / CNE. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Medio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12598% 3Apublicacoes<emid=859
PROGRAMA DE INFORMATICA EDUCATIVA

PROGRAMA DE INFORMÁTICA EDUCATIVA

PROGRAMA DE INFORMÁTICA EDUCATIVA

1. Conceitos básicos de Informática 1.1. Software. Sistemas operacionais. Softwares utilitários (antivirus, segurança na rede, backup e antispam). Softwares aplicativos (editores de texto, planilhas eletrônicas, banco de dados, editores de apresentação, geradores de páginas para internet e editores de imagem). 1.2. Hardware. Identificação e função dos componentes de um computador. Dispositivos de entrada. Dispositivos de saída. Dispositivos de armazenamento. 1.3. Internet. Histórico, funcionamento e serviços (WEB, correio eletrônico, bate-papo, fóruns e ferramentas de busca). 2. Políticas Públicas e Informática Educativa no Brasil 2.1. Histórico da Informática Educativa no Brasil 2.2. Legislação educacional brasileira. O enfoque do uso das tecnologias de informação e comusileira. O enfoque do uso das tecnologias de informação e comu-nicação nos currículos dos Ensinos Fundamental e Médio presentes na legislação educacional brasileira: Lei nº 9394/96, Decreto nº sileira. O enfoque do uso das tecnologias de informação e comunicação nos curriculos dos Ensinos Fundamental e Médio presentes na legislação educacional brasileira: Lei nº 9394/96, Decreto nº 5622/05, Parâmetros Curricultares Nacionais e Direttizes Curricultares 2.3. Programas e projetos federais de incorporação das TICs à Educação. Definições, objetivos, estruturas e formas de atuação dos programas e projetos 2.4 Programas e projetos caderais de capacitação docente para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas à Educação. Definições, objetivos, estruturas e formas de atuação dos programas e projetos 3. Informática, Educação e Sociedade 3.1. Implicações econômicas, políticas e culturais das tecnologias digitais. Contexto sociotécnico. Globalização, Capitalismo. Novas configurações sociais. Sociedade da Informação e do conhecimento. Sociedade do Espetáculo. Sociedade do Consumo. Democratização e inclusão digital 3.2. Cibercultura e Educação. Conceituação A relação entre cibercultura, ciberspaço e educação. Hipertexto e hipermídia. WEB 2.0 - interfaces/ferramentas, recursos e aplicações. Interatividade. A cibercultura e a formação da inteligência coletiva: as mutações no fenômeno cultural, no conhecimento e na educação. Tecnologia intelectual. Transitoriedade do conhecimento. Novas formas de autoria. Mobilidade e conectividade. A Ensino e aprendizagem mediados pelas novas tecnologias. 4.1. A organização do currículo por projetos de trabalho. Fundamentos e principios norteadores para elaboração de projetos educacionais presenciais e a distância. Pesquisa e tratamento de informações. Expressão do conhecimento construído através de múltiplas linguagens e/ou de diferentes mídias. Trabalho cooperativo/colaborativo. Mediação docente. Interdisciplinaridade. 4.2. Uso de softwares, ambientes imersivos e redes sociais na Educação. Ambientes exploratórios de aprendizagem. Software educativo: finalidade e taxonomia. Chipictos de aprandizagem. Software educativo: finalidade e taxonomia cambientes de modelag Critérios de avaliação de software educativo e seu uso em sala de aula. 4.3. Comunicação alternativa e tecnologias assistivas baseadas nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Recursos, técnas Tecnologias de Înformação e Comunicação (TIC). Recursos, técnicas e estratégias para comunicação alternativa baseadas nas TICs. Acessibilidade no sistema operacional Windows. Softwares instrumentais: DOSVOX, WINVOX, JAWS, MOTRIX, HOLOS. Alternativas em hardware (teclado expandido, teclado em Braille, mouse adaptado e tela sensível ao toque). Acessibilidade para dispositivos móveis. Acessibilidade em arquivos multimidia. Legislação Específica (Lei nº 10 098/2 000 e Decreto nº 5 296/2004). 4.4. Educação a distância. Histórico, características, definições e regulamentações. Estrutura e funcionamento da EAD no Brasil. Fundamentos epistemológicos. Processo de construção do conhecimento. Papéis e atores. Formação docente. Ambientes virtuais de aprendizagem. Colaboração, cooperação e interação como elementos estruturantes do ensino e da aprendizagem. Planejamento e construção de modelos para Eduda aprendizagem. Planejamento e construção de modelos para Edu-cação a Distância. Perspectivas atuais.



4.5. Mídias e educação. Histórico, situação atual e perspectivas. Produção de diferentes mídias utilizando os recursos digitais. Animação e cinema. Fotografia e fotomontagem digital. Histórias em quadrinhos. Rádio e Podcast. SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ISSN 1677-7069

Diretrizes Curriculares Nacionais

Direttizes Curriculares Nacionais.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; MORAN, José Manuel (orgs). Integração das Tecnologias na Educação. Série Salto para o Futuro Brasilia: SEED/MEC, 2005. Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/images/stories/publicacocs/salto_para_o_futuro/livro_salto_tecnologias.pdf. Acesso em: 220/5/013.

ANTOUN, Henrique (org.). Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

BELLONI, Maria Luiza, Criancas e Mídias no Brasil: ce-

BELLUNI, Maria Luiza. Crianças e Midias no Brasil: ce-nários de mudança. Campinas: Papirus, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação/SEED. Mídias na Edu-cação. Disponível em: http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/#.

Acesso em: 22/05/2013.

CAMPOS, F. C. A; COSTA, R. M. E; SANTOS, N. Fun-damentos da educação a distância, mídias e ambientes virtuais. Juiz

damentos da educação a distância, mídias e ambientes virtuais. Juiz de Fora: Editar, 2007.

DEMO, Pedro. Educação hoje: novas tecnologias, pressões e oportunidades. São Paulo: Atlas, 2009.

GIROTO, Claudia.Regina Mosca; Poker, Rosimar Bortolini; Omote, Sadao.(org.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marilia: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/as-tecnologias-nas-praticas e-book.pdf. Acesso em: 22/05/2013.

HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KEARSLEY, Greg. Educação on-line: aprendendo e ensinado. São Paulo: Cenagae Learning, 2011.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2003.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcelo (orgs.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita (orgs.). Informa-MACIEL, Maria Lucia; ALBAGIL, Sarita (orgs.). Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social. Brasilia: IBICT, UNESCO, 2007.

Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MATTAR, João. Games em educação: como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

PALOFF, Rena; PRATT, Keith. Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PRENSKY, Marc. "Não atrapalhe, mãe - eu estou aprendend!": como os videogames estão nerenaradno nossos filhos para o

endo!": como os videogames estão preparando nossos filhos para o sucesso no século XXI - e como você pode ajudar! São Paulo, Phorte,

2010.

SANTAELLA, Lúcia. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2009.

TEDESCO, Juan Carlos (org.). Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza. Brasília: UNESCO, 2004.

VALENTE, Carlos; MATTAR, João. Second Life e Web 2.0 na educação: o potencial revolucionário das novas tecnologias. São Paulo: Novatec, 2007.

VILLARDI, Raquel; OLIVEIRA, Eloiza Gomes. Tecnologia na Educação: uma perspectiva sócio-interacionista. Rio de Janeiro: Dunva. 2005.

Dunya, 2005.

VILLARDI, Raquel; OLIVEIRA, Eloiza Gomes. Tecnologia na Educação: uma perspectiva sócio-interacionista. Rio de Janeiro: Dunya, 2005.

Documentos legais
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - versão atualizada
Atos normativos do Conselho Nacional de Educação relacionados às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação, considerando so níveis e modalidades de ensino e referentes à área de atuação/conhecimento do candidato.

PROGRAMA DE INGLÉS
1. The English language structure: form, meaning and use. 1.1. Morphology. 1.2. Syntax. 1.3. Semantics. 1.4. Pragmatics. 2. The English language in communicative contexts. 2.1. Cohesion. 2.2. Coherence. 2.3. Reference. 2.4. Substitution. 2.5. Ellipsis. 3. The English language in communicative contexts. 2.1. Cohesion. 2.2. Genres. 4. The English language teaching/learning. 4.1 Approaches and methods in the teaching of English as a Foreign Language; 4.1.1 SLA - Second Language Acquisition; 4.1.2 ESP - English for Specific Purposes, 4.1.3 The Social Interaction Approach. 4.2 The role of the English teacher: 4.2.1 The teacher as a reflective practitioner; 4.2.2 The inclusive teacher. 4.2.3 The teacher as a researcher. 4.3 Material development and evaluation. 4.4 Inter/transdisciplinarity. 4.5 The insertion of the New Technologies of Information and Communication (NTICs) in the teaching of English as a Foreign Language. 4.6 Assessment. 5. Relevant Issues in Applied Linguistics. 5.1 Language and social identities. 5.2 Linguistic identity and globalization. 5.3 Multiculturalism. 5.4 Social inclusion.

SUGESTÓES BIBLIOGRÁFICAS
ANDRÉ, M. (org.) OPapel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores. 2 ed. Campinas: Papirus, 2002.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1929/1997.

CARTER, R.; McCARTHY, M. Cambridge Grammarof English: a Comprehensive Guide. Singapore: Green Giant Press, 2007.

CELANI, M. A. A.; DEYES, A. F.; HOLMES, J. L.; SCOTT, CELANI, M. A. A.; DEYES, A. F.; HOLMES, J.

CORACINI, M. J. R. F. (org.) O Jogo Discursivo da Sala de Aula de Leitura: Lingua Materna e Lingua Estrangeira. 2a ed. Cam-pinas: Pontes, 2002. FREIRE, M. M.; ABRAHÃO, M.H.V.; BARCELOS, A.M.F.

stica aplicada e contemporaneidade. São Paulo: Pontes Edi-

FAIRCLOUGH, N. Discourse and social change. Cambridge:

FAIRCLEOCH, N. E. L. Polity Press, 1992.

Polity Press, 1992.

KLEIMAN, A. B. (Org.). Os significados do letramento.

Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LIBERALLI, F. O professor reflexivo. Belo Horizonte: Re
LIBERALLI, F. O professor reflexivo. Belo Horizonte: Re
LIBERALLI, F. O professor reflexivo.

vista Brasileira de Lingüística Aplicada, 2005.
LIGHTBROWN, P. M.; SPADA, N. How Languages are learned. 3rd. edition. Oxford: Oxford University Press, 2006.

learned. 3rd. edition. Oxford: Oxford University Press, 2006."
MARCUSCHI, L. A.; XAVIER.A.C. Hipertexto e Géneros
Digitais.V edição. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
MOITA-LOPES, L. P. Identidades fragmentadas sexualidade
na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
MOITA-LOPES, L. P. (org.). Por uma lingüística aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
PENNYCOOK, A. Criticai Applied Linguistics: a criticai
introduction. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001.
QUIRK, R. et ai. A Comprehensive Grammar of the English
Language. London: Longman, 1985.
ROJO, R. H. R. (Org.)Aprática de linguagem em sala de
aula: praticando os PCNs. Campinas: Mercado de Letras/Educ,
2000.

SIGNORINI, I. (org). Lingua(gem) e identidade: elementos na discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Le-

tras, 1998.

SZUNDY, P.T.C. et ai (orgsj. Lingüística aplicada e sociedade: ensino e aprendizagem de linguas no contexto brasileiro. Campinas: Pontes Editores, 2011.

VIGOTSKI, L. S. Pensamento e Linguagem. Rio de Janeiro:

VIGOTSKI, L. S. Pensamento e Linguagem. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

ZILBERMAN. R. &SILVA. ET. (orgs.). Leitura. Perspectivas Interdisciplinares. São Paulo: Ática, 2002.

Documentos legais

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - versão atualizada

Atos normativos do Conselho Nacional de Educação relacionados às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação relacionados às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação, considerando os níveis e modalidades de ensino e referentes à área de atuação/conhecimento do candidato

PROGRAMA DE MATEMÁTICA

1. Lógica e Teoria dos Conjuntos. 2. Estruturas Algébricas dos Conjuntos Numéricos e suas Propriedades. 3. Naturais, Inteiros, Racionais, Reais e Complexos; Princípio da Indução Finita. 4.Relações de 5. Equivalência e de Ordem, Aritmética dos Inteiros; Congruências. 6. Estudo Geral das Funções Reais; Inequações. 7.Polinômios e Equações Algébricas. 8. Cálculo Diferencial e Integral de
Funções Reais de uma Variável Real. 9. Sequências Numéricas.

10. Matemática Financeira. 11. Análise Combinatória e Binômio de
Newton. 12. Probabilidades. 13. Estatística Descritiva. 14. Matrizes,
Determinantes e Sistemas Lineares. 15. Transformações Lineares e
Vetores no R. 2 e no R.3. 16. Geometria Euclidiana Plana 17. Geometria
Euclidiana Espacial. 18. Trigonometria Plana. 19. Geometria Análtica
Para de Rational de Parinetros Curriculares. Nacionais de Regiona. Euclidiana Espacial. 18 Trigonometria Plana. 19 Geometria Analítica em R2 e em R3. 20 Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. 11 Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio para a Disciplina de Matemática.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares Nacionais.
IEZZI, G., MURAKAMI, C., Conjuntos/Funções. Vol. 1.
MURAKAMI, C., DOLCE, O., IEZZI, G., Logaritmos. Vol.

IEZZI, G., Trigonometria. Vol. 3. HAZZAN, S., IEZZI G., ias/Matrizes/Determinantes/Sistemas. Vol. 4. HAZZAN, S. Combinatória / Probabilidades. Vol. 5. IEZZI, G. Complexos / Polinômios / Equações. Vol. 6. IEZZI, G., Geometria Analítica. Vol.7. IEZZI, G., MURAKAMI C., MACHADO, NILSON J. Lierivadas / Integrais Vol. 8.

mites/Derivadas /Integrais. Vol. 8.
DOLCE, O., POMPEO, NICOLAU, J., Geometria Plana. Vol.

DOLCE, O., POMPEO, NICOLAU, J., Geometria Espacial.

Vol. 10.

IEZZI, G. HAZZAN, S., DEGENSZAJN, D., Matemática Comercial, Matemática Financeira, Estatística Descritiva Vol. 11.

César, Benjamin, Matemática Financeira, teoria e 700 questões, Rio de Janeiro, Editora Impetus, 2004.

Morgado, Augusto C.; Wagner, Eduardo; Zani, Sheila C.; Progressões e Matemática Financeira, SBM, Rio de Janeiro, 1993.

Stewart, James. Cálculo. Vol.1, São Paulo Pioneira Thompson Learning, 2002. Stewart, Ja

Stewart, James. Cálculo. Vol.1, São Paulo Pioneira Thompson Learning, 2002.
Julianelli, Roberto, J., Cálculo Vetorial e Geometria Analítica, Ed. Ciência Moderna, 2008.
Alencar, Filho, E., Iniciação à Lógica Matemática, São Paulo, Ed. Nobel, 2002.
Machado, Santos, A., Álgebra Linear e Geometria Analítica, 2, Ed. São Paulo, 2012.
Domingues. H., Iezzi G., Álgebra Moderna, São Paulo, Ed. Atual, 2003.

Atual, 2003.

PROGRAMA DE PORTUGUÊS

1 - LÍNGUA PORTUGUESA

1 - Planos e níveis da linguagem: 1.1. Plano universal; 1.2.

Plano histórico; 1.3. Plano individual; 2. Conhecimento e uso da lingua: 2.1. Saber léxico-gramatical; 2.2. Saber pragmático-textual; 2.3. Saber linguistico-interacional; 3. Concepções de linguagem e consequências pedagógicas: 3.1. Linguagem como expressão do pensamento; 3.2. Linguagem como instrumento de comunicação; 3.3

Linguagem como interação social; 4. Tipos de gramática e ensino de língua: 4.1. Gramática normativa; 4.2. Gramática descritiva; 4.3. Gramática felexiva; 4.4. Gramática do uso, 5. Unidade e variedade na língua: 5.1. O uso padrão; 5.2. As várias normas e a variedade na fala e na escrita: 5.4.1. Presença da oralidade e da escrita na sociedade; 5.4.2. Oralidade versus letramento; 5.4.3. Sistematização da modalidade escrita; 6. Texto e discurso: 6.1. Condições de produção textual. 6.2. Coesão textual: 6.2.1. Mecanismos de referenciação; 6.2.2. Mecanismos de sequenciação; 6.2.3. Problemas típicos de textos escolares. 6.3. Coerência textual: 6.3.1. Conceito; 6.3.2. Coerência e gênero discursivo; 6.3.3. Aspectos determinantes da coerência; 6.3.4. Fatores de coerência: 6.4. Concordância nominal e verbal. 6.5. Regência nominal e verbal. 6.6. Colocação pronominal. 7. Gêneros não literários. 7.3. Gêneros como práticas histórico-sociais, 7.4. Gêneros e domínios discursivos. 7.5. Intertextualidade: polifonia e dialogismo. 7.6. Paráfrase e paródia. 7.7. Textos e funções da linguagem: 7.7.1. A teoria de Jakobson; 7.7.2. Função ideacional; 7.7.3. Função interpessoal; 7.7.4. Função textual 8. Fonemas do Português; 8.1. Vogais e consoantes; 8.2. Recursos linguisticos de natureza fonedigica. 9. Morfemas do português. 9.1. Segmentação morfemática; 9.2. Alomorfes e morfema zero; 9.3. Classificação dos morfemas. 10. Formação de palavras: 10.1. Derivação e composição; 10.2. Constituintes imediatos; 10.3. Função sitáticas; escalidades escumines de sucursiva e os processos de formação. 11. Classes de palavras e funções sináticas: tituintes imediatos; 10.3. Função sintática, semântica e discursiva e os processos de formação. 11. Classes de palavras e funções sintáticas: 11.1. Classes de palavras: funções comunicativas e efeitos discursivos; 11.2. Classes de palavras e paradigmas morfológicos; 11.3. Classes de palavras e paradigmas morfológicos; 11.3. Classes de palavras e modalizações enunciativas. 12. Subordinação e coordenação: 12.1. Relações discursivo-argumentativas; 12.1.Relações discursivo-argumentativas; 12.1.Relações discursivo e estilo; 13.2. A significação das palavras: 13.2.1. Gênero discursivo e estilo; 13.2. A significação das palavras: 13.2.1. Campos semânticos; 13.2.2. Polissemia/homonimia; 13.2.3. Hiponimia/hiperonimia; 13.3. Estilística do enunciação; 13.6. Estilística do enunciação; 13.5. Denotação e conotação; 13.6. Estilística fonomorfossintática.

enunciação; 13.5. Isanistad de cuncidad, 15.1. Estilistica fonomorfossintática.

II - LITERATURA

1. Especificidades do discurso literário: 1.1. Literatura como
linguagem autorreferencial; 1.2. Literatura como elaboração estética
de visões de mundo; 1.3. Literatura como patrimônio representativo
da cultura de um povo; 2. Concepção e problematização dos gêneros
iterários: 2.1. Clássicos; 2.2. Modernos; 3. Formação da tradição
literária: processos de canonização dos clássicos: 3.1. Fatores que
subjazem à seleção de obras e autores(as); 3.2. Instâncias que referendam a inclusão e a exclusão no cânone; 4. História e crítica da
literatura brasileira: 4.1. Periodização literária no Brasil; 4.2. Traços
de renovação e permanência na literatura brasileira. 5. Literatura
infantil e juvenil: 5.1. A formação do leitor; 5.2. O papel da escola no
desenvolvimento do gosto estético. 6. Diálogo com a literatura porinfantil e juvenil: 5.1. A formação do leitor; 5.2. O papel da escola no desenvolvimento do gosto estético. 6. Diálogo com a literatura portuguesa: rupturas e permanências: 6.1. A tradição medieval; 6.2. A tradição classico-humanista; 6.3. A tradição nomântica; 6.4. A tradição nomântismo; 7.0. Stradição noderma. 7.0. Construção da identidade literária nacional: 7.1. Dos primeiros cronistas ao Barroco; 7.2. Arcadismo e Pré-Romantismo; 7.3. Romantismo; 7.4. Realismo e Naturalismo; 7.5. Parmasianismo; 7.6. Simbolismo; 7.7. Pré-Modernismo; 7.8. Modernismo; 7.9. Tendências contemporâneas; 8. A lírica possia contemporânea; 9. O Romance brasileiro. 9.1. Produção romântica; 9.2. Produção realista e naturalista; 9.3. Produção pré-modernista; 9.4. Produção modernista; 9.5. Produção producărios de contemporânea; 9.4. Produção modernista; 9.5. Produção pré-modernista; 9.4. Produção modernista; 9.5. Produção producar contemporânea; 9.4. Produção modernista; 9.5. Produção prémodernista; 9.4. Produção modernista; 9.5. Produção contempea.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares Nacionais.
AGUIAR e SILVA, Vitor Manuel. Teoria da literatura
· Almedina 1986 .: Almedina,1986. ARISTÓTELES. A Poética Clássica. São Paulo: Cultrix,

AUERBACH, Erich. Introdução aos estudos literários. São

AUERBACH, EIGH. MARCH, EIGH. MA

Zahar, 1990.

Zahar, 1990.

BAGNO, M. (org). Língua materna: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006

Questões de Literatura e de Estética. São

. Questões de Literatura e de Estética. São Paulo: Editora Unesp, 1993. BARTHES, Roland. Elementos de Semiologia. São Paulo: Cultriz,1998.

. O prazer do texto. São Paulo: Perspectiva,

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna 2000

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas: magia e técnica, arte a. São Paulo: Brasiliense. 1985. e política

e política. São Paulo: Brasiliense, 1985. BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. São Paulo: Cultrix, 1994. BRASIL. Orientações curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasilia: MEC/SEB, 2006. BRASIL. Parâmetro Curriculares Nacionais: terceiro e quar-

to ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CÂMARA, Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portugue-

. Problemas de linguística descritiva. Petró-

. Formação da Literatura Brasileira. v. 1 e 2,

e outros. A personagem de ficção. São Paulo:

BRONCKART, Jean-Paul. Atividades de linguagem, te

discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC.

CAMPOS, Augusto de; PIGNATARI, Décio e CAMPOS, Haroldo de. Teoria da poesia concreta. São Paulo: Brasiliense,

CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Educação pela noite. São Paulo: Ática,

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de ição. São Paulo: Contexto, 2008. Porto Alegre: Globo,

CHKLOVSKI, V et al. Teoria da literatura: formalistas rus-

CHKLOVSKI, V et al. 10018 da incratura. Iorinalistas 163-sos. Potro Alegris Globo, 1978.

COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise e didática. São Paulo: Moderna, 2000.

COSERIU, Eugenio. Teoria da linguagem e linguistica geral. Rio de Janeiro: Presença/São Paulo; São Paulo: USP, 1979.

COUTINHO, Afrânio. Introdução à Literatura no Brasil. Rio

COUTINHO, Afrânio. Introdução à Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIONÍSIO, Ângela; MACHADO, Anna Rachel et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

ECO, Umberto. Obra Aberta. São Paulo: Perspectiva,1969.

FILHO, Domício Proença. Estilos de época na literatura. São Paulo: Ática. 2001

FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São

GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. Rio de

FGV, 2006. GERALDI, João Wanderley. Portos de passagem. São Paulo:

Martins Fontes, 1997.
HAUSER, Arnold. História social da literatura e da arte. São Paulo: Mestre Jou: 1972.
ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente: a língua que estudamos; a língua que falamos. São Paulo: Contexto,

lo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore V; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 2001.

LAFETÁ, João Luiz. 1930: a crítica e o modernismo. São Paulo: Editora 34, 2000.

A dimenção do poito. São Paulo: Description de partir são de paulo: Editora 34, 2000.

. A dimensão da noite. Sao Paulo: Duas cidades/Ed. 34, 2004.

LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Ática,1999.

LIMA, Luiz Costa (org.). A literatura e o leitor: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOPES, O. e SARAIVA, A.J. História da literatura portuguesa. Porto: Porto Editora, 1976.

MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MARQUES, Maria Helena Duarte. Iniciação à semântica. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira. São Paulo: Cultrix, 1976-79.

MEURER, José Luiz e MOTTA-ROTH, Desirée (orgs). Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem. São Paulo: EDUSC; 2002.

MERQUIOR, José Guilherme. De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio ED., 1977.

MOISÉS, Massaud. Presença da Literatura Portuguesa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
MONTEIRO, José Lemos. Morfologia portuguesa. São Pau-

JOBIM, José Luis (org.) Introdução ao Romantismo. Rio de EDUERJ, 1999. KOCH, Ingedore V. A coesão textual. São Paulo: Contexto,

_. Argumentação e linguagem. São Paulo: Cor-

__. O texto e a construção de sentidos. São Pau-

_. A dimensão da noite. São Paulo: Duas

. Para entender o texto. São Paulo: Ática.

1999

Petrópolis: Vozes, 1989

Perspectiva, 2009 (Debates, 1)

Paulo: Contexto, 1999.

2000

Janeiro: FGV

Cultrix, 1970

1992

tez, 1993

lo: Contexto, 2003.

cidades/Ed. 34, 2004.

lo: Pontes, 2002.

organização.

polis: Vozes, 1988.

Diário Oficial da União - Seção 3

PERINI, Mário. A lingua do Brasil amanhã e outros mis-térios. São Paulo: Parábola, 2004.

Gramática descritiva do português. São Paulo: Acion. 1006.

lo: Ática, 1996.
ROCCO, Maria Thereza Fraga. Literatura/Ensino: uma problemática. São Paulo: Ática, 1981.
SANTARELLA, Lúcia. O que é Semiótica. São Paulo: Bra-

siliense, 1983 SANTIAGO, Silviano, Nas Malhas da Letra, Rio de Janeiro:

Rocco 2002 . Uma literatura nos trópicos. Rio de Ja-

neiro: Rocco, 2000.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim et al. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária

e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1997.

Ciudes, 1997.

. Um mestre na periferia do capitalismo.
São Paulo: Duas cidades/Ed. 34, 2000 (Coleção Espírito crítico)
SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros.
Belo horizonte: Autêntica Editora, 2009.
SODRÉ, Nelson Werneck. História da Literatura Brasileira.
Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
STAIGER, Emil. Conceitos fundamentais de poética. Rio de
Janeiro: Tempo brasileiro, 1975.
TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1997.
TRAVAGLIA, L. C. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.
UCHÔA Carlos Edurada Eldas

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. O ensino da gramática: caminhos e descaminhos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
ULLMAN, Stephen. Semântica: uma introdução à ciência do significado. Lisboa : Calouste Gulbenkian, 1967.
WELLEK, René. e WARREN, Austin. Teoria da Literatura e

metodologia dos estudos literários. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

PROGRAMA DE OLÍMICA

PROGIRAMA DE QUIMICA

1. Evolução do conecito de átomo. Estrutura atômica. Princípios da Mecânica Quântica. Tabela de Classificação Periódica dos Elementos. 2. Ligações Químicas. Teoria dos Orbitais Moleculares. Teoria do Campo Ligante e do Campo Cristalino. Formação de complexos. 3. Funções da Química Inorgânica. Teorias Ácido - Base. Reaplexos. 3.Funções da Quimica Inorgânica. Ieorias Acido - Base. Rea-ções Químicas. Cálculos Químicos. 4.Soluções e Solubilidade. Uni-dades de Concentração. Propriedades Coligativas. Sistemas Coloidais. 5. Cinética e Equilibrio Químico. 6.Eletroquimica e Corrosão. 7 Prin-cípios da Termodinâmica. Energia Interna. Energia Livre. Entalpia e Entropia. 8. Cinética das emissões radioativas. Reações Nucleares. 9. Compostos Orgânicos: Geometria Molecular. Isomeria Plana e Es-pacial. Estereoquímica. Efeitos Eletrônicos. Propriedades Físicas e Químicas. Processos de Obtenção. Acidez e Basicidade. Análise Qua-litativa. 10.Mecanismo das reações orgânicas. 11. Polimeros naturais e sintéticos. 12. Processos ladustriais Inoradines: Áqua. Cloro. Sos Itativa. 10.Mecamismo das reações orgânicas. 11.Polimeros naturais e sintéticos. 12. Processos Industriais Inorgânicos: Água, Cloro, Soda Câustica, Barilha, Ácido Cloridrico, Ácido Sulfúrico, Ácido Nítrico, Fósforo e seus compostos, Siderurgia, Metalurgia, Materiais de construção e Produtos Cerâmicos. 13.Processos Industriais Orgânicos: Acetileno, Etanol, Álcoois Superiores, Oleos e Gorduras, Sabões e detergentes, Cera, Celulose e Papel, Fermentação e Carvão, Petróleo e Derivados. 14.Poluição Ambiental: Atmosférica, Hidrica e dos Solos. 15.Química do Cotidiano.
SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS
Ditetrizes Curriculares Naçonais

Diretrizes Curriculares Nacionais. ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de química: questionando vida moderna e o meio ambiente. 3a ed. Porto Alegre: Bookman,

BAIRD, Colin. Química ambiental. Trad. Recio, M.A.L e Carrera, L.C.M; supervisão técnica: Grassi, M.T. 2a. edição. Porto Alegre: Bookmann, 2002.
BRADY, James E., HUMISTON, Gerard E. Química geral: 2. ed.; Rio de Janeiro; LTC; 2008.
BROWN, T. L. Química: a ciência central. 9a ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
CASTELLAN. G. W. Eundamentos de Físico Ouímica, la

W. Fundamentos de Físico Química. 1a

Pearson Prentice Hail, 2007.

CASTELLAN, G. W. Fundamentos de Físico Química. 1a ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1986.

CHANG, R. Química geral: conceitos essenciais. 4a ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

FELTRE, Ricardo. Química: vol. 1,2e3. 7a. ed. São Paulo: McGraw-Hill.

FELTRE, Ricardo, Quimica: voi. 1,2e5. /a. eu. Sau rauso. Moderna, 2008.

KOTZ, J. C. TREICHEL, P. M. WEAVER, G. C. Química Geral e Reações Químicas. São Paulo: Cengage Leaming, 2009.

MAIA, D. J.; BIANCHI, J. C. de A. Química geral: fundamentos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. Química na abordagem do cotidiano, vol. 1, 2 e 3, 4a ed., São Paulo: Moderna, 2006.

QNESC. Cadernos temáticos da revista Química Nova na Escola. Caderno Temático 1 - Química Ambiental; Caderno Temático 2 - Novos Materiais; Caderno Temático 3 "Química de Fărmacos; Caderno Temático 5 - Química, Vida e Ambiente; Caderno Temático 7 - Representação Estruturalem Química. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/cadernos. http://qnesc.sbq.org.br/online/cadernos.

RUSSEL, J. B. Química Geral V. 1 e V.2. 2a ed. São Paulo

PROGRAMA DE SOCIOLOGIA

1. Aspectos pedagógicos e legais do ensino de Sociologia na educação básica. 2. Campo e cidade: desenvolvimento, modelos e conflitos. 3. Conflitos, mudanças e movimentos sociais. 4. Culturas, prácticas e representações. 5. Política, poder, Estado e direitos humanos. 6. Estratificação e desigualdades sociais. 7. Gênero, sexualidade e iden-6. Estrattricação e desigualdades sociais. A Genero, sexualidade e iden-tidades. 8. Globalização, integração e nova ordem mundial. 9. Ideo-logia e indústria cultural. 10. Indivíduo e sociedade nas sociologias clássica e contemporânea. 11 Juventudes, alienação e cidadania. 12. Raça, etnia e multiculturalismo. 13. Sociologia como ciência da sociedade. 14. Tecnologias da informação, comunicação e cibercul-tura. 15. Trabalho e sociedade.

tura. 15.Trabalho e sociedade.
SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS
Diretrizes Curriculares Nacionais.
ALLIER, J. A. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.
ALMEIDA, Heloisa Buarque de e SZWAKO José Eduardo

(orgs). Diferenças, igualdade.

ALVES, Giovanni. Do novo sindicalismo à "concertação

ALVES, Giovanni. Do novo sindicalismo à "concertação

ALVES, Giovanni. Do novo sindicalismo à "concertação ALVES, Giovanni. Do novo sindicalismo à "concertação ALVES, Giovanni. Do novo sindicalismo à "concertação"

cial" ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). Rev. Sociologia e Política, Curitiba, n. 15, pp. 111-124, nov. 2000b.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. A Dialética do

Esclarecimento BAUMAN, Zygmunt.. Aprendendo a pensar com a socio-

BAKUNIN, Mikhail, Estatismo e anarquia

BOAS, F. Antropologia Cultural.
BOURDIEU, P. O poder simbólico.
BRASIL, MEC. Ciências humanas e suas tecnologias / Se-BRASIL, MEC. Ciências humanas e suas tecnologias / Se-cretaria de Educação Básica. - Brasilia: Ministério da Educação, Se-cretaria de Educação Básica, 2006. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3).

MEC. Sociologia: ensino médio / Coordenação Amaury Cé-sar Moraes. - Brasilia: Ministério da Educação, Secretaria de Edu-cação Básica, 2010. 304 p.: il. (Coleção Explorando o Ensino; v. 15) - cantitulos 1. e. 2

cação Básica, 2010. 304 p. n. (Corção Especialista).

capítulos 1 e 2.

MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Brasília, 1998.

MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, 1999.

MEC. PCN+ Ensino Médio - Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.

do salário. CASTELLS, M. A Era da Informação: economia, sociedade

COMPARATO, F.K. A Afirmação Histórica dos Direitos Hu-manos. DA MATTA, R. Relativizando: uma introdução à Antro-

DA MATTA, R. Relativizando: uma introdução à Antro-Social.

DAVIS, Mike. Planeta Favela.

DURKHEIM, Émile. Regras do Método Sociológico.

Da Divisão do Trabalho Social.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos.

CARNIEL, Fagner, FEITOSA, Samara (Organizadores). Soa em Sala de Aula: diálogos sobre o ensino e suas práticas.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: de interpretação sociológica. 5º edição.

O negro no mundo dos brancos.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão.

GEERTZ, Clifford. Interpretação das culturas.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: mas clássicos e contemporâneos.

paradigmas clássicos e contemporâneos. GOTTIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. GRAMSCI, Antonio. Cademos do cárcere, volume 5. HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. O estado da

arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. BIB, São Paulo, nº 74, 2º semestre de 2012 (publicada em julho de 2014), pp. 43-59.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa so-

bre as origens da mudança cultural.

HASENBALG, Carlos, SILVA, Nelson do Valle e LIMA,

Márcia Cor e estratificação social. HIRST. Paul e THOMPSON. Grahame. Globalização em

a economia internacional e as possibilidades de gover

bilidade.

HOBBES, T. Leviatá. São Paulo:Martin Claret, 2008.
IANNI, O. Teorias da Globalização.
LÉNIN, V. I. O Estado e a Revolução.
LÉVY, Pierre. Introdução: Dilúvios. In: CIBERCULTURA.
São Paulo: Editora 34, 1999.
LÉVI-STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia, In: _.
Antropologia estrutural (volume 1).
LOCKE, J. Segundo Tratado Sobre o Governo.
MALINOVSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental.
MAQUIAVEL, N. O Principe.
MARTINS, José de Souza. Os camponeses e na política no
Brasil.

MARX, Karl. A ideologia alemã. O Capital (v.1). & ENGELS. Manifesto do Partido Comunista. MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. MÉSZÁROS, I. O Poder da Ideologia.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. OTTOMANN, Götz. Movimentos sociais urbanos e demo-

cracia no Brasil; uma abordagem cognitiva. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo (41): 186-207, março 1995.

POCHAMANN, Marcio. Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e Função Nas Sociedades Primitivas

ROUSSEAU, J-J. Do Contrato Social.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Colombia, Pontificia Universidad Javeriana; CLACSO. Seminario Internacional, agosto de 2000.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: as consequências soais do trabalho no novo capitalismo.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.

h) Coordenação de projetos financiados por agências de fomento (até o máximo de 3 pontos

TOCQUEVILLE, A. de. A Democracia na América. WACQUANT, Loïc J.D. Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo (43): 64-83, novembro 1995.

WEBER, M. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.

ANEXO II - CPII

AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO RACIAI

Economia e Sociedade (v.1).

	MOI	DELO !	DE AU	JTODECLARAÇÃO ÉTNICO RACIAL
	Eu,			, porta-
dor	do	RG	nº	, CPF de nº
				, declaro que sou preto ou pardo.
para o	fim es	pecífico	de at	ender ao Capítulo 4 do Edital Nº XX/2014
no Co	oncurso	Públic	para	o Colégio Pedro II, para o cargo de Pro-
				Técnico e Tecnológico, na disciplina de

Estou ciente de que se for constatada falsidade nesta de-claração, estarei sujeito às penalidade legais, inclusive de eliminação deste concurso, em qualquer fase, e de anulação da minha nomeação (caso tenha sido nomeado(a) e/ou empossado(a) após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa. ampla defesa.

de seleção de alunos

Rio de Janeiro,/	_/201
Assinatura do Candidato	

ANEXO III - CPII

ATESTADO MÉDICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊN-

MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Atesto para os devidos de direito que o Sr.(a) é portador da deficiência código internacional da doença (CID), sendo compatível a deficiência apresentada pelo paciente com as atribuições do Professor de Ensino Básico, co, na disciplina de conforme Edital Nº XX/2014 do Técnico e Tecnológico,

Concurso Publico.			
Rio de Janeiro	/	/201	

Nome, assinatura e número do CRM do médico especialista na área de deficiência/doença do candidato e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

ANEXO IV - CPII

ANÁLISE DE TÍTULOS

➢ Especificação dos Títulos Pontos por Item					
Titulação legal mínima exigida para posse neste Concurso (cf. item 1.1) () sim () não					
Titulação Acadêmica					
 obtida em Instituição de Ensino reconhecida - (até o máxin 	no de 25 pontos, se	endo considerado somente o título r	nais alto)		
Graduação					
 Curso de Graduação completo, além do que habilita à área o 	de atuação/ conhec	imento. Não serão considerados	7		
Bacharelado e Licenciatura na mesma área.					
b) Aperfeiçoamento (180h)					
 na área de atuação/ conhecimento a que concorre ou em Ed 	ucação		13		
• em área afim			8		
c) Especialização (360h)					
 na área de atuação/ conhecimento a que concorre ou em Ed 	ucação		19		
em área afim			14		
d) Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado/Doutorado)					
 na área de atuação/ conhecimento a que concorre ou em Ed 	ucação				
✓ Doutorado			25		
✓ Mestrado			22		
• em área afim					
Experiência Profissional					
e) Experiência comprovada no magistério (até o máximo de 4	40 pontos):				
 em docência de Educação Básica 					
✓ na área de atuação/ conhecimento a que concorre ou em Ec	lucação		4 pontos por ano 2 pontos por ano		
✓ em área afim					
 em docência de Ensino Superior 					
✓ na área de atuação/ conhecimento a que concorre ou em Ec	lucação		2 pontos por ano		
✓ em área afim			1 ponto por ano		
f) Experiência comprovada em cargos administrativos (até o 1					
· em funções administrativo-pedagógicas em instituições de er	isino (anexar breve	descrição da função/atividade,	1 ponto por ano		
acompanhada de ato institucional de designação)					
• em atividades profissionais específicas à área (anexar breve	descrição da funçã	o/atividade)	0,5 ponto por ano		
g) Produção acadêmica e cultural (até o máximo de 12 ponto					
 Livros publicados ou traduzidos (didáticos ou teóricos, na área de atuação/ 2 pontos por livro 					
conhecimento a que concorre, em área afim ou em Educação), ISBN	cadastrados no				
· Artigos completos, publicados em periódicos nacionais ou es	strangeiros	l ponto por artig	0		
 Produções e trabalhos apresentados em congressos, simpósio 	s, exposições e	0,5 ponto por traba	lho		
eventos culturais	- /				

 Projetos 		0,5 ponto por projeto
i) Orientação de trabalhos acadêmicos (até o máxi	mo de 3 pontos)	
 Iniciação científica de alunos de Educação Bá- 	0,5 ponto por trabalho	
sica, financiados por agências de fomento ou por		
programas institucionais comprovados, na área		
 Orientação de monografias em cursos de pós- 	0,5 ponto por trabalho	
graduação lato sensu		
 Orientação de dissertação de Mestrado concluída 	1	
 Orientação de tese de Doutorado concluída 	1	
j) Aprovação, por seleção, para o magistério, promo	ovida por Instituição Pública (Federal, Estadual ou Mu	nicipal) - (até o máximo de 6
pontos)		
 Concurso Público de Provas e Títulos 	2 pontos por aprovação	
Processo Seletivo	1 ponto por aprovação	
k) Participação em Bancas Examinadoras (até o m	aximo de 6 pontos)	
de Concursos Públicos de Provas e Títulos para o	o Magistério de Instituições Públicas (Federal, Estadua	al ou 2 pontos por con-

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR DIRETORIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

RETIFICAÇÃO

Na Publicação do DOU de 08/12/2014, Seção 3, Página 46, Diretoria de Educação a Distância; Extrato de Termo Aditivo; Convenente: Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná... Onde se lê: Processo: 23038.009244/2011-97 e Convênio: CONV-UAB-EST 39/2011... leia-se: Processo: 23038.009016/2011-17 e Convênio: CONV-UAB 41/2011...

DIRETORIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 23038.003636/2010-61. Convênio nº CONV-PARFOR 158/2010. Concedente: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. CNPJ: 00889834/0001-08 Convenente: Universidade Estadual de Maringá. CNPJ: 79151312/0001-56. Objeto: Prorrogar vigência do Convênio para 28/02/2015. Fundamento legal: Portaria Interministerial № 507/2011. Data da assinatura: 28/11/2014. Signatário pela CAPES: Carmem Moreira de Castro Neves - Diretora de Formação de Professores de Educação Básica e pela IES: Mauro Luciano Baesso - Reitor.

DIRETORIA DE PROGRAMAS E BOLSAS NO PAÍS

EXTRATO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO À PESQUISA

Espécie: Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro - Concedente: CAPES CNPJ: 00.889.834/0001-08 - Objetivo: Concessão de Auxílio Financeiro a Pesquisadores, - Signatários - pela CAPES: MARCIO DE CASTRO SILVA FILHO - DIRETOR DE PROGRAMAS E BOLSAS NO PAÍS e pelo auxilio: o beneficiário (a).

Beneficiário (a)	CPF	Processo	Programa	Valor R\$	Vigência	Nota de Empenho
MARIA CLARA MARQUES DIAS	000.461.017-21	88887.091036/2014-01	PGPTA 3463/2014	333.320,00	De: 05/12/2014A: 04/12/2019	2014NE010676 (CAPITAL) 2014NE010685 (CUSTEIO)
MARIA LUCIA LEITE RIBEIRO OKIMOTO	567.419.449-15	88887.091037/2014-01	PGPTA 3464/2014	333.320,00	De: 05/12/2014A: 04/12/2019	2014NE010671 (CAPITAL) 2014NE010686 (CUSTEIO)
EDUARDO LAZARO MARTINS NAVES	691.339.566-34	88887.091034/2014-01	PGPTA 3461/2014	333.320,00	De: 05/12/2014A: 04/12/2019	2014NE010666 (CAPITAL) 2014NE010687 (CUSTEIO)
LILIANA MARIA PASSERINO	600.940.950-00	88887.091035/2014-01	PGPTA 3462/2014	333.320,00	De: 05/12/2014A: 04/12/2019	2014NE010665 (CAPITAL) 2014NE010694 (CUSTEIO)
SIMONE SOUZA DA COSTA SILVA	379.073.872-72	88887.091040/2014-01	PGPTA 3467/2014	333.320,00	De: 05/12/2014A: 04/12/2019	2014NE010675 (CAPITAL) 2014NE010693 (CUSTEIO)
ANTONIO FERNANDO CATELLI INFANTOSI	569.787.408-10	88887.091041/2014-01	PGPTA 3468/2014	333.320,00	De: 05/12/2014A: 04/12/2019	2014NE010674 (CAPITAL) 2014NE010700 (CUSTEIO)
ROSELI DE DEUS LOPES	078.430.998-16	88887.091038/2014-01	PGPTA 3465/2014	333.320,00	De: 05/12/2014A: 04/12/2019	2014NE010672 (CAPITAL) 2014NE010692 (CUSTEIO)
SELMA LANCMAN	008.358.268-13	88887.091039/2014-01	PGPTA 3466/2014	333.320,00	De: 05/12/2014A: 04/12/2019	2014NE010664 (CAPITAL) 2014NE010691 (CUSTEIO)
ACARY SOUZA BULLE OLIVEIRA	050.565.588-85	88887.091029/2014-01	PGPTA 3456/2014	333.320,00	De: 05/12/2014A: 04/12/2019	2014NE010670 (CAPITAL) 2014NE010696 (CUSTEIO)
DANIEL MARTINS	711.746.219-15	88887.091033/2014-01	PGPTA 3460/2014	333.320,00	De: 05/12/2014A: 04/12/2019	2014NE010667 (CAPITAL) 2014NE010689 (CUSTEIO)
CLEUDMAR AMARAL DE ARAUJO	460.859.716-72	88887.091032/2014-01	PGPTA 3459/2014	333.320,00	De: 05/12/2014A: 04/12/2019	2014NE010668 (CAPITAL) 2014NE010688 (CUSTEIO)
CARLOS BARBOSA ALVES DE SOUZA	504.216.891-53	88887.091031/2014-01	PGPTA 3458/2014	333.320,00	De: 05/12/2014A: 04/12/2019	2014NE010669 (CAPITAL) 2014NE010690 (CUSTEIO)
ADRIANO ALMEIDA GONCALVES SIQUEIRA	874.606.376-53	88887.091030/2014-01	PGPTA 3457/2014	333.320,00	De: 05/12/2014A: 04/12/2019	2014NE010673 (CAPITAL) 2014NE010695 (CUSTEIO)